



Universidade Norte do Paraná

SISTEMA DE ENSINO PRESENCIAL CONECTADO
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HUGO CASSAROTTI

MALVINAS 1982:
O Uso da Guerra pelo Estado

HUGO CASSAROTTI

MALVINAS 1982:
O Uso da Guerra pelo Estado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, como
requisito parcial para a obtenção do título de graduado
em História

Orientador: Prof^a. Danielle Martins Estevão
Tutor de sala: Prof. Paulo Marques Bonfim

Cornélio Procópio - PR
2013

Dedico este trabalho aos meus verdadeiros anjos da guarda e criadores, meus pais. Sem eles, nada existiria.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Paulo Gelain, grande amigo o qual tive o prazer de ser seu aluno. Em suas aulas de história, ainda nos meus tempos de guri na escola, trouxe-me o encantamento pela história. Recentemente tive oportunidade ímpar de realizar minhas atividades de estágio sob sua tutela, aprendizado e experiência de valor inestimável.

Ao Prof. Everton Carneiro, companheiro de causa, que infelizmente não tive a oportunidade de ser seu aluno, mas tenho a felicidade de contar com sua amizade e compartilhar experiências e ideias. Encorajou-me e deu total apoio para a execução deste trabalho.

À Noemi Coronel, professora argentina que me ajudou muito na busca por bibliografias para este projeto e por partilhar de experiências valoráveis, tendo vivido *in loco*, o momento histórico retratado.

A todos os responsáveis e colaboradores do Instituto Ludwig von Mises Brasil, Instituto Liberal, do Portal Libertarianismo e da organização independente Ordem Livre. Sem dúvidas, o livre acesso a livros e artigos de uma gama de ideólogos da liberdade, fizeram mudar minha visão de mundo.

A meu pai, por sua inesgotável paciência nesses anos todos em me ouvir e compreender meus sonhos idealistas.

Finalmente, à minha mãe, por todo seu imprescindível apoio.

“Aquele que deseja paz e harmonia nas relações humanas deve sempre lutar contra o estatismo.”
– Ludwig von Mises

CASSAROTTI, Hugo. **MALVINAS 1982: O Uso da Guerra Pelo Estado**. 2013. 129 p.. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Ciências Empresariais e Sociais Aplicadas, Universidade Norte do Paraná, Cornélio Procópio - PR, 2013.

RESUMO

A Guerra das Malvinas de 1982 pouco importou a historiadores brasileiros e de certa forma à história geral. De fato, sua análise pelas atuais dadas historiografias, *a priori*, não suscita interesse relevante e tampouco, algum peso na história. No entanto, ao tomar este conflito colocando-o sob uma análise distinta, que partirá de apreciações geográficas e estratégicas; antecedentes históricos e políticos; e análises políticas; o evidenciará como algo importante à história, tirar-se-ão valiosas lições e conclusões. O princípio da liberdade o norte deste trabalho, entendendo-se por este, um direito natural e inalienável de qualquer ser humano. Desse modo, aos olhos da liberdade, buscar na história agressões à mesma, apontando os erros e as possíveis soluções a serem postam em prática no presente. Destarte, a Guerra da Malvinas entra em perspectiva, como um claro exemplo de agressão da liberdade perpetrada pelo Estado argentino, em última análise, o real perigo que envolve o poder do Estado e sua incompatibilidade com a liberdade. Assim, a liberdade pode contar com mais uma aliada, a história.

Palavras-chave: Malvinas. Guerra. Libertarianismo. História. Argentina.

CASSAROTTI, Hugo. **MALVINAS 1982**: El Uso de la Guerra por el Estado. 2013. 129 p.. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Ciências Empresariais e Sociais Aplicadas, Universidade Norte do Paraná, Cornélio Procopio - PR, 2013.

RESUMEN

La Guerra de Malvinas de 1982 poco ha importado a historiadores brasileiros y de cierta manera a la historia general. De hecho, su análisis por las actuales historiografías presentes, *a priori*, no ha suscitado un interés relevante ni tampoco, algún peso en la historia. Sin embargo, la toma de ese conflicto poniéndolo bajo un análisis distinto, que largará de apreciaciones geográficas y estratégicas; antecedentes históricos; y análisis políticos; lo evidenciará como algo importante a la historia, sacándose valerosas lecciones y conclusiones. El principio de la libertad el norte de este trabajo, entendiéndose por ello, un derecho natural e inalienable de cualquier ser humano. Asimismo, a los ojos de la libertad, buscar en la historia agresiones a la misma, apuntándose los errores y las posibles soluciones a ser puestas en práctica en el presente. No obstante, la Guerra de Malvinas asoma en perspectiva, como un evidente ejemplo de agresión a la libertad puesto en marcha por el Estado argentino, en último análisis, el peligro real que envuelve el poder del Estado y su incompatibilidad con la libertad. Así, la libertad puede contar con una aliada más, la historia.

Palabras-clave: Malvinas. Guerra. Libertarismo. Historia. Argentina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: A NECESSIDADE DE UM REVISIONISMO HISTÓRICO LIBERTÁRIO.....	12
1.1.Motivações.....	12
1.2. As Atuais abordagens do conflito.....	15
1.3. O Revisionismo Libertário.....	18
CAPÍTULO 2: GEOGRAFIA DAS ILHAS MALVINAS.....	21
2.1.Localização.....	21
2.2.Composição.....	22
2.3.Superfície.....	22
2.4.População.....	23
2.5.Clima.....	24
2.6.Vegetação.....	25
2.7.Organização política.....	25
2.8.Economia atualmente.....	25
CAPÍTULO 3: HISTÓRIA DAS ILHAS MALVINAS.....	26
3.1.Descobrimto.....	26
3.2.Ocupação e utilização das ilhas.....	29
3.3.Disputa diplomática pelas Malvinas.....	37
CAPÍTULO 4: OS ANTECEDENTES POLÍTICOS NA ARGENTINA.....	41
4.1.O golpe militar de 1976.....	42
4.2.Aspectos políticos.....	43
4.3.A economia durante o período.....	44

4.4.Repressão cultural.....	47
4.5.Censura à mídia.....	48
4.6.Terrorismo de Estado durante o Processo de Reorganização Nacional.....	49
4.7.Governo Galtieri e a Guerra.....	51
CAPÍTULO 5: A GUERRA PELAS MALVINAS.....	54
5.1.A antessala da Guerra.....	54
5.2.A decisão por recuperar as Malvinas.....	55
5.3.Apreciação estratégica argentina.....	57
5.4.O desembarque em Puerto Argentino/Port Stanley.....	61
5.5.Surpresa, triunfalismo e patriotismo.....	62
5.6.O contexto britânico.....	63
5.7.EUA e URSS diante do conflito.....	65
5.8.Argentina isolada.....	67
5.9.Mobilização popular argentina.....	69
5.10.Ocupação das ilhas: Operación Rosario.....	69
5.11.A reação britânica.....	73
5.12.Os combates por terra, água e mar.....	73
5.13.As condições desumanas dos combatentes argentinos.....	77
5.14.A guerra em números.....	78
5.15.Repercussões políticas do conflito.....	79
CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES LIBERTÁRIAS SOBRE AS GUERRAS E O CONFLITO PELAS MALVINAS.....	79
6.1.Guerra e ambivalência.....	80
6.2.O causador das guerras.....	81
6.3.A guerra não pertence ao indivíduo.....	85
6.4.Guerras justificáveis.....	85
6.5.Soluções libertárias para o fim das guerras.....	86
6.6.As Malvinas sob perspectivas libertárias.....	88
CAPÍTULO 7: PROPOSTA À SOLUÇÃO DA ATUAL QUESTÃO DAS MALVINAS.....	89
7.1.Breves considerações sobre propriedade.....	89

7.2.Em defesa à liberdade e propriedade dos kelpers.....	91
CONCLUSÃO.....	93
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICE.....	101
Apêndice A – Música, história e críticas.....	103
ANEXOS.....	113
Anexo A – Malvinas e sua história em imagens.....	114

Nota do autor: Ignoro solenemente as orientações à realização do Trabalho de Conclusão de Curso dadas pelo corpo docente da Universidade Norte do Paraná, quanto à questão do número máximo de laudas à elaboração de referido trabalho. A presente Tese de Conclusão de Curso seria irrealizável com as irrisórias 45 laudas máximas pré-estabelecidas. O grau de complexidade e abrangência deste trabalho exige maior flexibilidade do espaço hábil para sua concretização.

INTRODUÇÃO

Já se passaram 31 anos, quando naquele dia 2 de Abril de 1982, a República Argentina colocara em marcha uma operação militar desembarcando em Puerto Argentino – denominação argentina para Port Stanley, centro administrativo das ilhas – pela retomada de sua soberania sobre o arquipélago das Malvinas, expulsando os usurpadores britânicos.

Poucas semanas depois de um triunfal anúncio da recuperação das ilhas – no mesmo dia 2 de abril de 1982 -, pelo tenente-general e presidente de fato da Argentina, Leopoldo Fortunato Galtieri, em meio à Plaza de Mayo tomada por milhares de argentinos eufóricos que o ovacionaram, Londres preparava um destacamento da Royal Navy – Marinha Real – para resgatar sua soberania, e de certo modo, sua honra.

Em menos de três meses, em exatos 74 dias de combates, a 14 de Junho de 1982, em Puerto Argentino, o General de brigada, comandante chefe das tropas em solo e governador das ilhas Malvinas, Mario Benjamín Menéndez, se reunia com general e comandante das forças terrestres britânicas, John Jeremy Moore, onde se lavrou uma ata na qual se estabeleciam as condições de cese de fogo e retirada de tropas, noutras palavras, a vexatória rendição argentina.

Para uma compreensão fidedigna dessa história, fundamentalmente faz-se necessário vincular os fatores político-sociais internos argentinos como os reais causadores do conflito em 1982, envolvendo os britânicos. Neste caso específico, a simples análise das relações internacionais falharia por desvelar as verdadeiras motivações para o governo argentino ter recorrido às últimas instâncias para recuperar sua soberania pelas ilhas Malvinas: a guerra frente aos ingleses.

A Argentina atravessava um momento conturbado, os argentinos passavam por dificuldades econômicas, violações de liberdades individuais e direitos civis, perpetrados pelo governo militar, além do desaparecimento e morte de milhares de pessoas. A impopularidade do governo argentino frente à opinião pública era notável. Manifestações populares pacíficas e até de grupos armados de orientação marxista-guevarista opunham-se ao governo, os primeiros lutavam por democracia, os últimos pela

ditadura do proletariado.

Como num passe de mágica, a 2 de abril de 1982, um governo ditatorial, despótico e impopular se converte na quintessência do heroísmo nacional logrando popularidade assombrosa, ao explorar uma histórica ferida aberta argentina – a soberania sobre as Malvinas –, dando conta a todos os argentinos que as Malvinas eram argentinas, que seu governos lhes havia devolvido as ilhas e, de certo modo, o orgulho.

Desse modo, tem-se por objetivo demonstrar por meio de apreciações estratégicas e geográficas, pelo estudo dos antecedentes históricos e políticos, a maquiavélica trama protagonizada pelo governo militar argentino para galgar seus mais obscuros e particulares objetivos: perpetuar-se no poder.

Não obstante, o tema das Malvinas não seja de relevância significativa a historiadores brasileiros e ao interesse brasileiro de modo geral, a seguinte proposta de análise histórica deste episódio não verterá esforços tão somente ao conflito em si. Nesta tese, a Guerra das Malvinas será utilizada como um exemplo claro de agressão à liberdade individual, evidenciando os perigos do poder do Estado e do uso artifício da guerra, bem como propondo possíveis soluções para estes temas.

Para que estes objetivos, historiográfico e político, possam ser levados a cabo, a orientação historiográfica passa a ser distinta.

CAPÍTULO 1: A NECESSIDADE DE UM REVISIONISMO HISTÓRICO LIBERTÁRIO

1.1. Motivações

Diante do precedente aberto pelo marxismo na história, na possibilidade de levar a esta, analogias e posicionamentos de cunho ideológico, com ambições principalmente políticas, entende-se que outras correntes ideológicas adversas tenham o mesmo direito.

Desse modo, aprofundados estudos sobre o *Libertarianismo* e o *Liberalismo Clássico*, bem como sobre o tema – Guerra das Malvinas –, fizeram despertar o anseio por resgatar sua história, todavia, pô-la sob uma nova perspectiva de análise histórica: pela ótica da **liberdade**.

Nesse sentido, entende-se que a liberdade é um direito natural inalienável de todos os indivíduos na simples condição de seres humanos, talvez, um dos maiores bens imateriais que o homem dispõe ao viver. Essa e outras razões motivaram esse “reescrever” da história sob os olhos da liberdade, talvez esquecida pela história.

Neste momento, parece oportuno esclarecer aqui mais especificamente como se concebe a liberdade, pois a esta lhe dão várias concepções.

Tarefa nada fácil é conceituar a liberdade. Objetivando oportuno entendimento, formação de juízo de valor e visando estabelecer sua importância, toma-se seu conceito pelo economista austríaco e prêmio Nobel em economia, Friedrich August von Hayek, descrito por Rodrigo Constantino (CONSTANTINO, 2009, p.61):

Para Hayek, a liberdade inclui também a liberdade de errar. Como o conhecimento humano é limitado e as preferências são subjetivas, somente a ausência de coerção permite o eterno aprendizado e progresso humano. A razão humana não pode prever ou deliberadamente desenhar seu próprio futuro. O avanço consiste na descoberta do que fizemos de errado. Uma grande restrição à liberdade individual reduz a quantidade de inovação e a taxa de progresso da sociedade. Não temos como saber anteriormente quem irá inventar o que. O conhecimento é disperso e também evolui. Nenhum ente é capaz de reunir algo perto da totalidade do conhecimento existente e, ainda assim este está sempre aumentando. Somente a redução drástica da coerção estatal pode garantir a evolução do conhecimento humano e o consequente progresso. Quanto mais o Estado planeja as coisas, mais difícil o planejamento fica para os indivíduos.

Não obstante, mais e mais definições de liberdade já foram cunhadas por uma gama de pensadores, as quais, com significados e objetivos distintos.

Sustentam, liberais e libertários¹ de modo geral, que a liberdade é um princípio em si, donde derivam ramificações que abrangem vários aspectos da vida e convivência humanas. Tal princípio pode fundamentar e nortear áreas como economia, política, filosofia, sociologia e

¹ O liberalismo clássico e o libertarianismo possuem os mesmos princípios. Diferem-se, em dois aspectos primordiais: o libertarianismo foi uma reinvenção mais abrangente do liberalismo clássico no século XX, com novos teóricos e novas teses principalmente no campo econômico. Também, comumente libertários são mais radicais que liberais. Inclusive, alguns defendem a abolição do Estado, sendo uma corrente anárquica do libertarianismo, também conhecida como Anarco-Capitalista.

tomar amplitude incomensurável quando aplicada na vida individual.

Desse modo, segue aqui em termos práticos um breve panorama de liberdade – que orienta esta metodologia – com devidas problematizações que poder-se-ão ocorrer doravante, a fim de viabilizar sua validade para o que se propõe.

O indivíduo em sua vida deve **deliberar** em **ausência** de regras² impostas por uma autoridade coletiva – mediante uso de violência. Nesse sentido, emana um novo espectro onde a *liberdade* situa-se num extremo e a *autoridade* no outro, num quadro de total adversidade e incompatibilidade.

Liberdade igualmente é **voluntarismo**. Isso significa que os indivíduos potencialmente realizarão ações de forma **voluntária**, de acordo com o seu **auto-interesse**, tão somente sob estas condições. Assim pois, não é cabível qualquer tipo de uso de violência pela autoridade para impedir que determinado ato individual ocorra. Outrossim, o poder coletivo não tem a legitimidade de coagir o indivíduo para que realize qualquer tipo de tarefa ou contribuição – impostos –, mediante o uso da força.

Para tanto, isso implica necessariamente, num panorama de total ausência de violência por parte do Estado – na possibilidade de existência de governo –, ou em ordem social anárquica³.

Não obstante, liberdade significa, também, reconhecer e respeitar igualmente a liberdade de outrem. O desrespeito à liberdade alheia implica no comprometimento da própria liberdade, uma vez esta violada – agressão física ou de propriedade – por um indivíduo, o agredido se creditará com o mesmo direito, podendo partir também às agressões a outros. Nesse momento, a liberdade acaba e a desordem social se estabelecerá.

A ideia de *ordem livre e liberdade, a priori*, desperta um sentimento imediato de repúdio à maioria. Quanto a estes, existe forte intolerância e preconceitos, sendo levantados imediatamente questionamentos demolitórios e apontando que representariam desordem social e uma gama de crimes – homicídios, estupros, roubos e os mais variados delitos – seriam deflagrados no seio da sociedade.

² Excetuam-se regras que visem proteger à vida e à propriedade.

³ O termo anarquia representa ausência de governo, não implicando em desordem social.

Não obstante, existe um equívoco gigantesco, na crença de que o Estado e sua legislação evitam desordem social e principalmente a criminalidade. Na verdade, o que o Estado e o direito fazem é prever os crimes e estabelecer penalidades aos infratores. Desse modo, tanto num horizonte de sociedade livre ou sociedade com autoridade constituída, a criminalidade pode ocorrer de igual forma.

Diante disso, não se pode apontar à liberdade como um mal, crendo que doravante esta fatalmente irá representar desordem e caos. A discussão cabível e pertinente seria a natureza dos crimes, o que os motiva e como isto poderia ser atenuado. Porém isto já não pertence à discussão deste trabalho.

Nesse sentido, diante do dilema Liberdade *versus* Autoridade, é aceitável a hipótese de existência de um Estado Mínimo que respeite uma Constituição baseada em princípios – liberdades individuais e propriedade privada. Desse modo, a autoridade coletiva respeitaria e protegeria as liberdades individuais e a propriedade privada, prevendo e punindo agressões e violações⁴ contra estas. Somente nestes termos poder-se-á chegar num atenuante para tamanha incompatibilidade.

Passando por estas considerações de liberdade, o nobre anseio de levar sua defesa à práxis histórica e utilizando-a como princípio norteador. Assim pois, almeja-se identificar na história abusos do poder do Estado em detrimento à liberdade dos indivíduos.

Pelo exposto, surge então à necessidade de levar o tema da liberdade para à história, frutificando no inovador: *Revisionismo Libertário*⁵⁶.

1.2.As Atuais Abordagens do Conflito

As atuais abordagens históricas dadas à Guerra das Malvinas desmembram-se, pode-se afirmar, em três óticas distintas:

- Ótica Nacionalista Argentina

⁴ Nestes casos especificamente, é onde ocorrem crimes com vítima. Se a propriedade privada é invadida, roubada e/ou danificada, existe vítima: o proprietário. Já no caso de agressões às liberdades individuais, como agressão física, homicídio, roubo, sequestro, cárcere privado, impedimento de realização de determinada ação, obviamente o indivíduo propriamente é a vítima.

⁵ Metodologia de produção e revisão de conhecimento histórico que será esmiuçado mais à diante no trabalho.

⁶ Visando evitar possíveis confusões epistemológicas, a terminologia empregada: libertário; não faz referencia ao anarquismo, mas sim ao libertarianismo.

- Ótica de Esquerda em Geral
- Ótica Externa e Britânica

A *Ótica Nacionalista Argentina* é a mais defendida pelos argentinos. Esta é atribuída pelos setores argentinos geralmente conservadores e principalmente nacionalistas sobre sua má lograda tentativa de retomar a soberania das ilhas do Atlântico Sul. Majoritariamente, esse ponto de vista – dos derrotados – tende a culpar os britânicos pelo conflito, pejorativamente atribuindo-lhes a pecha de “piratas”. Assim, este segmento de argentinos sustenta que o arquipélago das Malvinas está situado na plataforma continental argentina e fatores coloniais apontariam para uma justa possessão do país platino às ilhas. Outrossim, pelo viés diplomático, jamais os argentinos obtiveram êxito ao negociar com os ingleses uma possível entrega das ilhas à Argentina. Destarte, essa ótica tende a justificar a ação beligerante argentina levada a cabo pelo seu governo militar, a 1982, em tomar a soberania sobre as ilhas do Atlântico Sul.

Com efeito, advertem, ainda, que a guerra acima de tudo era um dever para com a pátria. Desse modo, a possessão britânica do arquipélago representaria uma grave agressão à soberania da nação argentina.

Já a *Ótica de Esquerda em Geral* é concebida por setores argentinos mais à esquerda do espectro político, com destaque à historiografia de caráter marxista sobre o tema. Para estes/esta, a presença britânica num ponto estratégico como as ilhas Malvinas e Geórgia do Sul, representariam e ainda representa uma grande ameaça à segurança de toda a América Latina. De modo, que isso resultava e resulta em um exemplo de imperialismo e possível dominação de uma potência sobre os povos latino-americanos. Esta alegação de um suposto imperialismo ganhou certa relevância, ao passo que durante a guerra em 1982, os militares argentinos esperavam um posicionamento favorável à Argentina por parte dos EUA. Visto que, a relação entre os dois países era estreita, inclusive, o então presidente norte-americano Ronald Reagan possuía bom relacionamento com o presidente argentino Leopoldo Fortunato Galtieri. Ainda, ressalta tal abordagem histórica, que os regimes militares na América do Sul, foram apoiados e até arquitetados – com envolvimento da CIA – pelos norte-americanos, objetivando frear a “ameaça” socialista que pairava sobre o continente. No entanto, o que se viu foi o

contrário. Os norte-americanos se posicionaram a favor dos britânicos. Naturalmente, pois se tratava de um aliado histórico, que remontam os tempos das duas Grandes Guerras Mundiais.

Desse modo, o posicionamento norte-americano favorável aos britânicos, serviu como base de argumentação aos marxistas argentinos na acusação de que juntos, EUA e Inglaterra, utilizando-se de um ponto estratégico de relevância – as ilhas Malvinas – para intimidar e dominar os países sul-americanos.

Pelo exposto, fica delineada em suma, a posição à esquerda sobre o conflito e seu atual posicionamento quanto à questão das Malvinas. Por tanto, esta vê que a possessão britânica representava e representa ameaça aos povos latino-americanos e, de certo modo, resulta num ato imperialista das grandes potências militares e econômicas sobre o continente.

Por último, a *Ótica Externa e Britânica* é entendida, por uma visão pelo ângulo externo, atribuída por historiadores de fora da Argentina e também britânicos. Esta tende a ver o conflito como produto do governo militar argentino, representado pela Junta Militar⁷, com finalidade de protelar seu eminente fim. Pois, tendo em vista que a Argentina vivia grave crise econômica, repressões às manifestações civis conta o governo, violações das liberdades individuais e direitos civis, resultando no desaparecimento e morte de milhares de argentinos.

O estudo da teoria do Estado revela que em situações de guerra, governos têm poderes ilimitados pela situação de emergência e, seu povo, tende a unir-se a apoiá-lo incondicionalmente. Desse modo, não seria um delírio concluir que, dada a situação do governo argentino, o ato repentino de reconquistar as Malvinas por meio bélico e anunciar a façanha a seu povo, fatalmente lhe seria reservado grande apoio e união popular. De fato, os argentinos apoiaram em massa a ação de seu governo. No entanto, como era de se esperar, os britânicos responderam a agressão bélica reciprocamente. Uma guerra foi deflagrada, *a priori*, a tão almejada postergação da *Junta Militar* no poder ocorreu, mesmo que brevemente.

Isso posto, pode-se também, considerar essa visão sobre o

⁷ Junta formada pelos três forças armadas que governavam a Argentina.

conflito, visto que, esta se apoia em conceitos e conclusões lúcidas e totalmente justificáveis.

Não obstante, a causa de trazer a liberdade à história demanda uma nova abordagem, pois as análises anteriores não se prestaram a tal propósito. Em vista à sua importância, tem-se a proposta de investigação *Revisionista Libertária*.

1.3.O Revisionismo Libertário

A necessidade por um revisionismo da Guerra das Malvinas de 1982 tem objetivos de superar o esquecimento histórico de questões fundamentais envolvendo violações às liberdades individuais, tanto de cidadãos argentinos, quanto de cidadãos britânicos radicados nas ilhas Malvinas, bem como considerações sobre guerras – de modo geral – e especificamente a Guerra das Malvinas, e os entes que realmente as causam.

O *Revisionismo Libertário* tem fundamentação teórica nos preceitos do *liberalismo* e do *Libertarianismo*, os quais estão sendo adaptados como metodologia de produção e revisão de conhecimento histórico. Nessa perspectiva, a **liberdade** surge como o fundamento básico para às análises e interpretações históricas.

Juntamente deste fundamento, outros princípios e teorias libertárias formam parte do arcabouço teórico desta nova metodologia. Nesse sentido, o princípio da *não-agressão*⁸ será utilizado em dois desdobramentos, *a priori*, na esfera interna – relação Estado e indivíduo –, *a posteriori*, na esfera externa – relações entre Estados.

Outra teoria libertária a ser explorada é sua posição acerca das guerras. Em suma, apenas em caráter introdutório, os reais causadores das guerras são os Estados.

Outrossim, uma das características fundamentais do *Revisionismo Libertário* é a interdisciplinaridade, abarcando à produção histórica noções de economia, política, direito, filosofia, sociologia e geografia.

Todavia, essa metodologia tem por pressuposto um novo paradigma na construção do conhecimento histórico: *Estado versus Liberdade*.

⁸ O princípio libertário da *não-agressão* significa que ninguém tem o direito de fazer uso da violência contra outrem, nem o direito de invadir, roubar ou danificar sua propriedade. Também é válido na relação entre o governo e os indivíduos.

Isso significa pautar a análise e interpretação histórica e, no caso específico, de conflitos bélicos, sob a perspectiva da defesa do indivíduo e a inviolabilidade de sua liberdade frente à voracidade do poder do Estado e seus governantes.

Tendo em vista que o motor da produção do conhecimento histórico são os questionamentos, os problemas e as hipóteses, referido método, de acordo com o paradigma supracitado e com o tema trabalhado – Guerra das Malvinas –, trará implicitamente perguntas fundamentais, como: Seria o Estado o causador das guerras? A guerra viola as liberdades individuais? O serviço militar obrigatório é escravidão? Os impostos financiam a guerra? A guerra é um subterfugio do governo para manter-se no poder e desviar o foco dos problemas internos? Etc.

O *Revisionismo Libertário*, ainda, fará por despertar através da história a noção que o indivíduo não pode ser massificado, inserido em determinado grupo ou classe – afastando e rejeitando a teoria marxista da *Luta de Classes*. Desse modo, o indivíduo em meio à história passa a ser o objeto de estudo e **defesa**, frente à possibilidade de sua liberdade ser tolhida pelo poder do Estado.

Não obstante, poder-se-á arguir a inviabilidade de uma análise histórica focada no indivíduo, questionando que seria necessário analisar indivíduos específicos. Contudo, o *Revisionismo Libertário* tem caráter **individualista**, com posicionamentos favoráveis a **supremacia e liberdade individuais**, na ausência de especificidades e identificações em sua defesa.

Com efeito, parte-se agora para definir em linhas gerais, algumas políticas e princípios libertários, os quais, como já mencionado, fundamentarão essa análise revisionista da história.

Libertarianismo, por definição, suscita a ideia de defesa de uma ordem livre, da liberdade. De fato, esta sempre estará em primeiro plano, seja nos âmbitos econômico e da vida individual.

Em suma, tem como políticas fundamentais – visando à maximização da liberdade individual – a igualdade de direitos civis entre todos os indivíduos; igualdade de gêneros; despenalização do uso de quaisquer substâncias e legalização das drogas; legalização da eutanásia; legalização do aborto; e legalização de pesquisas com células-tronco. Na inevitabilidade da presença de um Estado, este deve ser totalmente leigo; preservar a liberdade

religiosa; de expressão e de pensamento; bem como qualquer liberdade individual imaginável. Vale ressaltar, que a limitação comum à liberdade é a *não-agressão*⁹.

Destaca-se, ainda, a total desburocratização do aparato estatal, a não intervenção do Estado na economia, o livre-mercado – *Laissez-Faire*¹⁰ - e a redução ao máximo possível da carga tributária. Desse modo, o Estado iria retirar-se imediatamente da oferta de serviços públicos – saúde, educação, segurança, previdência social, etc. -, deixando-os a provimento da livre iniciativa.

Não obstante, um dos baluartes do libertarianismo é o princípio da *não-agressão*, doravante sendo o principal fundamento à análise revisionista libertária quanto à questão das guerras.

Em suma, *a priori*, a *não-agressão* é um princípio aplicável à convivência individual. Ou seja, para a sustentabilidade da liberdade, um indivíduo não poderá iniciar o uso da agressão física à pessoa de outrem, também, não poderá agredir sua propriedade, na forma de invasão, dano e/ou roubo. Ao iniciar a agressão a um indivíduo, ou à sua propriedade, a liberdade acaba. Ao agredido lhe será reservado, o direito à reação igualmente agressiva a seu agressor. *A posteriori*, este princípio poderá ser aplicado à seara internacional, na relação entre Estados-Nações.

Desse modo, este princípio, dará fundamentações a esta proposta de análise histórica *Revisionista Libertária* à medida, em que é deflagrada na história a iniciação do uso de agressão à soberania de uma nação por outra. De modo que, um Estado não tem o direito de agredir outro Estado na forma de invasão de seu território – tendo motivações justificáveis ou não –, nesse momento, surgiria uma **guerra ofensiva** por parte no país agressor totalmente **injustificável**. Seguindo a lógica, à nação agredida existiria a justificativa para reagir belicosamente em defesa, resultando uma **guerra defensiva**.

Juntamente à questão da esfera internacional, os princípios libertários serão aplicados na busca por violações às liberdades individuais dos

⁹ Segue conceituação à diante no texto.

¹⁰ Termo oriundo do francês, se traduzido literalmente significa, “deixe fazer”. É recorrente seu uso para designar uma economia de livre-mercado.

cidadãos nacionais envolvidos em conflitos provocados por seus Estados. Ou seja, na eminência de situações beligerantes, o poder do Estado tende a transgredir seus limites. Nesses casos, direitos civis e as liberdades individuais são seriamente violados e os indivíduos são forçados a compactuar com a política externa de seu país, potencialmente lhes conduzindo à guerra, e em última análise, à própria destruição.

Portanto, o princípio da *não-agressão* – aplicado no tocante à política externa – e a busca por violações às liberdades individuais, serão os baluartes dessa proposta investigativa revisionista libertária. Desse modo, resultará numa metodologia distinta, porém, vista a importância da liberdade na vida humana, oportuno e apropriado, seria uma metodologia de investigação histórica que vise defender sua inviolabilidade. Uma vez violada, uma profunda análise e revisão dos possíveis fatores que a possibilitaram.

De acordo com o referido método, e o princípio supracitado, será dada atenção especial ao país que iniciou a agressão. Assim pois, o governo do país agressor é o responsável pela guerra, consequentemente, também, pelas agressões às liberdades individuais do povo agredido. Em última análise, também violador das liberdades de seu próprio povo.

Desse modo, analisando em especial o contexto histórico e político da nação agressora, será possibilitado alcançar os objetivos finais do proposto método.

Diante do exposto, ousou-se cunhar um rótulo para tal proposta investigativa, intitulando-a de: *Revisionismo Libertário*. Negando as “velhas” ou dadas historiografias que se debruçaram sobre o tema e pouco, quase nada se referiram à liberdade do indivíduo em meio a essa e outras guerras. Não obstante, não há de modo algum o anseio de fazer desta metodologia algo absoluto na construção do conhecimento histórico.

Assim pois, esta talvez passe a ser uma nova **alternativa** válida de interpretar os conflitos humanos que regalaram tanto sangue ao mundo.

CAPÍTULO 2: GEOGRAFIA DAS ILHAS MALVINAS

2.1. Localização

O extenso arquipélago denominado ilhas Malvinas se encontra

localizado no Atlântico Sul, a algo em torno de 550 km ao oeste das costas da Patagônia argentina, na mesma latitude que a província de Santa Cruz – Argentina. Está situada entre os paralelos 51 e 53 de latitude sul e entre os meridianos 57 e 62 de longitude oeste de Greenwich.

A Patagônia Argentina é o território continental mais próximo ao arquipélago. As ilhas Malvinas fazem parte da plataforma continental submarina argentina – se vinculando ao continente – conhecido como mar epicontinental argentino.

As ilhas Malvinas encontra-se dentro da **plataforma continental argentina** e no cordão submarino que une as duas grandes ilhas do arquipélago ao continente tem uma profundidade que supera 170 metros.

Tanto ao norte, quanto ao sul, deste verdadeiro “cordão umbilical”, que une a “filha” com a “mãe”, há um declive que se aprofunda imediatamente a mais de mil metros. Por conseguinte, o fator geográfico pende à argentina de forma incontestada e cabal.

2.2.Composição

As Malvinas estão dispostas em duas principais ilhas: Soledad – a leste – e Gran Malvinas – a oeste – separadas entre si pelo Estreito de San Carlos – que possui uma largura média de 15 km – e em um enxame de pequenas ilhas, cujo número passa de 100, entre elas, destaca-se, Borbón, Trinidad, Sebaldes, del Pasaje, Goicochea, San Rafael e San José – em torno de Grand Malvinas – e Bougainville, de los Leones Marinos, Pelada, Jorge e Águila – em torno de Soledad.

2.3.Superfície

A superfícies total das ilhas é de 11.410 Km. A ilha de Soledad tem 4.353 Km e a de Grand Malvinas 6.307. Ou seja, o restante das ilhas corresponde a apenas 1.058 Km. A ilha de Soledad tem um comprimento de 156 Km e Grand Malvina 143 Km.

Seu relevo foi aplanado por um longo processo de erosão, já que as ilhas estão constituídas por formações do período Paleozoico. Está constituído por planícies, às vezes, onduladas e montanhas arredondadas cuja altura média não chega aos 700 metros. Seus aspectos mais destacados são:

- As planícies acidentais, com aparições rochosas que constituem o tipo de relevo predominante nas ilhas Malvinas, formam a

porção meridional da ilha de Soledad.

- Algumas serranias que percorrem as duas ilhas principais se projetam até os arquipélagos periféricos. Por serem montanhas velhas são baixas e geralmente arredondadas. Na ilha de Soledad as serranias se estendem desde a baía de La Anunciación, onde se encontra Puerto Argentino (Port Stanley), até o oeste onde alcança o estreito de San Carlos; É a serra de Wickham, que culmina no monte Osborne, de 685 metros. Na Grand Malvinas se mantem a mesma orientação e ali se levanta o monte Adam, de 688 metros, a maior altitude do arquipélago.
- As rochas mais abundantes em todas estas montanhas são de arenito, sílex e ardósia.
- Em geral, trata-se de um relevo que apresenta todas as características de um intenso e prolongado desgaste erosivo, chama atenção, no entanto, a presença de blocos de pedras que haviam sido arrastados pela fusão glacial dos glaciais, através dos leitos de antigos rios, hoje secos. São os chamados rios de pedra.

2.4. População

Os habitantes malvinenses tem a cidadania britânica. A maioria vive na capital das ilhas, Puerto Argentino – Port Stanley – e o resto em pequenas propriedades rurais e em ilhotas no restante do arquipélago. Eles decidiram que, **até que a Argentina deixe de reclamar a soberania sobre as ilhas, nenhum argentino poderá ingressar nas ilhas Malvinas.**

De acordo com o Censo Nacional de 1980, a população alcançava apenas 1.800 habitantes, sem contar com o destacamento militar permanente que abrigava a 4.000 na atualidade. Atualmente estima-se que as Ilhas tenham 3.140 habitantes¹¹.

Deve ressaltar-se que o processo demográfico das ilhas Malvinas é muito peculiar. Tudo gira em torno de migrações, de modo que o número de habitantes é inconstante. Isso se deve, ao fato que essas migrações

¹¹ Dados coletados no website da C.I.A. – Central Intelligence Agency. (em inglês) Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/fk.html>> Acesso em: 02 de fev. de 2013.

são de pessoas que saem das ilhas Malvinas até a Inglaterra e de ingleses que vão às Malvinas.

A taxa de crescimento demográfico é negativa desde 1921 com exceção a 1931.

Com respeito à distribuição demográfica pode-se dizer que a maior concentração se encontra em Puerto Argentino, situada no extremo nordeste da ilha de Soledad. A população rural – pecuaristas - está disseminada pelo interior das ilhas. O percentual de população masculina é superior ao de feminina, estima-se que se mantêm em 123 homens para cada 100 mulheres.

No que tange à nacionalidade de sua população estável, a maioria são nascidos na Grã-Bretanha.

2.5.Clima

Como outras ilhas do Atlântico Sul, as Malvinas têm um clima frio e húmido, do tipo oceânico e marcado por ventos. Quase nunca se registram dias de calmaria, os ventos mais frequentes são os do oeste, noroeste e sudoeste.

Uma das características sobressalentes do clima das ilhas é a humidade constante. As precipitações são muito frequentes, chove uma média de 250 dias por ano. No entanto, o volume d'água que cai com as chuvas não é muito grande geralmente.

Em Puerto Argentino a média anual de precipitação é de 667 mm. São abundantes geadas nas madrugadas. Os temporais frios de chuva e granizo, e sobre tudo as nevascas, são elementos típicos do clima das ilhas.

Geralmente as nevascas duram em torno de cinco dias e deixam sobre a superfície das ilhas uma capa de neve que dificilmente supera 40 centímetros de espessura.

A ocorrência de nevascas tem características particulares: logo de quatro ou cinco dias de neve e chuva, vem um período de tempo bom, para logo continuar o mal tempo por outro lapso de cinco dias, aproximadamente.

Nas Malvinas não há uma estação quente que possa ser considerada como verão. A temperatura média do mês de janeiro não supera os 10°C. No mês de julho a temperatura média é de 20°C, aproximadamente.

Os frios não são excessivos em comparação com os de outras zonas situadas nestas latitudes, mas é praticamente constante. A temperatura mínima absoluta foi de $-7,3^{\circ}\text{C}$ e a temperatura máxima absoluta registrada foi de $23,7^{\circ}\text{C}$.

2.6.Vegetação

Sua vegetação é como a dos bosques subantárticos do sul da província argentina de Tierra del Fuego, ou seja, estepes de gramíneas duras, com ausência quase que completa de árvores, por causa dos fortes ventos.

Nos terrenos impermeáveis abundam os musgos, onde se forma a turba, que é o combustível dos insulanos. Há grande quantidade de gramas de pouca altura, geralmente duras. Sua fauna pertence ao distrito zoogeográfico patagônico. A fauna possui grande quantidade de espécies. A variedade de aves, terrestres e aquáticas é grandiosa.

2.7.Organização Política

Seu sistema político é que o chefe de governo é o governador designado pela Coroa britânica, que conta com um Conselho assessor de sete membros. O poder legislativo se compõe de onze membros, dos quais somente quatro são eleitos pelo povo. Funcionam, igualmente dois tribunais, a Suprema Corte e o Tribunal Secundário de Paz, que constituem o poder judicial.

2.8.Economia atualmente

O mar que rodeia as ilhas Malvinas é uma rica fonte de recursos. Particularmente importante para a indústria local é o calamar¹², cuja captura alcançou, em 1996, 141.162 toneladas.

As difíceis condições climáticas das ilhas – ausência de estação quente e devido aos fortes ventos – limitam a atividade agrícola ao cultivo de cereais altamente resistentes como a cevada e a aveia. A maioria dos insulanos ocupa-se de pequenas hortas ao ar livre, onde cultivam produtos para consumo familiar.

A atividade ganadeira mais importante é a criação ovina, que se distribui nas grandes planícies. Além de ser a principal fonte de alimentos dos malvineses, é a principal fonte de renda¹³. Também, são criados alguns tipos de aves de granja.

¹² Teuthida, espécie de molusco.

¹³ A lã é exportada à Inglaterra, Países Baixos e Japão

O PIB per capita, que gira em torno de US\$ 60,067 dólares/ano, é o mais alto da América. Os insulanos ou *Kelpers*¹⁴ têm um alto padrão de vida.

Anos atrás se constituiu uma grande estufa visando à produção hortícola. Atualmente produz uma boa quantidade de verduras frescas como a alface, ervilhas, pimentas, couve flore e tomate, dos quais se produzem 450 Kg por semana. Esta estufa constituiu um grande avanço na economia local, sobretudo, se levar em conta que estas são verduras que grande parte da população de Puerto Argentino não conhecia.

Outro importante recurso disponível é a turba, um material orgânico produzido por decomposição de musgos e líquens nos pântanos. É o combustível tradicional de uso doméstico nas ilhas, além de ser útil aos cultivos.

CAPÍTULO 3: HISTÓRIA DAS ILHAS MALVINAS

3.1. Descobrimiento

Como parte indissolúvel e fundamental ao intento à compreensão das motivações de argentinos e britânicos disputarem o arquipélago malvinense, é o tema referente ao descobrimento deste. Por conseguinte, um ponto vital deste trabalho.

Tendo em vista a importância deste tema à reclamação sustentada historicamente sobre a soberania das ilhas Malvinas, os reclamantes buscam evidências absolutas sobre seu descobrimento, atribuindo-o a um navegante de seu país¹⁵. Paradoxalmente, os estudos e teorias sobre os possíveis descobridores apontam que é quase impossível determinar com exatidão quem foi o verdadeiro descobridor das ilhas.

Não obstante, sabe-se que as ilhas Malvinas foram avistadas pela primeira vez no século XVI. Nesse sentido, tem-se o mistério que envolve

¹⁴ Kerpel é o apelido atribuído aos malvinenses, porque as ilhas estão rodeadas de algas grandes chamadas de Kelp.

¹⁵ Por parte dos argentinos, abre-se uma exceção, visto que sua independência e o surgimento do Estado-Nacional argentino ocorreu somente em 1816, após o descobrimento das ilhas Malvinas. Nesse sentido, os argentinos reclamam como herdeiros das possessões espanholas que compreendem o antigo Vice-Reino do Prata, abrangendo sua plataforma continental onde se situam referidas ilhas.

quem, avistou-as primeiramente, onde navegantes de três países têm sido creditados como os primeiros.

Como agravante desta polêmica, existe a controvérsia em razão de que os instrumentos de navegação e a cartografia disponível à época eram primitivos e imprecisos.

Partindo dos registros históricos existentes, possível é elaborar uma lista das expedições que possivelmente descobriram às ilhas:

- Américo Vespúcio (1501 – 1502); origem espanhola.
- A expedição de Magalhães de 1520; origem espanhola.
- A expedição de Alonso de Camargo (1540); origem espanhola.
- John Davis (1592); origem inglesa
- Richard Hawkins (1594); origem inglesa.
- Sebald de Weert (1600); origem holandesa.

Por ter sido o primeiro navegante a visitar o Atlântico Sul, *Américo Vespúcio* tem sido assinalado como o primeiro descobridor das ilhas. Em uma carta, relatou que havendo se afastado da costa do que hoje é a Patagônia devido a um temporal, em meio a uma tormenta, avistou "*una tierra nueva de la cual recorrimos unas 20 leguas encontrando la costa yerma, sin puerto ni habitantes*"¹⁶¹⁷.

No entanto, suas determinações geográficas são tão imprecisas e suas notícias tão vagas, que se torna impossível estimar exatamente seu itinerário.

A *expedição de Magalhães* de 1519-1520 revelou um levantamento cartográfico de toda à costa da Patagônia. Não obstante, não estabeleceu a geografia nem da atual província argentina de Tierra del Fuego, nem das Malvinas. A esta expedição se atribui ausência total de testemunhos da descoberta das Malvinas.

Historiadores assinalam a *expedição de Alonso de Camargo* como a mais provável que tenha descoberto as ilhas Malvinas. Abordo da nau

¹⁶ "Uma terra nova da qual percorremos umas 20 léguas e encontramos uma costa deserta sem porto nem habitante". (Tradução nossa)

¹⁷ GOEBEL, Julius. *The Struggle for the Falkland Islands*, Universidad de Yale, 1927. p. 3.

“Incognita”¹⁸¹⁹, a expedição tinha por objetivo a colonização da zona do Estreito de Magalhães, mas ali sofreram um temporal e a Incógnita se separou do grupo. Nos últimos dias de janeiro, a nau chegou ao que se acredita serem as ilhas Malvinas.

Posteriormente a cartografia do estreito que figura no texto de Islario de Alonso de Santa Cruz²⁰ publicado pouco depois do retorno de Incógnita – 1541 – incorpora duas pequenas ilhas na linha paralela ao Estreito de Magalhães. Isto apoiaria a adjudicação do descobrimento a esta nau.

Por outro lado, os britânicos assinalam rotundamente como o verdadeiro descobridor das ilhas Malvinas, *John Davis*. Por razões claras a “Desire” – nau na qual navegava Davis – se separou da expedição e empurrada por uma tormenta, a 14 de agosto de 1592, teria descoberto as ilhas Malvinas.

Os críticos deste descobrimento sustentam que o relato parece notavelmente não acompanhar de nenhuma descrição das terras avistadas, que os detalhes são muito imprecisos e, que o relato apareceu depois do retorno à Holanda do navegante Sebald de Weert.

Poucos anos depois que Davis, em junho de 1539, zarpou o corsário inglês *Richard Hawkins* na nau “Dainty”. Sua missão era atacar povoados e estabelecimentos no Pacífico. Segundo seu relato, a 2 de fevereiro de 1594, quando a nau alcançou aproximadamente os 48° S. de latitude, avistaram uma terra que não figurava em nenhuma carta.

Em geral se lhe aplica as mesmas críticas que seu predecessor, além do fato que as Malvinas se encontram mais ao sul da latitude assinalada por ele.

Finalmente, coube a um navegador holandês a primeira avistagem comprovada e não objetada. *Sebal de Weert* ao comando de nau *Geloof* descobriu três ilhas que batizou como “Sebaldinas”.

Durante todo o período até 1764, as ilhas foram visitadas por marinheiros holandeses, franceses e ingleses. Mas ninguém ocupou e utilizou as ilhas de nenhum modo até que os franceses o fizeram em 1764, 172 anos

¹⁸ Incógnita (tradução nossa)

¹⁹ Por ter-se perdido o nome da nau comandado por Alonso de Camargo, historiadores atribuíram-lhe o nome “Incógnita”.

²⁰ Cosmógrafo e historiador espanhol da época do Renascimento.

depois do alegado descobrimento britânico por John Davis.

3.2.Ocupação e utilização das ilhas

Em outubro de 1689, a caravela “Welfare”, sob o comando de John Strong zarpu da Inglaterra com o destino ao Pacífico. Em janeiro de 1690, empurrada por fortes ventos alcançou o arquipélago das Malvinas. No dia seguinte, desembarcou para buscar provisões de focas e pinguins. Esta operação materializou o primeiro desembarque de ingleses nas ilhas. Para alguns historiadores este desembarque não teve nenhuma consequência legal, pois não teve tomada de posse formal das ilhas, nem ocupação.

Por outro lado, desde 1493 por meio da bula papal “Inter Cieteza” e do Tratado de Tordesilhas, celebrado entre Espanha e Portugal em 1494, o arquipélago estava dentro da jurisdição da Coroa espanhola.

A Guerra dos Sete Anos – 1756-1763 – havia resultado catastróficamente à França, perdendo quase todo seu império colonial às mãos dos ingleses. A Espanha também não se saiu com êxito do conflito, principalmente na América do Norte, perdendo aos ingleses a Flórida e o oeste do Mississipi.

Logo após este episódio, a França tenta reconstruir seu império colonial, às custas, da Espanha e o governo daquele país considerou entre outras propostas, colonizar as Malvinas. Para por em marcha esse plano, se ofereceu Antoine Louis de Bougainville²¹, a quem as ilhas já lhe eram familiares por conta de histórias dos navegantes que ouvira.

Consentido por seu governo, Bougainville preparou uma expedição e zarpu às Malvinas. Em janeiro de 1764 desembarcou nas ilhas. Na ilha Soledad fundou a primeira colônia nas Malvinas, Port San-Louis, a 17 de março de 1764. Em 5 de abril de 1764 toma posse formal das ilhas em nome do rei Luis XV. Até começos do ano seguinte, a colônia alcançava 150 colonos.

A notícia do assentamento e fundação de uma colônia francesa nas Malvinas preocuparam os espanhóis. A autorização por parte da Espanha dessa colônia no Atlântico Sul poderia causar problemas com o inimigo inglês.

Outrossim, marinheiros franceses haviam batizada as ilhas de

²¹ Foi um oficial, navegador e escritor francês, tendo recebido o título de conde em 1808.

Malouines²², porém, os espanhóis alteraram o nome para Malvinas. Diante do ocorrido, na possibilidade de domínio francês sobre as ilhas, a Espanha reagiu energeticamente reclamando junto à Espanha sobre a presença de Bougainville.

Em setembro de 1764, a Espanha começou a negociação com a França. O governo deste país teve acesso às petições espanholas e sugeriu à Espanha que negociasse diretamente com Bougainville.

De fato, as negociações ocorreram de forma direta entre o navegador francês e a corte espanhola. Foi acordado em abril de 1766 a transferência de posse à Espanha, como indenização esta deveria pagar o montante de 618.000 libras francesas.

Dessa forma, fica clara a posse formal espanhola sobre as Malvinas, por conseguinte, esta possessão deveria ser herdada pelos argentinos, como legítimos herdeiros do antigo Vice-Reino do Prato, bem como os territórios pertencentes à sua plataforma continental, onde se encontram as Malvinas. Deste modo, surge um forte argumento histórico que pesa em favor dos argentinos.

Desde então, nunca mais se registraram reivindicações francesas pelo arquipélago. Em 1º de abril de 1767 a Espanha ocupou Port Saint-Luis, mudando o nome imediatamente para Puerto Soledad. A nova colônia ficou sob o governo de Buenos Aires. Foi designado governador da nova colônia Felipe Ruiz Puente²³. Dessa forma, os espanhóis legitimamente e com o reconhecimento francês – primeiros ocupantes – foram investidos do direito sobre as ilhas Malvinas.

Secretamente, os britânicos preparavam em 21 de junho de 1764 uma expedição às ilhas, sob o comando do comodoro John Byron a bordo da caravela Dolphin. De modo, que fica claro que os ingleses não haviam perdido o interesse sobre as ilhas Malvinas e as queria em sua posse.

Em 1765, Byron desembarcou nas ilhas e estabeleceu uma base num lugar que batizou de Puerto Egmont, na parte nordeste da ilha de

²² Denominação atribuída por navegantes franceses em referência ao porto Saint-Maló na França. O nome Malouines é utilizado até os dias de hoje, como equivalente em francês a Malvinas. A denominação Malvinas é a versão de língua espanhola para Malouines, tendo sido originário do termo em francês.

²³ Capitão de navio e designado primeiro governante das Malvinas por Francisco Paula Bucareli y Uruzúa, governador de Buenos Aires.

Grand Malvina. Byron escreveu: *“Tomo posse deste porto e das ilhas adjacentes em nome de sua Majestade o Rei Jorge III da Grã-Bretanha, e as nomeio Ilhas Falkland”*.

Não obstante, o comodoro se limitou a explorar ilhas na costa vizinha, sem haver avistado e sequer tido notícias do assentamento francês de Port Saint-Luis. Em junho de 1765 chegaram notícias à Inglaterra do êxito da missão de Byron.

Somente em março de 1766 os britânicos foram informados da presença franceses nas ilhas.

Finalmente, em 2 de dezembro de 1766, os ingleses encontraram o assentamento francês. Em fevereiro de 1768, data posterior ao transpasso da colônia francesa à Espanha, a corte espanhola ordenou Francisco de Paula Bucareli²⁴ combater e expulsar qualquer assentamento britânico.

Em novembro de 1769 houve o primeiro encontro de ingleses e espanhóis nas ilhas. Em 8 de janeiro de 1770, a mando de Bucareli, partiu uma fragata de Montevideo com o comando do capitão de navio Fernando Rubalcava até alcançar Port Egmont em fevereiro, onde, ele e o capitão inglês Hunt trocaram ameaças e reclamaram para seu rei a posse das ilhas.

Sem sucesso na negociação, em junho de 1770 a mando do rei da Espanha, comandou a expulsão dos britânicos do assentamento de Port Egmont, nas ilhas Malvinas, com a frota de fragatas de Madariaga, compostas pelas fragatas “Santa Bárbara”, “Santa Catalina”, “Santa Rosa” e “Industria” e pelo barco “San Francisco de Paula” e o “Andaluz”, tendo após alguns disparos obtido a rendição dos britânicos.

Em março de 1771 desembarcam na base de Ferrol²⁵ na Espanha para dar a notícia que os espanhóis haviam expulsado os britânicos das Malvinas.

Não obstante, a notícia também chegou à Inglaterra, onde o ocorrido transmutou-se não numa questão de direitos – que de fato não existiam – mas sim de honra.

²⁴ Francisco de Paula Bucarelli y Ursua Lasso de la Vega Villacis y Cordova, tenente-general dos Reais Exércitos Espanhóis e governador de Buenos Aires entre 1766 e 1770.

²⁵ Província da Catalunha, Galícia – Espanha.

Espanha e Inglaterra já se preparavam para a guerra ainda em 1770. A França deveria por obrigação dar apoio à Espanha, pelo Pacto de Família²⁶. No entanto, a França resistia em entrar nesse possível conflito. Diante disto, a Espanha pendia ceder. Desse modo, aceitou negociar sobre os direitos de parte das ilhas, mas não abriria mão de sua soberania sobre estas.

Por recomendação francesa, o rei da Espanha aceitaria repor as possessões britânicas de Port Egmont, como era antes da expedição Rubalcava – ordenada por Bucareli – que havia expulsado os britânicos do local. No entanto, a Inglaterra não parecia disposta à negociar.

Dada a ocupação espanhola sobre Port Egmont, o Marques de Grimaldi²⁷ deu conhecer à Coroa de Espanha que uma retirada espanhola das ilhas em favor à honra dos ingleses, com a posterior **devolução** destas à Espanha por parte dos ingleses, poderia ser uma solução não bélica para o impasse.

O rei da Espanha, Carlos III, cogitava devolver Port Egmont aos ingleses, dando parecer que não havia autorizado a expedição de Rubalcava a mando do governador de Buenos Aires. Não obstante, o monarca espanhol só aceitava essa alternativa, sempre que a soberania sobre as Malvinas e a honra da Coroa de Espanha não fossem afetadas. De modo que, a situação das ilhas ficaria na mesma condição antes da expedição de Rubalcava, no entanto, Port Egmont – que era ocupado pela Inglaterra – posteriormente deveria ser desocupada por ambas as nações – resguardando a honra e a soberania das duas coroas – e Port Saint-Luis continuaria espanhola sob o governo de Buenos Aires. Ou seja, as Malvinas deveriam voltar à condição formal a qual estavam antes da expedição de Rubalcava, onde eram ocupadas legitimamente pela Espanha e não se reconhecia a ocupação formal britânica sobre Port Egmont.

Com efeito, visto o poder da frota britânica na eminência de um ataque inglês sobre as Malvinas para recuperá-las e, sobre tudo, para resgatar sua honra os espanhóis aceitaram restituir a possessão – tendo feito ainda em 1770 – sobre Port Egmont aos britânicos, esperando recíproca posteriormente.

²⁶ Terceiro Pacto de Família assinado a 5 de agosto de 1761 entre os reis da Espanha, França e o duque de Parma. Todos pertencentes à família dos Bourbons.

²⁷ Pablo Jerónimo Grimaldi y Pallavicino, marques de Grimaldi, político e diplomata ítalo-espanhol a serviço dos reis Fernando VI e Carlos III, ambos da Espanha.

No entanto, os ingleses não tinham o hábito de negociar.

Porém, as condições espanholas para um acordo sobre a posse formal das ilhas foram prontamente rejeitadas pelos ingleses. Um conflito entre ambas as coroas era eminente.

O que interessava à Espanha era que os ingleses renunciassem de vez sua **suposta** soberania sobre Port Egmont. Desse modo, a soberania espanhola sobre as ilhas estaria sendo resguardada.

A 23 de abril de 1774 aportou em Port Egmont o navio de abastecimento “Endeavour”, com a ordem de evacuação. Aos britânicos que ali viviam, um alívio. As condições de vida nas ilhas eram uma penúria.

Assim, a fins de maio de 1774, as Malvinas voltam ao governo de Buenos Aires, ou seja, a soberania sobre o arquipélago retorna à Espanha.

Após a ocupação e a posterior evacuação britânica sobre Port Egmont, não se teve nenhum outro assentamento inglês sobre as ilhas e nem se tentou renegociar a soberania destas. Desde então, até 1811 a Espanha exerceu poder soberano sobre as Malvinas.

Por consequência da intervenção espanhola na Guerra de Independência dos Estados Unidos em favor dos rebeldes, a 1780, o vice-rei do Vice-Reino do Rio da Prata, Juan José Vértiz²⁸ ordenou que o antigo assentamento inglês de Port Egmont fosse arrasado, temendo uma possível nova ocupação britânica em represália à ajuda espanhola aos rebeldes norte-americanos.

Em Port Egmont, havia fragatas espanholas permanentes para a defesa do assentamento, onde desde Montevideo partiam navios de reabastecimento às fragatas e, bem como aos que ocupavam – oficiais e prisioneiros – o local. No entanto, com a decadência espanhola, essa esquadra de fragatas vinha tendo seu número reduzido. Desse modo, a dificuldade por defender Port Egmont, motivou a tomada de decisão por arrasar o local e evitar os custos de sua manutenção e proteção militar.

Ficou determinado oficialmente pelos britânicos, que seus títulos de posse sobre as ilhas Malvinas anteriores a 1774 haviam perdido validade em 1790.

²⁸ Juan José de Vértiz y Salcedo, foi o único vice-rei nascido na América do Vice-Reino do Rio da Prata. Governou de 1778 a 1784, quando renunciou em favor de Nicolás del Campo e retornou à Espanha.

Em janeiro de 1811, o último governador espanhol das Malvinas cumpriu ordens de evacuação das ilhas, retirando soldados, canhões, documentos e outros pertences em função da Revolução de Maio²⁹. Não obstante, fora deixada uma placa de chumbo, com a seguinte descrição: *“Esta isla con sus Puertos, Edificios, Dependencias y quanto contiene pertenece a la Soberanía del Sr. D. Fernando VII Rey de España y sus Indias, Soledad de Malvinas 7 de febrero de 1811 siendo gobernador Pablo Guillén”*³⁰.

Mesmo com a partida, os espanhóis tinham intenção de **voltar** às ilhas, **não abrindo mão de seus direitos** sobre estas, depois de 37 anos de posse **indiscutível**.

Durante o período de 1811 a 1833 as ilhas ficaram desabitadas, lembrando que nesse meio tempo, houve o processo e declaração de independência argentina³¹.

Por este período, as ilhas só eram visitadas por barcos baleeiros de diversas nacionalidades e como refúgio.

A 1820 a mando do governo argentino, a fragata Heroína sob o comando do coronel norte-americano Daniel Jewett, para formalizar posse das ilhas Malvinas em nome da Argentina. Ou seja, uma demonstração clara de soberania sobre as ilhas.

Outrossim, oportuno é salientar que em 1821 a notícia da tomada de posse das ilhas Malvinas pela Argentina havia sido publicada tanto nos Estados Unidos, quanto na Europa, sobre tudo, na Inglaterra. No entanto, em 1825 quando fora firmado o Tratado de amizade, Comércio e Navegação entre as Províncias Unidas do Prata³² e a Grã Bretanha, onde também se reconheceu a independência argentina, não se fez referência à ocupação argentina sobre as ilhas Malvinas.

Em 1823, visando reafirmar sua soberania sobre o arquipélago malvinense, Pablo Areguati foi nomeado governador deste. Outra forte

²⁹ Revolução eclodida em 1810 em Buenos Aires, onde os rebeldes depuseram o vice-rei Baltasar Hidalgo de Cisneros e teve por consequência a organização de um Estado argentino, ainda sem independência formal, mas com um governo argentino formado por um junta.

³⁰ Esta ilha com todos seus Portos, Edifícios, Dependências e tudo o que contem pertence à Soberania do Sr. Fernando VII Rei da Espanha e suas Índias. Soledad de Malvinas 7 de fevereiro de 1811 sendo o governando Pablo Guillén. (tradução nossa)

³¹ 9 de julho de 1816.

³² Estado formado por argentinos em nome do rei Fernando VII da Espanha, que antecedeu a independência e criação da República Argentina.

evidência de afirmação soberana foi a concessão a Jorge Pacheco e seu sócio Luis Vernet³³ o direito de criar gado nas ilhas e atividade pesqueira.

Em 1829, Vernet foi nomeado como Primeiro Comandante Político e Militar das ilhas, de modo, a premiar seu pioneirismo. Em trecho do documento em que se refere à esta nomeação, é evidente o senso de soberania dos argentinos sobre as Malvinas: *“Cuando por la gloriosa revolución del 25 de mayo de 1810 se separaron estas provincias de la dominación de la Metrópoli, la España tenía una posesión material en las islas Malvinas, y de todas las demás que rodean al Cabo de Hornos, incluso la que se conoce bajo la denominación de Tierra del Fuego, hallándose justificada aquella posesión por el derecho del primer ocupante, por el consentimiento de las principales potencias marítimas de Europa y por la cercanía de estas islas al Continente que formaba el Virreinato de Buenos Aires, de que del Gobierno dependían. Por esta razón, habiendo entrado el Gobierno de la República en la sucesión de todos los derechos que tenía sobre estas Provincias la antigua metrópoli, y de que gozaban sus virreyes, ha seguido ejerciendo actos de dominio en dichas islas, sus puertos y costas a pesar de que las circunstancias no han permitido ahora dar a aquella parte del territorio de la República, la atención y cuidados que su importancia exige, pero siendo necesario no demorar por más tiempo las medidas que pueden poner a cubierto los derechos de la República, haciéndole al mismo tiempo gozar de las ventajas que pueden dar los productos de aquellas islas, y asegurando la protección debida a su población”*³⁴.

Posto isso, tem-se evidente não somente os direitos argentinos sobre as ilhas, expressados como legítimos herdeiros do Vice-Reino do Prata e

³³ Francês naturalizado argentino.

³⁴ Quando da gloriosa revolução de 25 de maio de 1810 se separaram estas províncias da dominação da Metrópole, a Espanha tinha uma possessão material nas ilhas Malvinas, e todas as demais que rodeiam o Cabo de Hornos, inclusive a que se conhece sob denominação de Tierra del Fuego, encontrando-se justificada aquela possessão por direito do primeiro ocupante, pelo consentimento das principais potências marítimas da Europa e pelas cercanias destas ilhas o Continente que formava o Vice-Reino de Buenos Aires, do qual governo dependiam. Por essa razão, havendo entrado o Governo da República na sucessão da todos os direitos que tinha sobre estas Províncias à antiga Metrópole, e do que gozavam seus vice-reis, segue-se exercendo atos de domínio em ditas ilhas, seus portos e coisas, a pesar de que as circunstâncias não terem permitido agora dar àquela parte do território da República, a atenção e cuidados que sua importância exige, mas sendo necessário no demorar de mais tempo as medidas que possam pôr os direitos a serviço da República, fazendo-a ao mesmo tempo gozar das vantagens que possam dar os produtos daquelas ilhas, e assegurando a proteção devida a sua população. (tradução nossa)

suas adjacências, como a justificativa por não havê-las ocupado tão prontamente à sua independência.

Ainda cabe ressaltar, por dito trecho de documento, que a Espanha possuía as ilhas previamente, que esta possessão havia sido justificada por direito de ocupação, que as principais potências marítimas assim o haviam reconhecido e que as ilhas em questão se encontravam próximas ao território do antigo Vice-Reino do Prata.

Quando da reclamação britânica sobre as ilhas, no momento em que se havia publicado a notícia na Europa e nos EUA da ocupação argentina das Malvinas, a atividade pesqueira nas ilhas estava em baixa. Ainda vale ressaltar que Vernet tinha direitos exclusivos de referida atividade nas ilhas e imediações. Vernet havia informado aos comandantes dos barcos pesqueiros de que haviam de cessar as atividades, sob a pena, de serem presos e enviados a julgamento em Buenos Aires.

Com o aprisionamento de alguns barcos pesqueiros, principalmente norte-americanos, e o julgamento de seus capitães em Buenos Aires, havia chamado à atenção dos britânicos, que de fato os argentinos exerciam soberania sobre as ilhas.

Em agosto de 1832 o Almirantado britânico solicitou ao congresso o envio de um almirante às ilhas, com o fim de exercer a soberania da Coroa sobre estas. O pedido foi acatado, de modo que os britânicos almejavam exercer de fato a soberania sobre as Malvinas.

Os ingleses afirmavam que as Malvinas estavam na condição *res nullius*³⁵. Ainda, alegavam que a soberania argentina sobre as ilhas carecia de reconhecimento internacional.

Em dezembro de 1832, os britânicos desembarcam em Port Egmont e fixam aviso de possessão. Em janeiro do ano seguinte, uma corveta ancorou em Puerto Soledad e informou que haviam desembarcado para exercer soberania em nome da Coroa inglesa.

A informação havia sido passada pelo comandante Onslow, e ainda, ordenou a retirada da bandeira argentina, dando lugar à bandeira britânica. A ordem não foi acatada pelos argentinos que ali residiam, onde a

³⁵ Coisa ou lugar sem dono, sem ninguém.

bandeira inglesa foi hasteada à revelia.

Como não se bastasse, os argentinos tiveram que se retirar das ilhas a mando dos ingleses.

Dados os acontecimentos, a diplomacia argentina encabeçada pelo ministro Manuel Vicente Maza, deixou claro que não aceitava a situação e encaminhou um despacho à diplomacia britânica. Em referido despacho, constava: “...*el gobierno de Buenos Aires no podía ver en ellos sino un gratuito ejercicio del derecho del más fuerte... para humillar e rebajar a un pueblo inerme e infante*”³⁶.

Diante da exposta reclamação argentina, os britânicos tentaram justificar que nunca haviam reconhecido o direito argentino sobre as ilhas, que após a retirada dos espanhóis em 1811, as ilhas Malvinas ficaram na condição *res nullius*, ou seja, abandonadas onde, *a posteriori*, não se justificaria a tomada de sua possessão pelos argentinos. Ainda, alegaram que as Malvinas eram de sua jurisdição desde o século XVIII.

3.3. Disputa diplomática pelas Malvinas

Desde então, iniciou-se uma disputa diplomática acerca da soberania sobre as Malvinas, onde Argentina e Grã-Bretanha reclamam a si o direito sobre estas. Tal situação perdurou até 1982, quando culminou num conflito bélico entre ambas as nações. Após o malogrado intento argentino em recuperar as ilhas à força, as tentativas de negociação via diplomacia voltaram à tona até os dias de hoje.

O dia 17 de junho de 1833 marcou a data do início das tratativas diplomáticas entre argentinos e britânicos pela soberania das ilhas Malvinas. Manuel Moreno, representante argentino junto à Inglaterra, encaminhou à diplomacia de referido país, um documento, conhecido como “*Protesta*”³⁷, onde seu governo reiterava a posse das Malvinas, alegando que as Província Unidas do Prata – Estado já reconhecido pela comunidade internacional à época – era o Estado sucessor da Espanha nas possessões do antigo Vice-Reino do Prata, onde encontra-se as tão disputadas ilhas.

Pelo que já foi exposto anteriormente, há indícios muito claros

³⁶ O governo de Buenos Aires não poderia ver neles senão um gratuito exercício do direito do mais forte... para humilhar e rebaixar um povo indefeso e infante. (tradução nossa)

³⁷ Da língua espanhola, significa protesto. (Tradução nossa)

de que as Malvinas pertenciam à jurisdição de Buenos Aires – subordinada à Coroa espanhola. Diante da independência da Argentina, conseguintemente, ou naturalmente, a posse do arquipélago recaiu aos argentinos.

Não obstante, após outra investida do mesmo diplomata argentino supracitado, nova negativa britânica. Mais uma vez, os britânicos alegavam que os direitos de sua Coroa jamais haviam sido extintos, mesmo após terem deixado Port Egmont. Porém, poder-se-á passar um equívoco histórico, pois o assentamento inglês existiu simultaneamente a aquele assentamento francês de Port Saint-Luis, sendo o último, precursor. Em posterior negociação, Port Saint-Luis foi passado formalmente à Coroa espanhola.

Desde 1832, da tomada ilegítima das Malvinas pelos britânicos, as tentativas diplomáticas argentinas em recuperar o arquipélago, naturalmente não poderiam ter cessado. De fato, durante os 150 anos – até à ação bélica argentina em 1982 – os argentinos não desistiram de seus direitos sobre as ilhas. Foram ao todo cinco reclamações argentinas a cargo de Manuel Moreno, todas infrutíferas.

Em 1946, foi aprovado o Art. 73 da Carta das Nações Unidas que apoiavam a independência dos territórios coloniais. A título de comparação, a Índia – então colônia britânica – conseguiu sua independência no ano seguinte. Não obstante, a Inglaterra havia classificado as Malvinas como sua colônia. Prontamente, os argentinos amparados por referida resolução, protestaram. Novamente, sem sucesso algum.

Ainda no mesmo ano na Argentina, foi decretada a soberania argentina sobre os mares epicontinentais. Mais uma vez, os argentinos demonstravam sua soberania sobre as ilhas.

A “Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais” da ONU, na sua resolução 1514 (XV) de 14 de dezembro de 1960, declara que:

1. A sujeição dos povos a uma subjugação, dominação e exploração constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundial.

2. Todos os povos tem o direito de livre determinação; em virtude

desse direito, determinam livremente sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

3. A falta de reparação na ordem política, econômica e social ou educativa não deverá nunca ser o pretexto para o atraso da independência.

4. A fim de que os povos dependentes possam exercer de forma pacífica e livremente o seu direito à independência completa, deverá cessar toda ação armada ou toda e qualquer medida repressiva de qualquer índole dirigida contra eles, e deverá respeitar-se a integridade de seu território nacional.

5. Nos territórios, sem condições ou reservas, conforme sua vontade e seus desejos livremente expressados, sem distinção de raça, crença ou cor, para lhes permitir usufruir de liberdade e independência absolutas.

6. Toda tentativa encaminhada a quebrar total ou parcialmente a unidade nacional e a integridade territorial de um país é incompatível com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.

7. Todos os estados devem observar fiel e estreitamente as disposições da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal de Direitos Humanos e da presente declaração sobre a base da igualdade, da não intervenção nos assuntos internos dos demais Estados e do respeito aos direitos soberanos de todos os povos e de sua integridade territorial.” (Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas de 14 de dezembro de 1960)

Pelo exposto, fica evidente a incompatibilidade de um território colonial na América e em outras partes do mundo. No entanto, poder-se-á levantar a situação hipotética de as Malvinas passarem a ser uma colônia da Argentina. Porém, seria totalmente falso, pois as Malvinas formariam parte da federação argentina, ou seja, sendo uma **província**, não uma colônia, como no caso britânico.

A Resolução 2065 da ONU estabeleceu que a Argentina e a Inglaterra, deveriam negociar a possessão das ilhas. De modo, que os ingleses viram-se na obrigação de negociar. Dessa maneira, foi um grande avanço da diplomacia argentina, em última análise, foi um reconhecimento internacional que a reivindicação argentina era **legítima**.

Em 1968 a situação mostrava-se favorável à Argentina, onde fora acordado mutuamente condições diplomáticas para a transferência de soberania. Não obstante, tal transferência não levava em consideração

elementos fundamentais. O interesse de ambas as nações em detrimento dos habitantes malvinenses.

Nesse momento, detecta-se uma grave agressão à liberdade, a dos que nas ilhas viviam. Assim pois, nessa negociação entre ambos Estados, a **propriedade privada** sofre agressões. No caso da transferência de soberania de um Estado a outro, os títulos de propriedade privada dos habitantes das ilhas poderiam ser **anulados**.

Pelo ponto de vista da liberdade, mesmo havendo desapropriações onde fossem pagas indenizações pelo Estado – independentemente qual seja –, os proprietários seriam igualmente lesados. Numa análise mais profunda e humana, a propriedade privada é parte indissolúvel da vida dos indivíduos que residiam nas ilhas. Noutras palavras, suas vidas passam-se nas ilhas e a desapropriação representaria um grave e irreparável transtorno: ter de deixar o próprio lar.

Os interesses dos Estados feitos rolos compressores esmagariam os **direitos** dos indivíduos. Destarte, fica evidente como o poder do Estado pode agredir a liberdade individual.

Em represália, surgiu o Falklands Islands Pressure Group, um grupo de pressão formado por proprietários de terras nas ilhas, que se posicionava contrário à transferência de soberania. Em pouco tempo, a associação contou com a simpatia de parlamentares, o que ocasionou a recusa do Parlamento britânico a transferir a soberania.

Ainda assim, em 1971 os britânicos fecham um acordo em que a Argentina ofereceria provisões, incluindo transporte e comunicações às Malvinas, visando à simpatia dos insulanos.

No entanto, já em 1973, houve uma reviravolta, o cenário que se mostrava favorável aos argentinos, onde parecia que aos poucos conseguiriam a retomada de soberania sobre as Malvinas, se modificou. A Inglaterra se recusou a negociar a soberania sobre as ilhas, alegando não poder desistir da soberania em função de seus habitantes. As negociações foram paralisadas.

No mesmo ano, em resolução da ONU de número 3160, reiterou resoluções anteriores e pedia que os países retomassem as negociações.

Em 1975 sob o comando do Lord Shackenton, uma missão é enviada às Malvinas, com intuito de verificar se possuíam recursos naturais exploráveis. Os argentinos protestaram, afirmando – inutilmente – não terem autorizado tal expedição.

Os ânimos começaram a se acirrar com a presença do navio de guerra *HMS Shackleton* no Atlântico Sul. Em resposta, a Argentina retirou seu diplomata de Londres, também em protesto ao fim das negociações. Londres também ordenou a retirada de seu diplomata de Buenos Aires.

Em 1977, com rumores de uma possível ação militar argentina para recuperar as ilhas, os britânicos enviam secretamente um submarino e duas fragatas ao Atlântico Sul. Dois anos mais tarde, os dois países concordam em mandar de volta seus diplomatas a ambas às capitais.

Em janeiro de 1982 os dois países criam uma comissão permanente de negociações para uma possível transferência de soberania. No entanto, houve um episódio que veio a abalar tais tratativas, no qual trabalhadores argentinos foram expulsos das ilhas Geórgia do Sul – também reivindicadas pela Argentina -, onde inclusive, o navio de guerra *HMS Endurance* foi enviado às ilhas para dar cabo de tal tarefa. O clima tenso ficou ainda mais tenebroso, em razão do envio do navio de guerra argentino *ARA Bahía Paraíso*, também às referidas ilhas.

Pelo exposto, poder-se-á notar que essa rivalidade alcançou níveis instáveis e perigosos. Não obstante, vislumbrar a possibilidade de uma guerra envolvendo os dois países seria um tanto quando inusitada, visto que naquele momento, o mundo ainda vivia a “Guerra Fria”, onde tanto argentinos, quanto britânicos pertenciam ao bloco **capitalista** e mantinham-se alinhados com os EUA. Outrossim, ainda num possível conflito armado entre países de mesmo bloco – que até então não havia se materializado em referido período – , a princípio, sua análise estratégica à época, fatalmente apontaria uma abismal disparidade de poderio bélico e econômico, favorável à Grã-Bretanha.

CAPÍTULO 4: OS ANTECEDENTES POLÍTICOS NA ARGENTINA

A fim de estabelecer um verdadeiro e fidedigno entendimento sobre algumas das **reais** causas da **guerra** pelas Malvinas, dever-se-á analisar

minuciosamente os fatores políticos e sociais argentinos retrocedendo alguns anos antes do conflito protagonizado por Argentina e Inglaterra.

Levando-se em consideração que a Guerra das Malvinas ocorreu por iniciativa da **Argentina**, o estudo das motivações do conflito deve partir das peculiaridades **políticas** de dito país.

4.1.O Golpe militar de 1976

Em 24 de março de 1976 uma junta composta pelo general do exército Jorge Rafael Videla, o almirante da aeronáutica, Emilio Eduardo Massera e pelo brigadeiro da marinha, Orlando Ramón Agosti, ocupou o poder destituindo o governo constitucional e democrático de María Estela Martínez de Perón, iniciando a ditadura que se auto-intitulou como *Proceso de Reorganización Nacional*³⁸.

Durante o *Processo de Reorganização Nacional*, a Argentina foi governada por quatro juntas militares sucessivas, integradas pelos chefes das três forças armadas:

- **Primeira junta** (1976-1978): Tenente General Jorge Videla do exército, Almirante Emiliano Massera da marinha e o Brigadeiro General Orlando Agosti da aeronáutica;
- **Segunda junta** (1978-1981): Tenente General Roberto Viola do exército, Almirante Armando Lambruschini da Marinha e o Brigadeiro General Omar Graffigna da aeronáutica;
- **Terceira junta** (1981-1982): Tenente General Leopoldo Galtieri do exército, Almirante Jorge Anaya da marinha e o Brigadeiro General Basilio Lami Dozo da aeronáutica.
- **Quarta junta** (1982-1983): Tenente General Cristino Nicolaidis do exército, Almirante Rubén Franco da marinha e o Brigadeiro General Augusto Hughes da aeronáutica.

Vale lembrar que estas juntas nomearam como presidente de fato a Jorge Rafael Videla – primeira junta –, Roberto Eduardo Viola – segunda

³⁸ Processo de Reorganização Nacional. (Tradução nossa)

junta –, Leopoldo Fortunato Galtieri – terceira junta – e Reynaldo Benito Bignone – nomeado pela quarta junta –, todos pertencentes ao exército.

Nesse período o país atravessava um momento muito delicado: grave crise econômica, crise política, ações de movimentos guerrilheiros comunistas, terror causado pelo grupo *Triple A*³⁹, entre outros fatores, prepararam o terreno para o golpe de Estado, que prometia restabelecer a ordem no país com o monopólio estatal da força.

4.2.Aspectos políticos

Consolidado o golpe de Estado, durante o período de 1976 e 1983, uma junta militar chegou ao poder num contexto muito conturbado. Enfrentamentos entre facções políticas rivais eram frequentes, na maioria das vezes entre grupos de extrema esquerda⁴⁰ e extrema direita⁴¹, que viviam em forte tensão desde os anos 1960. Com a morte de Juan Domingo Perón – assumindo a presidência sua vice e esposa María Estela Martínez de Perón – o clima conturbado entre esses grupos extremistas intensificou-se.

Os militares buscaram justificar sua subida ao poder, alegando a insuficiência da democracia em manter a ordem civil. Desse modo, era necessário o uso da força para restabelecer a paz interna.

No espectro ideológico, os militares aparentavam tendência liberal no aspecto econômico – liberal não em sentido amplo –, podendo-os classificar como ditadura de direita, visto que, no que se refere às liberdades civis, eram bem restritivos.

A premissa de combater as guerrilhas terroristas serviu à junta militar que governava o país como pretexto para iniciar uma repressão sistemática a todas as formas de protestos da sociedade, incluindo as manifestações pacíficas.

O quadro político-institucional que as Forças Armadas Argentinas queriam estabelecer no país era um modelo político que reprimisse organizações e reclamações sociais, e o desmantelamento das estruturas sindicais. Foram suspensas por tempo indeterminado as atividades políticas e

³⁹ Triple A, ou em português Triplo A, era a denominação para à Aliança Anticomunista Argentina, grupo terrorista para-policial de extrema-direita. Assassinararam artistas, intelectuais, estudantes, guerrilheiros, historiadores e sindicalistas de esquerda.

⁴⁰ Comunistas.

⁴¹ Ultraconservadores, não se confundindo com nazifascistas.

sindicais, revogado o direito de greve e se proibiu todos os partidos de esquerda.

4.3.A Economia durante o período

No final da década de 1970 e início da década de 1980, a Argentina vivia grave crise econômica. Dívida externa, desindustrialização, concentração econômica, institucionalização da inflação, queda do salário real e aumento do nível de pobreza, faziam parte da realidade do país.

Muito embora exista a ideia de que os militares argentinos em termos econômicos eram liberais, isso é um equívoco. Mesmo defendendo algumas bandeiras do liberalismo, como privatizações – da petrolífera nacional Yancimientos Petrolíferos Fiscales –, a economia no *Processo de Reorganização Nacional* era **controlada** pelo governo. Desse modo, afasta-se a ideia liberal/libertária de **não intervenção** estatal na economia.

Expoente do autoritarismo econômico, responsável e cúmplice de **violações de direitos individuais** – cujas consequências perseguem os argentinos até os dias de hoje – José Alfredo Martínez de Hoz foi o ministro de economia argentino – equivalente a ministro da fazenda – entre os anos de 1976 e 1981, ou seja, foi o arquiteto do plano econômico do *Processo de Reorganização Nacional*.

A gestão econômica de Martínez de Hoz alavancou-se no caráter autoritário do governo militar. Os controles de preços no ano de 1977 notadamente não condiziam com uma política de livre-mercado – derrubando a tese de que os militares adotaram um plano econômico liberal –, pois nesse sentido, empresários e vendedores não poderiam **livremente** estabelecer seus preços, como demonstra Ludwig von Mises (MISES, 2010, págs.: 859,860):

Se essa interferência nos preços das mercadorias, dos salários e das taxas de juro abrangesse todos os preços, salários e taxas de juro, ela equivaleria à substituição da economia de mercado pelo socialismo (modelo alemão). Assim sendo, virtualmente desapareciam o mercado, a troca interpessoal, a propriedade privada dos meios de produção, a atividade empresarial e a iniciativa privada. O indivíduo já não teria possibilidade de isoladamente influenciar o processo de produção; todo indivíduo seria obrigado a obedecer às ordens de um comitê central de controle de produção. Aquilo que no conjunto dessas ordens é denominado de preços, salários e juros já não são preços, salários e juros no sentido catalático desses termos. São meras determinações quantitativas fixadas pelo diretor, sem qualquer relação com o processo de mercado.

Desse modo, este modelo econômico argentino idealizado por Martinez de Hoz com “véu liberal”, de nada se assemelha com o livre-mercado, tendo alguns inequívocos traços de uma economia *nazista* – modelo alemão descrito por Mises. De modo que, a livre atividade empresarial estava vedada, não havendo **liberdade** de precificação de bens e serviços. A troca interpessoal estaria violada na impossibilidade de duas partes **negociarem livremente** – sem intervenção estatal – determinados bem ou serviço. Em última análise, a **propriedade privada** seria **violada**, ao passo que o dono desta não poderia atribuir-lhe seu valor de acordo com sua **subjetividade**, pois os preços estavam sendo controlados pelo governo.

Não obstante, ainda poder-se-á questionar a natureza da suposta privatização periférica da petrolífera nacional YPF – Yancimientos Petrolíferos Fiscales –, pois esta não configurou uma **real privatização**. Entende-se por privatização, a transferência irrestrita de propriedade do Estado para o setor privado e, uma vez formalizada, o novo proprietário deveria usufruir de sua **propriedade** da maneira que lhe convier. No entanto, isso não se materializou nas “privatizações” que ocorreram na Argentina em referido período e nem mesmo nas que ocorreram na América Latina nos anos 1990, pois o que se viu foi uma transferência de gestão de patrimônio estatal à iniciativa privada, sendo que esta estaria sendo **regulamentada** por agências reguladoras estatais.

A chamada “liberalização do mercado financeiro” foi neutralizada por meio das operações do Banco Central, onde se estabeleciam arbitrariamente o preço da moeda e as taxas de juros. Destarte, de modo algum houve uma liberalização do mercado financeiro, este ficou totalmente dependente do planejamento central, evidenciando uma política claramente antiliberal.

Uma solução, nesse sentido, seria a eliminação dos privilégios que gozavam os bancos, amparados pelo estatismo monetário que prevalece até esses dias. Assim, a solução seria ter privatizado empresas estatais e levado a cabo uma reforma monetária e bancária que contemplasse a volta do padrão-ouro clássico para tornar a moeda e o crédito independentes do poder político central.

Só assim, teoricamente, os participantes do mercado

determinariam os juros através de suas ações, compatibilizando a oferta de poupança com a demanda por ela, ou seja, as taxas de juros seriam determinadas de acordo com o volume de poupança de capitais por parte dos participantes do mercado, onde quanto maior esse volume – maior oferta de dinheiro –, menores as taxas de juros. Quanto menor volume de capital poupado – menos oferta de dinheiro –, maiores seriam as taxas de juros.

Desse modo, a intervenção estatal por meio do Banco Central além de desnecessária, representou um descompasso à saúde econômica que poderia ser estabelecida por um livre-mercado.

A vigência plena da *Ley de Abastecimiento*⁴²⁴³ – promulgada em 1974 – e mantida por Martinez de Hoz promoveu um estreito relacionamento entre o poder público e grandes empresas, onde empresários “amigos” do governo eram beneficiados com privilégios especiais, como fixação de preços de bens e serviços.

Ainda, houve “resgates” de empresas privadas deficitárias e ineficientes pelo governo militar, onde alegavam que estas se encontravam na “patriótica” tarefa de construção da Argentina.

Dessa maneira, se nota outra política antiliberal, pois a concorrência dentro de um **livre-mercado** premia aqueles que **melhor** satisfazem os consumidores, numa justaposição entre menor preço e qualidade de um determinado bem ou serviço – fomentando a busca frenética por oferecer o menor preço e alta qualidade, trazendo inovações e beneficiando os consumidores. Por outro lado, o livre-mercado **pune** aqueles que são **ineficientes** na oferta de bens e serviços na ausência de bons preços e qualidade. Por essa lógica, um resgate de empresas deficitárias e ineficientes pelo governo configura uma prática totalmente antiliberal em detrimento dos consumidores. Numa análise mais profunda, os recursos utilizados para este resgate viriam de cofres **públicos**, ou seja, dinheiro fruto da arrecadação de **impostos**⁴⁴ que premiaria a ineficiência destes participantes do mercado, em

⁴² Lei de abastecimento. (Tradução nossa)

⁴³ Lei sancionada pelo Congresso da Nação Argentina em 1974, estabelecia a regulamentação da compra e venda, permuta e locação de coisas móveis, obras e serviços, que satisfazia – diretamente ou indiretamente – necessidades comuns ou correntes da população, assim como as penalidades para os infratores.

⁴⁴ imposto é tido como roubo, pois o contribuinte é forçado a desfazer-se de sua propriedade na forma de capital.

amplo prejuízo dos contribuintes/consumidores. Noutras palavras, mais simplificada, esse tipo de intervenção do Estado no mercado acarreta em **prejuízos públicos** de empresas **privadas**, sendo que estas têm seus lucros **privados**. Desse modo, num livre-mercado, empresas ineficientes e deficitárias devem procurar meios próprios para sanar seus problemas financeiros e buscar tornarem-se eficientes e lucrativas, ou do contrário: **fechar as portas**.

Esse planejamento central da economia com face liberal grotescamente falsificada, fatalmente levaria o país à recessão – como de fato ocorreu.

Em março de 1975, a inflação alcançava assombrosos 300% ao ano, o PIB recuou em 1,4% e a renda per capita caiu em 3 %, enquanto os preços ao consumidor haviam subido – de março de 1975 a janeiro de 1976 – a 566%.

Em 1976 a dívida externa era de US\$ 6.648 bilhões, sendo US\$ 3.091 bilhões privada, cinco anos mais tarde saltou para US\$ 35.671 bilhões, ou seja, 48% do PIB. Isso devido fato de que as taxas de juros se elevaram, obrigando o empresariado a buscar financiamento no exterior – aumentando a dívida externa privada. No entanto, o que ainda explica esse alto endividamento, é que no exterior as taxas de juros eram bem mais baixas que na Argentina, de modo que muitos grupos econômicos contraíam dívidas no estrangeiro e investiam na Argentina, a uma taxa de juros maior, no entanto, ainda inferior à taxa de juros corrente no país, obtendo lucros acentuados.

Em 1980 as exportações caíram 20% em relação ao ano anterior, as importações subiram em 30%, a produção industrial havia reduzido em 10% de sua contribuição com o PIB. Muitas grandes empresas fecharam suas portas, como a GM, Peugeot, Citroen, Chrysler, Siam, Decca e demais empresas grandes e pequenas.

4.4.Repressão Cultural

Os militares argentinos tinham claro que apenas uma repressão por meio da força, não era o bastante. Seus inimigos estavam também em outra “trincheira”: o campo **cultural**.

Tendo isso em mente, o governo militar iniciou um processo massivo de repressão, queima de livros, violência contra profissionais de

relevância social, como jornalistas, membros comunistas da igreja Católica⁴⁵, professores, advogados, médicos, músicos, escritores, atores, psicólogos, entre outros.

O sistema educacional argentino foi remodelado para um modelo doutrinário segundo a ideologia do Estado. O sistema pedagógico foi alterado, os conteúdos ensinados modificados, os estabelecimentos de ensino foram reprimidos e inclusive, exigiam antecedentes dos alunos ingressos ao ensino superior. Desse modo, doutrinando crianças e os jovens, se preveniam “futuros subversivos”. Já os universitários, na impossibilidade de “ensiná-los” de acordo com as novas diretrizes, se lhes reprimia e perseguia.

Em torno de 80% dos jovens argentinos que cursavam o ensino secundário entre 1978 e 1983, não se lembram de ter tido vida social, festas estudantis e muito menos ouviam músicas com conteúdo crítico – censuradas pela ditadura.

Livros conseguintemente não escapariam do controle governamental. Em especial, obras de viés comunista foram proibidas, como a mais famosa delas: O Capital, de Karl Marx.

Pelo exposto, a ideia de liberdade de expressão e opinião via-se claramente esmagadas pelas botas do governo militar.

4.5.Censura à mídia

Segundo o Comunicado N° 19, de 24 de março de 1976: *Se comunica a la población que la junta de Comandantes Generales ha resuelto que sea reprimido con la pena de reclusión por tiempo determinado el que por cualquier medio difundiera, divulgare o propagara comunicados o imágenes provenientes o atribuidos a asociaciones ilícitas o personas o grupos notoriamente dedicados a actividades subversivas o de terrorismo. Será reprimido con reclusión de hasta 10 años el que por cualquier medio difundiera, divulgare o propagara noticias, comunicados o imágenes con el propósito de perturbar, perjudicar o desprestigiar la actividad de las FF.AA. de seguridad o policiales*⁴⁶.

⁴⁵ Em várias encíclicas papais o socialismo e o comunismo são condenados. No entanto, surgiu um movimento comunista dentro da igreja, a Teologia da Libertação.

⁴⁶ Comunica-se à população que a junta de comandantes gerais resolveu que seja reprimida com pena de reclusão por tempo determinado aquele que por qualquer meio difundir, divulgar ou propagar comunicados ou imagens provenientes ou atribuídas a associações ilícitas ou pessoas ou grupos

Desse modo, durante o Processo de Reorganização Nacional – 1976 – 1983 –, os meios de comunicação eram outras grandes vítimas de perseguições, censuras e proibições.

Os meios televisivos e de radiodifusão tinham ideologias variadas, no entanto, estavam pressionados pela ditadura, dadas as limitações que se lhes aplicavam. Ambos tiveram “listas negras” de músicas, programas e novelas, assim como apresentadores, atores, escritores e jornalistas.

Outrossim, esses meios coniventemente ou forçosamente foram crucias ao governo argentino durante a Copa do Mundo de futebol de 1978 – vencida pelos anfitriões – realizada na Argentina, onde procurou-se ocultar os sérios problemas vividos pelo país, desviando o foco para um paixão do torcedor argentino, o futebol. De fato, esse “pão e circo” moderno argentino fez aliviar a pressão popular sobre a ditadura, onde se “vendia” ao mundo uma imagem forjada de felicidade e esperança, inexistentes.

4.6. Terrorismo de Estado durante o Processo de Reorganização Nacional

Neste tenebroso período, os sequestros eram o *modus operandi* do governo para garantir a ordem social. Consistiam em aprisionar pessoas – suspeitas de serem subversivas – ilegalmente, sem direito a defesa legal e tampouco sem comunicar seus familiares. Tal prática muitas vezes era executada pela própria **polícia**.

Os sequestros eram realizados nas madrugadas, por grupos chamados de *Ocasiones Especiales*⁴⁷, formados por mais de 50 agentes.

Invadiam a **propriedade** – liberdade agredida –, cortavam a energia do local, aprisionavam o suspeito, vendavam seus olhos, encapuzavam sua cabeça e o **torturavam** diante de sua mulher e filhos, que eram deixados com algum vizinho, familiar ou até mesmo abandonados. Noutros casos, poderiam ser levados junto dos pais aos centros de detenção, para que depois fossem levados à adoção.

As autoridades militares argentinas sequestravam os que consideravam “subversivos”, que geralmente eram:

notoriamente dedicados a atividades subversivas ou de terrorismo. Será reprimido com reclusão de até 10 anos aquele que por qualquer meio difundir, divulgar ou propagar notícias, comunicados ou imagens com o propósito de perturbar, prejudicar ou desprestigiar a atividade das Forças Armadas Argentinas, de segurança ou policiais. (Tradução nossa)

⁴⁷ Situações Especiais. (Tradução nossa)

- Os que faziam ação social em comunidades pobres
- Os que tinham como objetivo uma melhoria salarial
- Membros de grupos estudantis
- Jornalistas que mostravam desacordo com as autoridades militares
- Psicólogos e sociólogos, por pertencerem a profissões “suspeitosas”
- Membros da igreja Católica que prestavam auxílio espiritual em bairros pobres
- Os amigos de qualquer dos detidos, os amigos destes também.

Essas desapareições forçadas – perpetradas pelo governo argentino – são delitos complexos, múltiplos e acumulativos que atentam contra um conjunto de direitos fundamentais⁴⁸:

- Direito à vida⁴⁹;
- Direito à liberdade e a segurança pessoal⁵⁰;
- Direito a tratamento humano e respeito à dignidade⁵¹;
- Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica⁵²;
- Direito à identidade e da vida familiar, especialmente no caso dos filhos⁵⁴;
- Direito à reparação, inclusive mediante indenização⁵⁵;
- Direito à liberdade de expressão, opinião e informação;
- Direitos trabalhistas e políticos.

Desse modo, tem-se flagrante, graves e irreparáveis agressões à liberdade, não apenas sob o ponto de vista desta, mas também do **direito**.

⁴⁸ São entendidos como direitos geralmente previstos em Carta Magna, relativos à dignidade humana.

⁴⁹ Art. 4 da Convenção Americana.

⁵⁰ Art. 7 da Conv.

⁵¹ Art. 5 da Conv.

⁵² Personalidade jurídica é uma criação do Direito, para que o indivíduo seja considerado pessoa, e, portanto, tenha direitos e deveres.

⁵³ Art. 3 da Conv.

⁵⁴ Art. 19 da Conv.

⁵⁵ Art. 63 da Com.

Não obstante, leva-se à reflexão do real perigo representado pelo **monopólio**⁵⁶ do poder coercitivo nas mãos do Estado. Em tais situações, os indivíduos encontram-se tolhidos de sua liberdade e seus direitos⁵⁷ fundamentais, sendo totalmente oprimidos por aquele que os deveria proteger: o Estado.

De posse de poderes irrestritos e fazendo-se conseguintemente do poder coercitivo, os militares lançaram mão do que ficou conhecida por *Guerra Sucia*⁵⁸, onde – com endosso norte-americano – eram utilizados recursos violentos contra os setores oposicionistas para erradicar a “ameaça comunista⁵⁹”. Nesse sentido, o governo militar sequestrou, torturou e assassinou milhares de dissidentes e suspeitos políticos de toda espécie, inclusive, médicos e advogados que se ofereciam para dar apoio profissional aos perseguidos. Como não bastasse, criou centros clandestinos de detenção – para dar cabo à sua “missão” –, onde calava as bocas das quais clamavam democracia, liberdade e outras por comunismo⁶⁰. Porém, seu eco não foi possível de deter. Alguns poucos conseguiram livrar-se desse “holocausto argentino” e fizeram conhecer sua história.

Nestes centros de detenção onde eram levados, ficaram conhecidos como “desaparecidos”, grande parte não regressou à casa, sendo sepultados ali mesmo em covas comuns.

4.7. Governo Galtiere e a Guerra

Em 1981 havia um descontentamento de oficiais da “linha dura” com o governo do Tenente-General Roberto Viola, dentre eles, Leopoldo Fortunato Galtieri. Por este motivo, cogitaram substituir Viola da presidência por outro militar. A Junta Militar havia decidido em novembro a saída de Viola em favor de Galtieri, alegando que o presidente apresentava problemas de saúde. No entanto, essa troca de governante, finalmente, foi justificada como

⁵⁶ Mais adiante, no que tange as soluções propostas para a problemática central do trabalho, serão apontados caminhos para a desarticulação do poder coercitivo e bélico estatal por meio de privatização da segurança e redução da carga tributária, entendidos como único meio para o resguardo da liberdade.

⁵⁷ Segundo a doutrina libertária, ter direito a algo, não implica na obrigatoriedade que outrem o satisfaça. Isso levaria à escravidão de um em benefício a outro. Direito, no caso, segundo os libertários, é não ser impedido coercitivamente de realizar ações em que não se agrida a liberdade, a pessoa e a propriedade de outrem.

⁵⁸ Guerra suja. (Tradução nossa)

⁵⁹ Grech, Daniel A.; *U.S. OK'd "dirty war"*. Miami Herald, 4 de dezembro de 2003.

⁶⁰ Muito embora entenda-se o comunismo por utopia e seu estágio preparatório, o socialismo, como outra ditadura, nada se justifica o que se fez. A liberdade de expressão e pensamento deve sempre ser respeitada.

“Razões de Estado”.

Em 22 de dezembro de 1981, Galtieri assume o posto de autoridade máxima argentina. Durante seu governo, deteve o controle direto das forças armadas argentinas.

No entanto, Leopoldo Galtieri não foi escolhido presidente pelos militares pelo simples motivo que ele seria o homem mais preparado para tal cargo. Longe disso. De fato, houve um jogo de interesses entre os militares e uma troca de favores.

Depois de abortada a *Operación Soberanía*⁶¹ – plano de invasão do Chile pela Argentina visando solucionar o litígio sobre a soberania do canal de Beagle – em dezembro de 1978, os militares da marinha argentina planejavam outro operativo militar, dessa vez, mais ousado: recuperar as Malvinas dos britânicos.

O almirante da marinha, Emilio Eduardo Massera havia dado ordem ao também almirante Jorge Isaac Anaya, à que elaborasse uma estratégia para uma operação naval objetivando tomar as ilhas Malvinas – Anaya transformou tal tarefa em obsessão pessoal. No entanto, essa trama era estritamente secreta e informações não poderiam vazar, o que comprometeria o plano.

Não obstante, Anaya empenhado em levar à diante o plano, via que o presidente Viola seria um obstáculo, seria necessário substituí-lo. Dentro das forças armadas, havia um descontentamento com sua presidência – fortalecendo a ideia de Anaya em destituí-lo do cargo – por ser considerado um político, não um governante de pulsos firmes, como saliente Cardoso (CARDOSO, 2007, pág. 22.):

Galtieri llegó a la Presidencia apoyado en un cierto ascendiente – no puede hablarse de liderazgo al estilo de los que habían ostentado Alejandro Lanusse o Juan Carlos Onganía – que ejercía entre sus subordinados. Este creció por contraste con la escasa presencia militar que impuso Viola, en quien todos veían a un político más. “Galtieri – recordó un general que sirvió bajo sus órdenes – se imponía por presencia, tenía vida militar. En cambio, Viola prefirió no salir del gabinete.”⁶²

⁶¹ Operação Soberania. (tradução nossa)

⁶² Galtieri chegou à Presidência apoiado em uma ascendente – não se pode falar ao estilo dos que haviam os ostentado Alejandro Lanusse ou Juan Carlos Onganía – que exercia entre seus subordinados.

Diante do exposto, são cabíveis duas conclusões: Galtieri ascendeu à presidência num jogo de interesses, onde devolveria o favor a Anaya – de ter-lhe colocado no cargo – dando aval ao seu plano de retomar as Malvinas e; Galtieri foi escolhido de acordo com os interesses dos militares argentinos – em especial aos anseios pessoais de Anaya – e não se levou em conta as necessidades reais do país, em buscar melhores alternativas – demonstrando conseqüentemente o despotismo de governos militares.

Nesse sentido, Anaya viu em Galtieri – um amigo íntimo – o nome perfeito para ocupar o cargo e que era “o homem que precisavam o Processo e o país”. Não apenas isso, ele era também quem iria consentir com o plano de invadir as Malvinas e iria aderir à trama, seduzido pelo **poder**. (CARDOSO, 2007)

Ao tomar posse do governo, Galtieri tinha em mãos um país em crise econômica e em grave estagnação. O descontentamento popular chegara a níveis extremos, inclusive, canalizada na *Junta Multipartidaria*⁶³ - organizada por líderes partidários – que se reuniu com representantes provinciais em fevereiro de 1982, visando união e a tomada de decisões conjuntas contra os planos do governo militar⁶⁵. O teor da reivindicação era um plano partidário sobre a atuação futura dos partidos políticos, que desagradava a Junta. Os líderes dos partidos reunidos prometiam mobilizações massivas em todo o país, caso o plano do governo fosse à diante.

Sob o lema “*Paz, Pan y Trabajo*”⁶⁶, uma mobilização convocada por partidos políticos e sindicatos foi reprimida, deixando um morto e centenas de feridos⁶⁷.

Os setores trabalhadores foram duramente perseguidos pelo

Este cresceu por contraste com a escassa presença militar que impôs Viola, em quem todos viam como mais um político. “Galtieri – lembrou um general que serviu sob suas ordens – se impunha por presença, tinha vida militar. Em contrapartida, Viola preferiu não sair de seu gabinete”. (tradução nossa)

⁶³ Junta Multipartidária. (Tradução nossa)

⁶⁴ Junta formada pelos cinco principais partidos argentinos à época, Unión Cívica Radical (centro-esquerda), Partido Justicialista (Peronista), Movimiento de Integración y Desarrollo (progressista, centro-esquerda), Partido Intransigente (centro-esquerda) e Democracia Cristiana (social-cristão, conservador-social).

⁶⁵ El País, arquivo. 6/02/1982.

⁶⁶ Pão, Paz e Trabalho. (Tradução nossa)

⁶⁷ Abós, Alvaro: Las organizaciones sindicales y el poder militar (1976.1983). Buenos Aires: CEAL, 1984, p. 136 e 137.

governo Galtieri e pelo Processo de Reorganização Nacional como um todo. A dura repressão desencadeada no período teve por finalidade a desarticulação das organizações sindicais. O movimento obreiro havia ficado praticamente desativado: dirigentes mortos, desaparecidos e presos; e os sindicatos proibidos de funcionar⁶⁸.

Dessa maneira, o governo Galtieri enfrentava além dos problemas econômicos, o forte descontentamento popular, de partidos políticos e de setores sindicais. A situação da Junta Militar à frente do país estava ameaçada e o fim do regime militar era eminente. O governo militar acreditava – assim como Anaya – que era preciso revitalizar um processo militar que estava dando inequívocos sintomas de esgotamento. (CARDOSO, 2007)

Isso posto, à Junta Militar os planos de Anaya – de recuperar as Malvinas por meio de ação militar, em especial da marinha argentina – seriam uma estratégia “perfeita” para **manobrar as massas** – com o consentimento do presidente Galtieri, necessário para dar cabo ao plano. Os militares argentinos já tinham a “fórmula” para protelar o fim do regime: a **guerra** – pelas Malvinas.

CAPITULO 5: A GUERRA PELAS MALVINAS

5.1.A antessala da Guerra

Como já visto, a começos de 1982 o regime militar argentino estava chegando ao seu eminente fim. O descontentamento popular pela situação econômica caótica, pelas liberdades individuais e pelos direitos civis violados e pela situação política onde a democracia era ausente, deixava evidente o esgotamento do regime e, o colocava num beco sem saída.

Assim pois, recuperar a soberania das ilhas Malvinas apareceu como a única saída possível para protelar o fim do regime, e se tornou a preocupação central do governo Galtieri. Somado a isso, o temor por parte dos militares argentinos em perder definitivamente sua presença no extremo sul do Atlântico, em que o território do Canal de Beagle passasse ao controle do Chile e as Malvinas em controle britânico. Diante disso, a Argentina parte para uma

⁶⁸ Liberdade sindical e de associação agredida.

última tentativa diplomática pelas Malvinas.

Desse modo, foram reatadas negociações diplomáticas com a Grã-Bretanha para conseguir algum tipo de acordo para retomar sua soberania sobre o arquipélago malvinense. Em janeiro de 1982 a Junta Militar fez uma última tentativa diplomática para reaver dito território, em caso de fracasso, a solução bélica seria empregada. De fato, os militares argentinos se viam pressionados politicamente, e recuperar as Malvinas de um modo ou de outro, era fundamental para revitalizar o regime, onde não importavam nem os meios, nem os custos.

Diante do fracasso nas tentativas diplomáticas, os argentinos elevaram o tom, assumindo uma postura belicista. Inicialmente, o governo militar argentino tinha em mente uma operação militar que consistia no desembarque, ocupação, fixação da bandeira argentina e retirada imediata. Dessa maneira, acreditavam que o governo de Londres não responderia militarmente e partisse para uma negociação. Em termos rudes, os argentinos queriam demonstrar que não estavam de “brincadeira”.

Não obstante, logo a Junta Militar considerou não retirar as tropas – consumada a invasão –, num ato espetacular e repentino, onde conseguiria benefícios internos, como o desvio das atenções aos problemas econômicos, políticos e sociais. Os militares se aproveitariam de um movimento tradicional, arraigado no sentimento dos argentinos: recuperar as Malvinas. Diante disso, pouco se preocuparam com o preço a pagar, pois uma guerra seria deflagrada e vidas de seus cidadãos seriam fatalmente perdidas.

Com efeito, em tempos de guerra, a união do povo se faz fundamental, como de fato ocorreu na Argentina em 1982. Desta união se frutifica o apoio ao Estado – que possui a máquina de guerra para defesa e/ou ataque. Assim, divisões ideológicas, situação *versus* oposição, direita ou esquerda, são postos de lado. O foco centra-se na união, na pátria e na guerra. Esta, a “receita perfeita” encontrada pela Junta Militar para aliviar-se da pressão popular a invertendo por completo e a tendo a seu favor.

5.2.A Decisão por Recuperar as Malvinas

Mesmo frente às recomendações da Organização das Nações Unidas para que houvesse uma negociação diplomática entre Argentina e Inglaterra para a questão das Malvinas e o esforço infrutífero dos diplomatas

argentinos quanto à questão, os militares argentinos desde o ano de 1981 já estudavam uma solução militar para o impasse.

Levando em consideração a situação interna do país, na eminência do fim do regime militar, a Junta Militar após não conseguir via diplomacia reaver a soberania sobre as ilhas Malvinas, partiu em 1982 à solução militar: retomar as ilhas por uma ação conjunta entre as Forças Armadas Argentinas.

Desse modo, a Junta Militar aprovou o plano do Almirante Anaya em recuperar as Ilhas mediante uma ação surpresa sem derramamento de sangue, forçando uma negociação por parte dos ingleses para o transpasso de soberania das ilhas à Argentina.

Foi criada a *Comisión de Trabajo Conjunta*⁶⁹ para realizar o planejamento da recuperação das ilhas. A comissão estabeleceu uma data para realizar a operação: 15 de maio de 1982. No entanto, em março de 1982 alguns acontecimentos fizeram com a data fosse alterada. Dessa maneira, no dia 1º de abril de 1982 a Junta Militar decidiu recuperar as ilhas pelo viés militar, baseando-se nas seguintes premissas:

1. Que a Inglaterra não reagiria militarmente;
2. Que os EUA se manteriam neutros;
3. Que haveria uma negociação pela transferência de soberania sobre as ilhas.

Usualmente espera-se de um ato beligerante, uma resposta de mesma natureza do outro lado, de igual ou superior intensidade. Desse modo, os planos dos militares argentinos apresentavam um grave equívoco, ao acreditar que uma potência econômica e bélica como a Grã-Bretanha não iria responder ao ultraje de ter um território invadido.

Na época, a Argentina era o principal aliado dos EUA na América Latina. Os norte-americanos viam no regime militar argentino como um grande parceiro no combate ao comunismo no continente. Somado a isso, o presidente argentino Leopoldo Galtieri possuía estreitos laços de amizade com o presidente norte-americano Ronald Reagan. Vale ressaltar ainda que o mundo ainda vivia a Guerra Fria e até o momento não havia ocorrido nenhum

⁶⁹ Comissão de Trabalho Conjunta. (Tradução nossa)

conflito entre países alinhados à mesma potência – EUA ou URSS. Nesse sentido, os argentinos esperavam no caso de uma guerra, que os EUA se mantivessem neutros. No entanto, ignoraram o fato que EUA e Inglaterra são tradicionais aliados, desde os tempos que remontam as duas grandes guerras mundiais e que Reagan possuía relações muito mais estreitas com Margaret Thatcher, do que com Galtieri, sendo ambos de uma mesma corrente ideológica – conservadorismo – e grandes aliados na luta contra o comunismo. Diante do exposto, não seria nada absurdo um apoio norte-americano aos ingleses no caso de guerra com a Argentina.

Por último, a Junta Militar acreditava na não resposta bélica britânica e numa solução pacífica: uma negociação para transpasso de soberania sobre as ilhas Malvinas. Estavam apoiados na ideia que uma vez a ilha ocupada por tropas argentinas, à Inglaterra só teria uma saída para evitar a guerra, entregando a soberania das ilhas à Argentina. Não obstante, essa tese não resiste à primeira argumentação acima, de um ato beligerante espera-se uma resposta de igual natureza.

5.3. Apreciação estratégica argentina

A República Argentina como qualquer nação possui um *Poder Nacional Real* que é a capacidade de atingir seus interesses nacionais, inclusive sobre outras nações. Para apreciar o poder nacional argentino deve-se analisar cinco elementos:

- Geográfico/território
- Político
- Militar
- Econômico

É sobre a *geografia* nacional ou *território* que está o fundamento em que o aparato estatal está constituído. O território é entendido como indispensável para a existência de qualquer Estado, sendo um elemento material imprescindível. No entanto, o território não é parte do Estado, como define DALLARI:

O território não chega a ser um componente do Estado, mas é o espaço ao qual se circunscreve a validade da ordem jurídica estatal, pois, embora a eficácia de suas normas possa ir além dos limites territoriais, sua validade como ordem jurídica estatal depende de um espaço certo, ocupado com exclusividade. (DALLARI, 1976, pág. 77)

Desse modo, a apreciação da geografia é parte preponderante a qualquer análise de guerras, assim como o causador destas: o próprio Estado, pois é no território que seu aparato está disposto.

A Argentina é um país suficientemente territorialmente para ser considerado amplo, sendo o segundo mais extenso da América Latina, ficando atrás apenas do Brasil. Nesse sentido, a defesa dessa amplitude territorial em caso de guerra, ou na pior das hipóteses, guerra total, em que o inimigo utilize massivamente seus sistemas de armas contra o território argentino – para a sua destruição –, demandaria o emprego de grande número de efetivos, veículos, navios e aviões militares; sistemas antiaéreos e artilharias; sistemas de comunicações; estradas e ferrovias; assim como uma grande capacidade logística.

Em caso de guerra, a Argentina possui uma grave desvantagem estratégica. A concentração massiva da população, de indústrias e elementos do poder político – representa 40% do potencial argentino – encontram-se na região metropolitana de Buenos Aires. Como agravante, a capital argentina situa-se nas proximidades do oceano Atlântico, uma grande vulnerabilidade que convida a um ataque inimigo fulminante.

Especificamente no caso da Guerra das Malvinas, os militares argentinos quando da planificação e dos preparativos para à guerra, deveriam levar em conta o quão vulnerável era a Argentina e, que no caso de uma resposta enérgica britânica, os resultados poderiam ser catastróficos.

Outrossim, que pese na tese que a guerra foi um verdadeiro delírio por parte dos militares argentinos, grande parte dos fatores de produção da Argentina estavam distribuídos na região de Buenos Aires, muito distantes das províncias de Santa Cruz e Tierra del Fuego, territórios continentais mais próximos às Malvinas que serviriam de suporte para uma ação militar sobre o arquipélago. Em termos estratégico-militares, a Argentina não teria capacidade logística para uma campanha militar nas Malvinas que fizesse frente ao poderio bélico e logístico inglês.

Como agravante o clima particular das extensas latitudes ao sul deveria ser levado em conta. O frio rigoroso afetaria negativamente a saúde dos combatentes em solo, sendo necessário, provisões de abrigos impermeáveis – nas Malvinas ocorrem chuvas na maior parte do ano – e

alimentação altamente calórica. Para tanto, seria imprescindível uma boa capacidade de transporte, como aviões, navios e helicópteros, assim como escolta armada para estes veículos. No entanto, a Argentina não contava com o necessário para prover suas tropas nas ilhas.

No tocante *político*, há de se destacar que a maioria absoluta de sua população pensava que as Malvinas legitimamente deveriam pertencer à Argentina, mas sem cogitar recuperá-las à força. No momento de estourar o conflito, a representação política da população era nula, estando os partidos inativos e o país vivendo sob uma ditadura. (LANDABURO, 1989)

A Junta Militar que governava a Argentina desde 1976, em 1982 tinha a possibilidade de tomar decisões sem a anuência do Congresso, que estava fechado. No entanto, o poder estava tripartido entre as três forças armadas. Um representante escolhido consensualmente entre essa junta formada pelas três forças armadas era o presidente do país. Nesse sentido, para uma decisão de declaração de guerra, por exemplo, poderia ser feita sem nenhum entrave do poder legislativo, bastava um conchavo entre os militares.

Para concluir os fatores políticos argentinos à época, dentro das possibilidades do poder político estava alcançar seus objetivos mais importantes de forma pacífica e conforme as urgências da ordem social. Outro objetivo alheio a isso, como restaurar a integridade do território da República Argentina mediante a ocupação das ilhas Malvinas, por exemplo, era extemporâneo e oposto à realidade nacional e internacional, mesmo que fosse de acordo com a opinião pública. No entanto, como se observou, a decisão de ocupar militarmente as Malvinas foi tramada sigilosamente entre a cúpula militar, muito distante de passar por alguma espécie de plebiscito ou consulta popular. Os argentinos foram apenas informados da operação militar nas Malvinas, uma vez esta consumada.

Tendo agora como objeto a realidade do elemento *militar* do poder nacional argentino, deve-se ter clara a ideia que este está à disposição do poder político. O primeiro faz parte indissolúvel do Estado, o último, rege o Estado. Assim pois, o poder militar só pode ser aplicado a limites finitos, que são determinado de acordo com o poder nacional e submissos às determinações do poder político.

No entanto, especialmente no período entre 1976-1982, em

que a Argentina vivia uma ditadura, autointitulada de Processo de Reorganização Nacional, houve uma excepcionalidade, na sintetização do poder, tendo como resultante a aberrante fusão do poder político com o poder militar, ou seja, na tomada do poder político pelo poder militar. Estava configurada uma forma de totalitarismo.

Uma vez solucionado esta confusão que pode gerar as análises do poder militar e político argentino em referida época, o foco a partir desse momento está especificamente nas peculiaridades de poderio bélico da Argentina em comparação ao britânico.

Naturalmente, convêm, perguntar-se qual a possibilidade de projeção do poder militar argentino ao local do conflito no Atlântico Sul. Efetivamente, diante do fato que a maior concentração populacional, industrial e de efetivos e bases militares encontravam-se nos arredores de Buenos Aires, ou seja, muito distantes do território continental argentino mais próximo às Malvinas – províncias de Santa Cruz e Tierra del Fuego –, tal questionamento tende à conclusão óbvia que o poder militar argentino não teria condições de manter uma campanha militar massiva nas ilhas.

Este quadro de baixas possibilidades de sucesso argentinas atenua-se com base na premissa do elemento surpresa, ou seja, num operativo militar conjunto entre as três forças armadas em que ocupariam as ilhas repentinamente sem derramamento de sangue, uma vez que as guarnições britânicas no local eram totalmente insuficientes e o caminho natural destas seria à rendição.

Oportuno, todavia, é sublinhar que mesmo a Argentina tendo deficiências a pôr em marcha uma campanha militar, uma vez ocupadas as Malvinas, uma resposta britânica de igual natureza também não estaria isenta de dificuldades de fatores estratégicos. Vale lembrar que no caso de reação inglesa, a distância de aproximadamente 12.000 quilômetros entre à Inglaterra e o arquipélago no Atlântico Sul, reservaria tempo hábil à Argentina para instalar guarnições, posicionar tropas e planejar a defesa da ilha.

Porém, os fatores positivos que pesam para o lado argentino param por aí. A Força Aérea Argentina qualitativamente estava muito aquém do bastante para ao menos fazer frente aos aviões ingleses. Para piorar, a Argentina não detinha tecnologia para a produção de aeronaves de combate,

excetuando-se, o obsoleto bombardeiro bimotor turboélice, *Pucará*. Como se não bastasse, pelo motivo da longa extensão territorial argentina, a F.A.A. tinha limitações de distâncias para ao menos quantitativamente superar os ingleses em aeronaves. Suas bases estavam espalhadas por todo o extenso território argentino, não podendo enviar esquadrões às ilhas e simultaneamente defender o território continental.

Já a marinha argentina nem quantitativamente, muito menos qualitativamente poderia se equiparar à marinha britânica. No caso de um bloqueio marítimo inglês das ilhas Malvinas ao continente, a marinha argentina não teria meios para confrontar o mesmo, agravado pelo fato de a Inglaterra possuir um submarino nuclear.

Pelo exposto, as possibilidades de a Argentina por meio de uma ação militar recuperar as Malvinas eram praticamente nulas. As esperanças argentinas estavam depositadas numa possível solução pacífica, escoradas na crença que uma vez ocupadas às ilhas militarmente, os britânicos as cederiam para evitar um conflito. Porém, dificilmente uma potência militar e econômica como a Grã-Bretanha não responderia energicamente a uma agressão ao seu território e, em última análise, aos seus cidadãos⁷⁰. Na ocasião de um conflito entre os dois países, as deficiências estratégicas, logísticas e bélicas argentinas, fariam suas forças armadas sucumbir a uma campanha britânica em questão de tempo – devida à distância da Inglaterra ao Atlântico Sul.

5.4.O desembarque em Puerto Argentino/Port Stanley

Uma vez decidida à recuperação das ilhas Malvinas por vias militares, portanto, à força, sendo ignoradas por completo as análises estratégicas de um conflito que implicaria doravante, durante a noite de 1º de abril de 1982, e na madrugada de sexta-feira, dia 2, parte da frota marítima argentina rumava às Malvinas em função dos planos de recuperação do arquipélago. Estava em marcha a *Operación Rosario*⁷¹⁷²⁷³.

Por volta das 6h30 da manhã de 2 de abril as forças armadas

⁷⁰ Os malvinenses têm cidadania britânica.

⁷¹ Operação Rosário. (tradução nossa)

⁷² A Operação Rosário foi assim batizada em honra de “Nossa Senhora da Virgem do Rosário”, patrona da Reconquista e Defesa de Buenos Aires nas invasões inglesas de 1806-1807.

⁷³ Tema abordado mais à diante.

argentinas numa ação conjunta desembarcaram e tomaram posse de Port Stanley – capital das Malvinas – e rebatizaram-na como Puerto Argentino. Mesmo após alguns enfrentamentos, não houve baixas pelo lado britânico, no entanto, faleceu o capitão de corveta argentino Giachino e outros militares argentinos ficaram feridos. Por motivo da desproporcionalidade de efetivos militares a favor da Argentina e do fator surpresa, não restou alternativa aos ingleses, a não ser a rendição.

A bandeira argentina foi hasteada às 12h30 do dia 2 de abril de 1982 em frente à Casa de Governo. Ficou esta data marcada na história como o dia que as Malvinas voltaram a ser argentinas. (LANDABURO, 1989)

No dia seguinte da ocupação, foi designado governador das ilhas Malvinas o general de brigada Mario Benjamín Menéndez, sendo este o segundo governador sob a jurisdição argentina das ilhas. O primeiro, Luis Vernet, em 1829.

5.5. Surpresa, Triunfalismo e Patriotismo

Surpreendentemente, os jornais da manhã do dia 2 de abril de 1982 estontearam os argentinos com a arrebatadora notícia dando conta que as Malvinas voltaram a ser argentinas por intervenção armada de seu governo. Devido ao sucesso obtido na operação de recuperação das Malvinas, foi difundida em cadeia nacional a seguinte nota oficial: *“La Republica, por intermedio de las Fuerzas Armadas, mediante la concreción de una excelentísima operación conjunta, ha recurepado las islas Malvinas, Georgias y las Sandwich del Sur...”*⁷⁴.

Poucas horas depois, desde a sacada da Casa Rosada⁷⁵ o presidente Leopoldo Fortunato Galtieri, com pompas de um heroísmo impar, viria discursar com ares belicosos, recheados de um nacionalismo tosco muito peculiar de qualquer militar, diante de uma multidão de argentinos que o ovacionaram por haver “devolvido” as Malvinas ao povo argentino. *“Si quieren venir, que vengan. Les presentaremos batalla”*⁷⁶⁷⁷. Esta frase disparada por

⁷⁴ A República, por intermédio das Forças Armadas, mediante a concretização de uma excelentíssima operação conjunta, recuperou as ilhas Malvinas, Georgias e as Sándwich do Sul. (tradução nossa)

⁷⁵ Sede do governo argentino.

⁷⁶ Se querem vir, que venham. Apresentaremos lhes combate. (Tradução nossa)

⁷⁷ Frase extraída do discurso do presidente Leopoldo Galtieri na sacada da Casa Rosada no dia 2 de abril de 1982.

Galtieri, neste mesmo dia 2 de abril deixa nitidamente transparecer uma declaração de guerra. O que ontem soou como um grito patriótico, hoje, uma triste e vexatória lembrança.

Ainda em seu discurso, Galtieri transpareceu o despotismo do governo militar argentino: *“Los tres comandantes jefes, comandante de la Fuerza Aérea Argentina, comandante y jefe de la Armada Nacional y el que les habla, no hemos hecho otra cosa que interpretar el sentimiento del pueblo argentino”*⁷⁸⁷⁹. É oportuno frisar aqui os perigos representados por Estados despóticos, onde no caso, de nenhuma maneira houve algum tipo de mecanismo de consulta popular. Pelo contrário, como nas palavras de Galtieri, os militares **interpretaram** o sentimento dos argentinos, nada mais despótico, antidemocrático e violador das escolhas humanas subjetivas e da própria liberdade.

Diante disto, a sociedade argentina viu-se situada num paradoxo imprevisto: o regime que havia mergulhado o país no terror da repressão, sequestros, desaparecimentos e mortes; crise econômica; violações de direitos humanos, civis e liberdades individuais; agora aparecia como a quintessência do heroísmo ao atender uma reivindicação histórica: recuperar as ilhas Malvinas. Ninguém poderia ficar à margem do que se passava. A grande maioria de um modo ou de outro, procurou manifestar-se em favor da atitude de seu governo lotando a Plaza de Mayo em Buenos Aires entoando gritos patrióticos e ovacionando o líder de um regime, outrora vilão: Leopoldo F. Galtieri.

Isso posto, a guerra estava declarada, mesmo que não formalmente. Os militares contavam com o apoio de seu povo na eminência da guerra, aproveitando-se do patriotismo peculiar dos argentinos. Não obstante, esse respaldo popular ao ato beligerante de seu governo, tem natureza no pouco discernimento político da maioria da população, ofuscado por um sentimento patriótico exacerbado, como se notou na oportunidade.

5.6.O Contexto Britânico

⁷⁸ Os três comandantes chefes, comandante da Força Aérea Argentina, comandante e chefe da Marinha Argentina e o que vos fala, não fizemos outra coisa que interpretar o sentimento do povo argentino. (Tradução nossa)

⁷⁹ Frase extraída do discurso do presidente Leopoldo Galtieri na sacada da Casa Rosada no dia 2 de abril de 1982.

Consumada a retomada das ilhas Malvinas, materializada na Operação Rosário, os militares argentinos que arquitetaram o operativo e que governavam o país, como já salientado anteriormente, estavam confiantes que a Grã-Bretanha não entraria num conflito bélico em territórios tão longínquos. Por consequência, tomaram o sucesso obtido no dia 2 de abril prematuramente como um triunfo absoluto. Cabe ainda lembrar, que por razão das estreitas relações entre EUA e Argentina – principal aliada norte-americana na América Latina –, em especial os profundos laços de amizade entre Reagan e Galtieri, criaram a ilusão à Junta Militar que os norte-americanos pudessem auxiliar os argentinos no caso de uma guerra, ou ao menos contar com sua neutralidade. No entanto, a reação britânica não foi à esperada por Galtieri e pela Junta Militar.

O gabinete conservador encabeçado pela primeira ministra Margareth Thatcher, empossado no ano de 1979, de notória tendência direitista, impunha uma série de medidas de austeridade. Privatizações de empresas estatais, cortes viscerais na carga tributária, retirada do Estado na oferta de alguns serviços públicos, endurecimento e intransigência no diálogo com organizações sindicais e problemas em relação ao crescimento dos índices de desemprego, faziam parte da realidade do início do governo Thatcher.

Em meio a esse quadro de alterações econômicas e sociais na Inglaterra, Thatcher convivía com altos níveis de impopularidade. Diante disso, enfrentava manifestações contrárias ao seu governo de todas as naturezas: forte oposição no Parlamento por parte do Partido Trabalhista; greves generalizadas organizadas pelos sindicatos; movimentos culturais, como bandas de rock que influenciavam a juventude, em especial, bandas do subgênero punk-rock com conteúdos anarquistas.

Em virtude da invasão das ilhas Malvinas – até então território britânico –, apareceu uma inusitada oportunidade que poderia trazer benefícios políticos à Thatcher: uma **guerra**. Poder-se-á questionar que nesse momento não havia interesses políticos em questão, somente urgência em responder uma agressão estrangeira. Tal analogia é verdadeira, mas não foge dos desdobramentos políticos que uma guerra acarretaria.

Nesse sentido, uma enérgica resposta à invasão argentina de

um território nacional, fatalmente desviaria os focos das dificuldades internas enfrentadas pelo governo britânico. A história mostra que em momentos de guerra a união popular se faz presente, as divergências ideológicas se atenuam e as atenções voltam-se aos fatores externos, ou seja, na guerra.

Não obstante, o Reino Unido via Francis Pym – ministro de relações exteriores –, que não via com bons olhos um conflito armado com a Argentina em tão longínquas ilhas no Atlântico Sul, conseguiu na ONU a aprovação da resolução 502, no dia 3 de abril de 1982, que obrigava à Argentina em retirar suas tropas do arquipélago invadido.

Porém, diante da irredutibilidade do presidente argentino Leopoldo Galtieri em retirar voluntariamente suas tropas das ilhas, poucos dias após o dia 2 de abril, com respaldo do Conselho de Segurança da ONU e a solidariedade da comunidade Econômica Europeia – atual União Europeia –, o governo britânico decidiu enviar um destacamento da Marinha Real, composto por navios de guerras, porta-aviões, aviões de caça, helicópteros e até submarinos, além de efetivos militares profissionais e altamente treinados. Sendo assim, as cartas estavam à mesa e o jogo iria começar, noutros termos, a guerra estava estabelecida.

5.7.EUA e URSS Diante do Conflito

No período que tange o conflito desencadeado pela soberania das ilhas Malvinas, o planeta ainda vivia a Guerra Fria e o temor de um possível desastre nuclear, na possibilidade de uma guerra entre norte-americanos e soviéticos. Nesse sentido, desde o final da Segunda Guerra Mundial, qualquer conflito bélico no mundo poderia resultar catastrófico, caso tivesse envolvimento de EUA e União Soviética em lados opostos.

Inicialmente os EUA procuraram manterem-se neutrais diante do empasse e o então presidente norte-americano, Ronald Reagan, decidiu assumir uma postura de intermediador do conflito, para o restabelecimento da paz, tão prontamente possível. Vale lembrar que, Argentina e Reino Unido eram ambos importantes aliados dos EUA, deixando os norte-americanos em difícil situação.

Não obstante, verificou-se uma postura ambivalente por parte dos EUA. De fato, após três semanas de aberta neutralidade diplomática e sigiloso apoio militar e logístico do Pentágono à Inglaterra, o presidente

Reagan posicionou-se ao lado de Thatcher, em virtude da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte –, em detrimento da Argentina e o TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca –, tratado pelo qual estabelecia, que se um país americano fosse atacado por um estrangeiro, todo o continente deveria defendê-lo. .

Já a União Soviética decidiu adotar uma postura abertamente observadora do desenrolar dos acontecimentos em que dois aliados dos EUA – ambos com governos direitistas, porém, o britânico democrático e o argentino ditatorial – se enfrentariam irreversivelmente.

Moscou era consciente que cedo ou tarde os EUA teriam que pender para um dos lados. Qualquer decisão seria maléfica para os norte-americanos, pois implicaria em rupturas com a OTAN ou com o TIAR.

Entretanto, com o apoio norte-americano à Inglaterra, a União Soviética vislumbrou obter vantagens estratégicas com uma possível intervenção ao lado da Argentina, pois a superioridade militar inglesa – elevada com o apoio dos EUA –, eventualmente, poderia obrigar os argentinos a solicitar seu auxílio.

De acordo com os planos expansionistas da União Soviética, uma vitória argentina com seu apoio, lhe renderia uma cabeça-de-ponte nas ilhas Malvinas – sendo a Argentina sua aliada –, estendendo-se pela Argentina e, em seguida, por toda a América do Sul. Inclusive, no que pese a esta tese, setores de esquerda argentinos que se opunham ferozmente à ditadura de direita em seu país, passaram a apoiar o presidente Galtieri, na possibilidade de uma reviravolta ideológica da Junta Militar, passando ao lado soviético.

Nesse sentido, sigilosamente, a embaixada soviética na Argentina ofereceu ajuda militar aos argentinos, chegando a posicionar seus submarinos de prontidão no limite das águas argentinas. Desse modo, pôs em evidência a rapidez com que essa ajuda chegaria.

Neste contexto de uma possível intervenção soviética, setores católico-conservadores argentinos, alertavam sobre o perigo que rondava: o hipotético estabelecimento soviético no Continente. Dessa maneira, as TFP⁸⁰ – Tradição, Família e Propriedade – argentinas e, inclusive do Brasil,

⁸⁰ Instituição de orientação católico-conservadora.

intensificaram suas campanhas contra a ajuda soviética. A TFP argentina estendeu uma faixa numa das mais movimentadas avenidas de Buenos Aires, com a seguinte mensagem: “*Virgem de Luján: protegi a nossa Pátria e fizeti-a cristãmente grande numa Ibero-américa em paz. As Malvinas são argentinas e de ninguém mais. Vençamos os ingleses, mas rechacemos a ajuda russa*”⁸¹.

No Brasil, o então colunista do jornal *Folha de S. Paulo*, prof. Plínio Correia de Oliveira, publicou o artigo sob título: “*Brasil, Argentina e Inglaterra face a um inimigo comum: o poderio soviético*”⁸², assinalando que, simultaneamente com a participação russa na guerra, na América do Sul, poderia estourar uma série de revoltas e guerrilhas de viés comunista⁸³ - incitadas pela possibilidade de contar com apoio soviético. Estas advertências de Plínio, inclusive, foram feitas para o então presidente do Brasil, João Batista Figueiredo.

Diante do exposto, não é exagero considerar que um conflito de magnitudes muito maiores pudesse conseguir da Guerra das Malvinas, no consumado envolvimento norte-americano ao lado de Londres e na potencial intervenção armada soviética em favor da Argentina.

Estas considerações supracitadas vêm totalmente de encontro com uma das teses defendidas neste trabalho – e pelo libertarianismo –, no que se refere ao perigo envolvido por Estados expansionistas e intervencionistas na seara internacional.

Felizmente, porém, o anticomunismo era marcante na ditadura argentina, sendo um de seus pressupostos primordiais, o que acabou inviabilizando qualquer tipo de ajuda advinda dos comunistas e, evitou um conflito de maiores proporções.

5.8. Argentina Isolada

Logo após a confirmação da resposta militar britânica à agressão argentina, o governo do país sul-americano viu-se em difícil situação, pois como já ressaltado anteriormente, a Junta Militar não esperava uma reação militar por parte dos britânicos.

Dessa maneira, o governo argentino procurou apostar na boa

⁸¹ “Pregón de la TFP”, Buenos Aires, nº 73, 1º quinzena de julho de 1982.

⁸² “Catolicismo”, nº 377, maio de 1982; “Folha de S. Paulo”, 07-05-82 e em 13 jornais das principais capitais de Estado.

⁸³ “Folha de S. Paulo, 7-05-82”.

relação com os norte-americanos, quando o ministro das relações exteriores Costa Méndez, realizou infrutíferas tentativas de obter o apoio dos EUA. No entanto, os norte-americanos, *a priori*, assumiram uma postura neutral e intermediadora, *a posteriori*, ao contrário do que pensavam os militares argentinos, deram apoio logístico aos ingleses.

Por outro lado, a Argentina pôde contar com a solidariedade dos países sul-americanos, com destaque ao Brasil e Uruguai – países mais próximos às Malvinas via Oceano Atlântico –, ou seja, com isso, a Argentina teria a segurança de que esses países não ofereciam apoio logístico e nem militar aos ingleses, incluindo a disponibilização de bases aéreas e navais.

No entanto, o mesmo não se pode dizer do Chile. A ditadura – também de direita – que governava o Chile optou por apoiar à Inglaterra, motivada por suas relações conflituosas com a Argentina, por conta da disputa pelo Canal de Beagle, que inclusive, poucos anos antes, em 1978, quase levou os dois países à guerra⁸⁴. Outrossim, oportuno é ressaltar uma frase disparada pelo presidente argentino Leopoldo Galtieri, logo da recuperação das ilhas Malvinas no dia 2 de abril de 1982: “*Que saquen de ejemplo, de lo que estamos haciendo ahora porque después les toca a ellos*”⁸⁵⁸⁶. Desse modo, a Junta Militar argentina deixava expresso abertamente que a disputa pelo Canal de Beagle ainda não estava resolvida e, uma vez vencida a guerra pelas Malvinas, a Argentina lançaria um ataque ao Chile para conquistar referido território. Por conta disso, o Chile justificavelmente reservou apoio aos britânicos e, temendo uma invasão argentina, reposicionou sua força marítima ao sul e suas tropas de terra na fronteira com a Argentina.

Não obstante, o Peru não apoiou apenas diplomaticamente à Argentina, mas militarmente. Foram enviados para o esforço de guerra

⁸⁴ Ficou conhecido por Operação Soberania o plano de conquista do Canal de Beagle pelas Forças Armadas Argentinas em 1978. A Argentina chegou a mobilizar seus exércitos rumo à fronteira chilena, pretendia invadir o país e rompê-lo ao meio – evitando a conexão da capital Santiago com o Canal de Beagle no extremo sul, para inviabilizar qualquer tipo de resistência chilena prolongada no local –, conquistando inclusive, Santiago, juntamente invadindo e conquistando o Canal de Beagle. Posteriormente os argentinos se retirariam do Chile, mas mantendo o Canal de Beagle sob sua soberania. No entanto, momentos antes dos ataques, fora dada ordem de retirada e o conflito foi evitado.

⁸⁵ Que tirem de exemplo – os chilenos –, do que estamos fazendo agora, porque depois é a vez deles. (tradução nossa)

⁸⁶ GUERRA de las Malvinas. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_las_Malvinas> Acesso em: 3 de mar. De 2013.

argentino, 12 unidades do *Mirage M5-P* seminovos e em perfeitas condições de voo. Também, os peruanos mandaram pilotos, instrutores de voo, mísseis e medicamentos para os argentinos. Ainda, evidenciando abertamente seu apoio à Argentina, o Peru reposicionou sua força naval ao sul de sua fronteira, para evitar uma intromissão chilena a favor dos britânicos.

5.9. Mobilização popular argentina

Embora a decisão da Junta Militar em recuperar as ilhas Malvinas por uma operação militar, sem que tivesse havido qualquer tipo de consulta popular, a população argentina em sua grande maioria procurou dar apoio irrestrito ao governo. Porém, nada que exima a culpa dos militares argentinos de terem ordenado uma invasão que muito provavelmente resultaria numa guerra com poucas possibilidades de vitória, sacrificando seu próprio povo e com interesses políticos muito particulares por trás de toda a trama, como já se foi apurado e exposto anteriormente.

Desse modo, o clima de euforia – alimentado pela ideia de vitória por meio da propaganda nacionalista estatal e pelo lema “¡Argentinos a vencer!”⁸⁷⁸⁸ – do povo argentino materializou-se em união e mobilização. Foram realizadas campanhas objetivando arrecadar donativos, como dinheiro, joias, roupas, alimentos e tudo o que pudesse servir de ajuda para os pobres garotos argentinos voluntários e/ou recrutados à guerra. No entanto, boa parte do que se arrecadou não foi enviado aos destinatários, principalmente as grandes somas em dinheiros e objetos valiosos. Poder-se-á questionar, para onde foram todos esses recursos? Será que ficaram em mãos dos militares que os arrecadaram? Uma resposta objetiva afirmativa, mesmo sem provas cabais, parece óbvia a qualquer mente minimamente pensante.

5.10. Ocupação das ilhas: Operación Rosário

A estratégia de desembarque e ocupação – operação anfíbia – das ilhas Malvinas, Georgias do Sul e Sándwich do Sul, mascadas para o dia 2 de abril de 1982, por parte da Argentina ficou conhecida como *Operación Rosário*. Como já mencionado anteriormente, este plano foi orquestrado pelo almirante da Marinha Argentina Jorge Isaac Anaya.

A operação consistia numa série de ações de intensidade

⁸⁷ Argentinos pela vitória. (tradução livre)

⁸⁸ Lema frequentemente veiculado em vários meios de comunicação, principalmente rádio e televisão.

crescente encaminhadas para a recuperação de ditas ilhas pela Argentina. Iniciando-se da maneira mais discreta possível – o plano ficou em segredo até 48 horas antes da invasão – e culminando com a tomada do arquipélago e sua capital, Puerto Argentino/Port Stanley, mediante um assalto, visando não causar baixas ao inimigo, para evitar uma reação militar britânica – como idealizavam os militares argentinos.

A *Operación Rosario* iniciou-se efetivamente no dia 1º de abril, as 21h18, quando zarpuou um grupo de botes a mando do capitão de corveta Guillermo Sánchez-Sabarots. Às 23h00, a *Agrupación de Comandos Anfíbios*⁸⁹ desembarcou em Mullet Creek. Nesta mesma hora, o submarino *ARA Santa Fe S-21* liberou 10 mergulhadores táticos para colocar balizas de radio-navegação e ocupar o farol San Felipe – Pembroke. Quando o *ARA Santa Fe* emergiu, foi detectado por um radar de navegação do navio costeiro britânico *Forrest*, dando início às hostilidades.

Às primeiras horas do dia 2 de abril, ocorreu o desembarque de esquadrões anfíbios e de mergulhadores táticos para livrar possíveis obstáculos e desarmar minas que houvessem nas praias, para o desembarque de veículos anfíbios. Por volta de 1h30, os homens de Sánchez-Sabarots se dividiram em dois grupos: o primeiro, comandado por ele, que se dirigiria às barracas da infantaria da Marinha Britânica em Moody Brook para atacá-los; o segundo, sob o comando do capitão de corveta Pedro Edgardo Giachino, que deveria tomar os escritórios do governador das Malvinas e capturá-lo.

À 1h55, o submarino *ARA Santa Fe* emergiu frente à Punta Calebroña e lançou mais mergulhadores táticos a 3000 metros do farol San Felipe, que se encontrava apagado. Estes se deslocavam em máxima velocidade para seus lugares de patrulha, mas os britânicos já estavam de sobreaviso e se colocaram em posição de combate para a defesa do local.

Às 4h20 o destrutor *ARA Hércules D-1* começou patrulhar Puerto Groussac, protegendo a iniciação da fase de assalto, enquanto aproximavam o *DBT ARA Cabo San Antonio Q-42* e da corveta *ARA Drummond P-1*. Às 5h45, a força de desembarque de Sánchez-Sabarots abriu fogo automático intenso e granadas sobre os barracões onde supunham que

⁸⁹ Agrupação de Comandos Anfíbios. (tradução nossa)

estavam os fuzileiros navais britânicos. Poucos minutos depois, descobriram que não teriam como devolver fogo, já que estavam com suas armas sem munição. O barulho provocado pelos disparos argentinos serviu de alerta aos britânicos de que o inimigo havia chegado.

Às 6h22, chegou a ordem “¡Primera ola al agua!”⁹⁰ e desde o *DBT ARA San Antonio*, começaram a desembarcar os veículos anfíbios, com as forças do Regimento de Infantaria 25 do Exército Argentino. Foi liberada, também, a companhia de veículos anfíbios *LVTP-7* e *LARC-5* do 2º regimento de infantaria da Marinha, orientados pelas balizas colocadas pelos mergulhadores do *ARA Santa Fe*. A primeira onda, sob o comando do capitão de corveta Hugo Santillan, chegou à terra firme e rumou ao aeroporto.

Às 6h30, se irradiou um comunicado que intimava a população local a não oferecer resistência para evitar derramamento de sangue.

O grupo de Giachino se dirigiu à casa do governador, convidando-o à rendição. Sem resposta do governador, entraram pela entrada de serviço da residência, onde haviam alguns fuzileiros navais, estabelecendo-se um combate. Deflagrou-se um tiroteio generalizado, tendo ocorrido a primeira baixa do conflito, o CCIM Pedro Giachino, que foi ferido mortalmente. Outros homens ficaram feridos gravemente, mas sem baixas. Os fuzileiros britânicos resistiram bravamente e, em princípio, conseguiram repelir a invasão argentina. No entanto, os argentinos se reposicionaram e continuaram a disparar intensamente, inclusive utilizando granadas de mão, o que levou os britânicos a se render.

Logo após, aterrisou o primeiro *Lockheed C-130 Hércules* da Força Aérea Argentina no aeroporto de Puerto Argentino/Port Stanley. Quando uma companhia argentina chegou às proximidades do aeroporto, sofreu o primeiro revide britânico. Um blindado argentino foi avariado, mas sem baixas dos ocupantes. Nesse contexto, os comandantes argentinos começaram a se preocupar, pois os blindados ainda não haviam se integrado com a infantaria e a resistência britânica era mais forte do que o esperado.

Às 8h30, o governador Hunt e o major Norman, sob forte pressão, debateram o que poderia ser feito. Foi sugerida uma fuga para o

⁹⁰ Primeira onda para água. (tradução nossa)

interior das ilhas e iniciar uma guerra de guerrilhas, mas, finalmente, acreditando estarem cercados por efetivos da Marinha Argentina, decidiram que esse plano não era viável.

Desse modo, trouxeram um argentino que residia nas ilhas, Héctor Gilbert – que acreditavam ser um espião –, encarregando-o de negociar com os militares argentinos. Às 9h30 o governador Hunt decidiu declarar a rendição das Malvinas. Logo depois, um avião militar argentino o levou a Montevideo, desde onde partiu a Londres.

Então, por volta do meio-dia de 2 de abril, a bandeira Argentina tremulou nas ilhas Malvinas. Estava cumprida a missão da Força de Desembarque, onde logo partiram de volta ao Continente.

No dia seguinte, apareceram nos jornais ingleses fotos dos fuzileiros navais britânicos rendidos e estendidos no chão de boca para baixo. Aproximadamente 120 defensores – incluindo civis armados – foram capturados pelos argentinos.

Não obstante, nas ilhas Georgia do Sul, os britânicos não aceitaram se render. Na manhã do dia 3 de abril as forças argentinas tomaram Grytviken, onde 22 fuzileiros navais britânicos resistiram bravamente, mas foram obrigados a se render.

Os prisioneiros britânicos foram todos enviados para casa, onde, primeiro eram trasladados ao Uruguai, para depois seguir viagem.

5.11.A reação britânica

A reação britânica foi uma imediata resposta militar lançada dia 5 de abril de 1982, a qual devolveria mais tarde o *status quo* prévio à invasão argentina das ilhas Malvinas. Como já mencionado, os britânicos tiveram respaldo da Organização das Nações Unidas e da Comunidade Econômica Europeia. Mais tarde, os britânicos ainda contariam com apoio logístico norte-americano, como inteligência de satélite, armamentos sofisticados – *AIM-9L Sidewinder*, mísseis de lançamento manual *Stingers*, etc. – e ainda, dados tecnológicos essenciais do se considerava – e que se demonstraria mais tarde – como a mais perigosa arma dos argentinos: os mísseis anti-navio *Exocet*, de fabricação francesa.

Corporate foi o nome dado à operação britânica para retomar a posse das ilhas Malvinas em 1982. No total, a Grã-Bretanha mobilizou

cerca de 30.000 efetivos de suas forças armadas para o conflito⁹¹

5.12.Os combates por terra, água e mar

Em 25 de abril de 1982, a Marinha Britânica retomou as ilhas Georgia do Sul, 190 militares argentinos foram capturados e feitos prisioneiros. O tenente de navio, Alfredo Astiz – no comando das tropas – assinou a rendição argentina no local.

No dia 30 de abril, o exercito argentino sofreu suas primeiras baixas nas Malvinas, quando um helicóptero *UH-1H* com 10 pessoas a bordo – 3 oficiais, 2 suboficiais e 5 recrutas – caiu ao mar nas costas de Caleta Oliva. No dia seguinte, aviões de caça navais britânicos *Sea Harrier FRS1* da Royal Navy – Marinha Real – atacaram a base aérea argentina “Malvinas”.

O dia 1º de maio de 1982 marcou o início dos enfrentamentos nas Malvinas. A aviação britânica lançou quatro ataques a Puerto Argentino e alguns helicópteros atacaram Port Darwin. Já a Marinha Britânica, desde suas fragatas, acionou suas artilharias contra Puerto Argentino. No entanto, as tentativas de desembarque de tropas britânicas nas ilhas, foram rechaçadas pelas forças argentinas.

No dia 2 de maio, o submarino britânico *HMS Conqueror* comandado pelo comandante Chris Wreford-Brown torpedeou o cruzador argentino *ARA General Belgrano*, capitaneado pelo capitão de navio Héctor Bonzo, tendo morrido 323 tripulantes. Este triste episódio do conflito marcou um **crime de guerra**, por parte dos britânicos, pois o *ARA General Belgrano* – no momento do torpedeamento – estava **fora** da zona de exclusão militar declarada unilateralmente pela Grã-Bretanha. Ainda que pese na tese de um crime de guerra, o cruzador argentino não oferecia risco – no momento –, pois não estava sob o alcance de sua artilharia nenhum navio inglês ou qualquer outro alvo. Portanto, o *ARA General Belgrano* não poderia ser considerado um objetivo militar, que cujo afundamento resultaria em anular uma latente ameaça. Todavia, a Guerra das Malvinas não tinha *status quo* de **guerra total** – onde se busca a total destruição inimiga –, de modo que não há justificativas aceitáveis para o ocorrido.

Não obstante, o afundamento do *ARA General Belgrano* teve

⁹¹ Falkland Islands News Network, helps Falklands Veterans Reunite, 03/05/2013.

repercussões estritamente **políticas**, pois serviu como um “troféu”, ou “coroação” para o governo Thatcher, que levava a guerra às últimas consequências. Logo a gangorra da popularidade pendeu em favor da primeira ministra britânica, lhe assegurando um novo mandato à frente do país. Nesse sentido, a tese libertária – e deste trabalho – de que guerras têm benefícios políticos para os governos e principalmente, para quem está em sua chefia, ganha cada vez mais força.

Entretanto, alguns dias depois, dia 4 de maio, viria à resposta argentina com “ares de vingança” pelo afundamento do *ARA General Belgrano*. Um avião *Super Etendar* da Marinha Argentina, armado com o míssil de fabricação francesa anti-navio *AM-39 Exocet* – tecnologia ainda não utilizada em combate e que não se sabia exatamente sua eficácia – atingiu gravemente o destrutor *HMS Sheffield*, resultando no seu naufrágio uma semana depois, 20 marinheiros britânicos foram vitimados.

Ainda no mesmo dia 4, ocorreram novas incursões aéreas inglesas sobre Puerto Argentino e Port Darwin. Um avião britânico *Sea Harrier* foi derrubado sobre Goose Green, fato comemorado pelos argentinos, pois demonstrava que a aviação britânica não era tão “invencível”, como muitos diziam.

No dia 6 de maio os ingleses estabeleceram um bloqueio naval a 12 milhas do litoral argentino. Em 9 de maio foi afundado um pesqueiro argentino por aviões ingleses, inclusive, embarcações de salvamento foram atacadas pelos britânicos. No dia seguinte, a Inglaterra decretou uma zona de exclusão aérea ao redor da ilha Ascención, equivalendo a 100 milhas náuticas.

Já em 14 de maio, um ataque noturno inglês nas ilhas, produziu um duro golpe à Argentina: 14 aeronaves foram destruídas em solo. No dia seguinte, embarcações inglesas canhonearam Puerto Calderón – ilha Bonbón – afetando 10 aeronaves argentinas.

No desenrolar da guerra, os britânicos foram estabelecendo sua supremacia nos céus e nos mares. Assim, conseguiram posicionar seus navios de guerra no estreito de San Carlos – que divide as duas principais ilhas do arquipélago malvinense, Soledad e Grand Malvinas –, quando, finalmente, desembarcou uma brigada britânica chefiada pelo brigadeiro Thompson, no dia 21 de maio.

Em terra, a infantaria argentina foi superada pelo profissionalismo da marinha inglesa. Depois de sofrer danos em quatro fragatas – a fragata *Ardent* foi afundada –, perder três aviões *Harrier* e dois helicópteros, os britânicos conseguiram estabelecer uma cabeceira na praia.

Diante da hegemonia qualitativa e quantitativa naval britânica, a Marinha Argentina não conseguia lhe fazer frente. Então, ficara a cargo da aviação argentina os enfrentamentos com a Marinha Britânica. Nesse sentido, durante muitos dias, partiam do continente, pequenos esquadrões argentinos – geralmente formados por 4 aeronaves dos tipos, *A-4 Skyhawk*, *Dagger* ou *Super Etendar*, da marinha ou força aérea – em missões de bombardeamentos⁹² da frota inglesa. Muitas vezes, essas aeronaves argentinas não dispunham de combustível necessário para regressar às bases aéreas continentais, necessitando abastecimento⁹³ em pleno voo.

Nesse sentido, no dia 23 de maio, sucessivos ataques da aviação argentina produziram perdas navais inglesas, incluindo o afundamento de um destrutor e um transportador de tropas. No dia seguinte, a fragata britânica *Argonaut* foi afundada. Em 25 de maio, aviões argentinos avariaram três fragatas de lançamento de mísseis e o transportador pesado *Atlantic Coventry* – atingido por um míssil *Exocet*. Afundou cinco dias depois –, resultando em 19 mortes britânicas. Em resposta, a aviação britânica atacou Puerto Argentino, mas perdeu três aviões *Harrier*.

Entre os dias 27 e 28 de maio, ocorreu a violenta batalha de *Pradera del Ganso*, em Port Darwin, envolvendo o 2º Batalhão de Paraquedistas inglês – sob o comando do tenente-coronel Herbert Jones – e o 12º Regimento de Infantaria argentino – sob o comando do tenente-coronel Ítalo Ángel Piaggi – tendo resultado em vitória inglesa, com 55 mortes argentinas e 18 britânicas.

Em 30 de maio, os argentinos perderam dois *Skyhawk*, porém um míssil *AM-9 Exocet* disparado por um *Dagger*, conseguiu avariar o porta-

⁹² Curiosamente, na maioria dos casos, os aviões argentinos estavam armados com bombas de 1000 libras, de fabricação britânica, as quais os pilotos argentinos com muito humor diziam que estavam “devolvendo-as” aos ingleses. Muitas dessas bombas, não chegavam a explodir quando atingiam seus alvos.

⁹³ As operações de abastecimento em voo, feitas por aviões Hércules C-130 da Força Aérea Argentina foram de suma importância para a realização dos ataques aéreos argentinos.

aviões britânico *Invencible*. No entanto, a informação não foi confirmada pelo alto comando britânico.

Em 2 de junho, as tropas inglesas já se encontravam nas imediações de Puerto Argentino, estando apenas 12 quilômetros de distância. Em 8 de junho, uma tentativa britânica de desembarque em Fitz Roy e Bahía Agradable foi rechaçada pela Força Aérea Argentina. Foram afundados a fragata *Plymouth* e os transportadores de tropas *Sir Galahad* e *Sir Tristán*.

Enquanto a Força Aérea Argentina em esforços heroicos e desesperados tentava repelir ao máximo os avanços ingleses em terra e produzir o máximo de danos possíveis na frota naval britânica, em terra, os soldados argentinos pereciam sob o fogo britânico – principalmente de artilharia –, com fome e frio – diante do bloqueio naval imposto pelos ingleses. Os argentinos raramente conseguiam prover suas tropas em solo com alimentos, abrigos para o frio e munições. Houve casos de rendições de combatentes argentinos a troco de abrigo ao frio e alimentação.

Em 12 de junho, foi atacado o *HMS Glamorgan*, deixando 13 mortos. As tropas britânicas continuavam a avançar a Puerto Argentino objetivando sua retomada e findar o conflito. No dia seguinte, tropas inglesas conseguiram romper as defesas argentinas.

Finalmente, no dia 14 de junho de 1982, nos arredores da capital malvinense, as forças britânicas pressionavam com sua esmagadora, superioridade bélica, às tropas argentinas remanescentes em Puerto Argentino. O Estado Maior Conjunto argentino, deu conhecer pelo comunicado n° 163, cujo texto dizia que o comandante das forças britânicas, o general Jeremy More, havia se reunido com o comandante militar e governador argentino das ilhas Malvinas, general Mario Benjamín Menéndez, no dia 14 de abril e que poderiam ter negociado condições para uma rendição argentina. De fato, no mesmo dia, foi assinada uma ata final de rendição e retirada de tropas pelo general Menéndez, findando o conflito que durara pouco menos de três meses.

No dia 15 de junho de 1982, foi veiculado na imprensa argentina, o Comunicado do Estado Maior Conjunto n° 165, com o seguinte teor: *“Comunicado del Estado Mayor Conjunto numero 165, en el día de ayer, 14 de junio de 1982, se produjo la reunión entre el general Jeremy More y el general de brigada Mario Benjamín Menéndez. En dicha reunión, se labró un*

*acta, en la cual se establecen las condiciones de cese de fuego y retiro de tropas*⁹⁴.

5.13.As condições desumanas dos combatentes argentinos

Logo do final da Guerra, os abusos e as condições desumanas que padeceram os soldados argentinos nas Malvinas, por parte de seus superiores, que lhes negaram, inclusive, alimentos – enquanto se alimentavam diariamente – começaram a ser conhecidos por testemunhos dos ex-combatentes.

Por razões destas acusações, apenas os testemunhos daqueles que viveram os horrores desta guerra, poderão ilustrar esta triste história: *“La comida empezó a escasear a los pocos días, la ración se redujo a una especie de sopa con algunos fideos (...) Perdí quince kilos en mi estadía en las islas.” “Estuvimos diez soldados más de un mes en una casamata de cuatro por cuatro. Durante dos meses, no me bañé. Tuve un solo equipo de ropa y, por la gran humedad no se secaba. Así, con la ropa puesta y mojada, nos poníamos cerca de un brasero que teníamos...” “Al oficial que estaba a cargo nuestro, cuando la situación se puso muy difícil, le vino ‘hepatitis’ y quedamos a cargo de un supoficial...” “Luego empezamos a retroceder rumbo a Puerto Argentino. No fue un repliegue ordenado, fue casi una disparada. Esto no porque fuéramos cagones, hubo actos de heroísmo sin límites. Los correntinos y los chaqueños pelearon como leones y, muchas veces, por la ignorancia corrían riesgos innecesarios (...) Acá empezó el hambre, no morfábamos casi nada. Vi morir compañeros por cazar patos para comer en la playa minada*⁹⁵⁹⁶.

⁹⁴ Comunicado do Estado Maior Conjunto n° 165, no dia de ontem, 14 de junho de 1982, aconteceu a reunião entre o general Jeremy More e o general de brigada Mario Benjamín Menéndez. Em referida reunião, se lavrou uma ata estabelecendo as condições de cese de fogo e retirada de tropas. (tradução nossa)

⁹⁵ “A comida começou a se escassear em poucos dias, a ração foi reduzida a uma espécie de sopa com alguns macarrões (...). Perdi quase quinze quilos em minha estadia nas ilhas.” “Estivemos em dez soldados, mais de um mês em uma casamata de 4m². Durante dois meses, no tomei banho. Tive um só fardamento e, devido à grande humidade não se secava. Assim, vestidos e molhados, nos pusemos perto de um braseiro que tínhamos...” “Ao oficial que nos comandava, quando a situação estava muito difícil, lhe veio ‘hepatite’ e ficamos ao comando se um suboficial...” “Logo começamos a retroceder a Puerto Argentino. Não foi uma retirada ordenada, foi uma disparada. Isto não porque éramos medrosos, houve atos de heroísmo sem limites. Os correntinos e os chaquinhos lutaram como leões e, muitas vezes, pela ignorância corriam riscos desnecessários (...). Aqui começou a fome, não comíamos quase nada. Vi morrer companheiros por caçar patos para comer na praia minada”. (tradução nossa)

⁹⁶ Crónica de las Malvinas, Testimonio de un soldado. Política Obrera N° 331, 15/07/1982.

Não obstante, outrossim, houve casos de soldados torturados por roubar alimentos para sobreviver, mortes devido ao frio e por inanição, também amputações de pernas pelo chamado “*pie de trincheira*”⁹⁷. Uma vez feitos prisioneiros, recebiam dos ingleses um tratamento melhor – alimentos e abrigo ao frio – do que de seus próprios oficiais e país.

Estes absurdos, no entanto, têm explicações políticas. Dos 11 mil soldados argentinos nas ilhas, havia apenas uma unidade com capacidades para operar num conflito como este: o Batalhão 5 de infantaria da Marinha – BIM5 –, que sustentou sua posição até o final. O restante eram batalhões de soldados – majoritariamente – recrutados sem treinamento, quase todos do norte – províncias do Chaco e Corrientes: porque as melhores tropas argentinas não estavam nas Malvinas, mas na fronteira com o Chile – onde a ditadura esperava outra guerra.

Em meio a esta desordem, a falta de profissionalismo e erros estratégicos grosseiros – os exércitos argentinos não foram providos satisfatoriamente e, a fome e o frio imperaram – ocasionaram abusos por parte dos oficiais argentinos em obrigar seus subordinados a combaterem em péssimas condições logísticas e humanas. O resultado, não poderia ser outro: a derrota.

5.14.A Guerra em números

Quadro 1 – Baixas, feridos e aprisionados

	Baixas	Feridos	Aprisionados
Argentina	649	1.068	11.313
Inglaterra	255	777	115
Civis	3	-	-

Fonte: EDDY; LINKLATER; GILLMAN (1982, pág. 294)

Quadro 2 – Perdas materiais militares

Argentina	Inglaterra ⁹⁹
1 Cruzador	2 Destróires

⁹⁷ Pé de trincheira. (tradução nossa)

⁹⁸ Devido ao congelamento por falta de indumentária de inverno adequada.

⁹⁹ Dados oficiais. Porém, as baixas inglesas, principalmente da Marinha, foram maiores.

1 Submarino	2 Fragatas
4 Cargueiros	2 Navios logísticos de desembarque
2 Barcos Patrulha	1 Navio porta-containers
1 Treineira para espionagem	-----
-----	24 Helicópteros
25 Helicópteros	10 Caças
35 Caças	-
2 Bombardeiros	-
4 Aviões de Carga	-
25 Aviões de Ataque Ligeiro	-
9 Traineiras Armadas	-

Fonte: EDDY; LINKLATER; GILLMAN (1982, pág. 294)

5.15.Repercussões políticas do conflito

Diante do fracasso da Junta Militar argentina em recuperar as Ilhas Malvinas – e de certo modo, conseguir prestígio frente à opinião pública –, a situação interna do país modificou-se. O desfecho da guerra não representou uma derrota apenas da Argentina perante a Inglaterra, significou a derrocada do próprio regime militar argentino.

A população argentina começou uma onda de protestos, onde se manifestava exigindo a renúncia do presidente Leopoldo Fortunado Galtieri, que foi substituído por Reynoldo Bignone, dando início ao processo de retorno da democracia ao país, tendo ocorrido eleições presidenciais em outubro de 1983.

Por outro lado, a vitória britânica no conflito, resultou em benefícios políticos à primeira ministra Margareth Thatcher, tendo seu partido – Partido Conservador britânico – obtido a maioria no Parlamento nas eleições de 1982, lhe garantindo um segundo mandato.

CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES LIBERTÁRIAS SOBRE AS GUERRAS E O CONFLITO PELAS MALVINAS

“As pessoas não podem delegar ao governo algo que seria ilegal elas próprias fazerem.”

– John Locke

6.1. Guerra e ambivalência

Mortes, talvez, a palavra que melhor possa expressar teoricamente, os maiores prejuízos de uma guerra. O pressuposto da morte é uma causa, ao se falar em guerra, logicamente a causa é provocada por um agente humano. Nessa lógica, não é exagero concluir que numa guerra, mortes são resultado – na esmagadora maioria dos casos – de assassinatos.

A terminologia utilizada, *assassinato*, parece tomar contornos dramáticos e um tom exagerado. Não obstante, seu impacto objetiva desconstruir a **ambivalência** existente, nos seguintes casos: na **honradez** e **heroísmo** em matar – assassinar – em nome da pátria/governo; e as **condenações** legais e morais num assassinato comum – como numa desavença, onde de forma dolosa, um indivíduo fere fatalmente outro.

Noutras palavras, Stefan Molyneux, exemplifica sutilmente esta referida ambivalência, arraigada no **Estado** e, de certa maneira, no **sensu comum** (MOLYNEUX, 2012, pág. 40):

...se meu tio paternal saltasse sobre a mesa e estrangulasse meu tio maternal, isso seria visto como um horror imoral para todos os envolvidos, e ele iria sem dúvida para a cadeia, provavelmente para o resto da vida.

E continua:

Por outro lado, se eles tivessem colocado uniformes, e estivessem dispostos em um campo de batalha de acordo com os caprichos de outros homens de uniforme, tal assassinato poderia ser aclamado como um sacrifício nobre e medalhas poderiam ser dadas, e pensões providas, e desfiles possivelmente aconteceriam.

Desse modo, não há sentido, pelo simples fato de um homem estar a serviço de seu **país** numa guerra, ser moralmente **isentado da culpa de matar** outros homens. Porém, não apenas isso, o assassinato no campo de batalha pode lhe render homenagens e condecorações. É neste sentido, que a figura do Estado resplandece como um “ser supremo”, onde, em seu nome, vidas humanas – inimigas – podem ser tiradas num ato nobre e corajoso, digno de medalhas. Portanto, atos considerados “homicidas” em tempos de paz, são saudados como “nobres”, “patrióticos” e “heroicos” em tempos de guerra.

Por uma perspectiva humana, uma vida perdida - fruto de um

assassinato –, é crime e um mal irreparável em qualquer lugar e em todas as circunstâncias. Desse modo, matar – mesmo que em nome da pátria – é tirar vidas de igual forma ao exemplo supracitado por Molyneux – o estrangulamento de seu tio maternal perpetrado pelo seu tio paterno –, portanto, igualmente condenável.

Pátrias, fronteiras, hinos e bandeiras, são os maiores causadores de conflitos humanos e genocídios na história da humanidade. Divisões estas, tão sem sentido, que às vezes, leva a se desconsiderar que o Planeta é habitado, em primeiro lugar, por seres **humanos**. Dessa maneira, fica um breve e reflexivo questionamento: Por que matar um semelhante – o qual nem mesmo se conhece – por ter uma bandeira de cores e contornos distintos? Ou: Por que matar, no engodo de estar defendendo a pátria, mas na verdade, representando interesses particulares da classe dirigente do Estado?

6.2.O causador das guerras

Comumente, as guerras são retratadas pela historiografia tradicional como a luta de bravos heróis frente à tirania dos vilões. De outro lado – do esquerdo – o esquema seria o mesmo, mas substituindo os sujeitos: a luta dos bravos trabalhadores oprimidos frente à exploração dos opressores burgueses. Assim, o barbarismo do campo de batalha – não importa de qual lado seja – acaba sendo justificado – como um “mal necessário” – e **condecorado** pelo lado vencedor – que “sempre” será o lado do “bem”¹⁰⁰.

Outrossim, as análises históricas de guerras, de forma geral, buscam investigar as particularidades dos contextos históricos, nos quais estes conflitos estão inseridos, objetivando resgatar as motivações peculiares de cada conflito. Tal mecanismo é parte indissolúvel de qualquer análise de guerras, entretanto, não é o fundamental.

Nesse sentido, o *libertarianismo* – e o método *Revisionista Libertário* – vem trazendo um novo paradigma na análise – econômica, social, histórica, etc. – de guerras: **o Estado como o causador preponderante das guerras**¹⁰¹.

Neste instante, todavia, faz-se fundamental esmiuçar, mediante

¹⁰⁰ Na maioria dos casos, a história é escrita pelos vencedores.

¹⁰¹ Evitando generalizações históricas, entende-se pelas guerras ocorridas após o advento dos Estados-Nacionais.

como e porque, o Estado é o causador primordial das guerras. Para solucionar estes questionamentos, serão levantados e perscrutados três elementos:

- Impostos;
- Serviço militar obrigatório;
- Bodes expiatórios externos;

Como em todo lugar, os governos obtêm seus recursos mediante o roubo que implica na exigência compulsória – podendo ser utilizado o poder coercitivo – de contribuição de seus cidadãos, portanto, trata-se dos *Impostos*.

Para o governo manter um exército regular e fabricar e/ou comprar materiais bélicos, são necessárias altas somas de capitais, naturalmente, oriundas de **tributação**. A consecução das guerras entre Estados – que implicam inevitavelmente em crimes massivos – depende fundamentalmente de um aumento ainda maior da coerção impositiva, no caso, os *impostos*.

Portanto, a carnificina do campo de batalha é o efeito da violência que ocorre **internamente**. Se os cidadãos não fossem forçados a financiar a guerra na forma de *impostos*, o derramamento de sangue seria totalmente **impossível**.

Nessa linha de raciocínio, o governo só pode apontar armas para os inimigos estrangeiros, porque primeiramente aponta-as para seus próprios cidadãos. Sem tributação, não pode haver guerra. Sem os governos, não pode haver tributação. Assim, os governos são a primeira causa das guerras. (MOLYNEUX, 2012, pág. 43)

O *Serviço Militar Obrigatório* é uma prática recorrente de muitas nações na atualidade. Não obstante, não ocorre unanimemente em todos os países. Assim mesmo, sua análise ainda é pertinente como fator viabilizador das guerras.

Poder-se-á questionar que uma guerra pode ser travada na ausência de soldados recrutados compulsoriamente, apenas com contingentes profissionais e/ou voluntários. Essa analogia é correta, porém, uma situação

pouco provável – embora já tenha ocorrido¹⁰².

Entretanto, Estados que tenham predisposição à guerra, com ambições expansionistas, assumiriam grande risco estratégico ao iniciarem um conflito bélico apenas com contingentes militares profissionais e voluntários. Isto pois, os custos financeiros para bancar os salários seriam elevados – acrescidos das despesas como armas, provisões, etc. – e, principalmente, a guerra poderia demandar um número maior de soldados, dos disponíveis – profissionais e voluntários.

Desse modo, restam duas conclusões: o serviço militar poderia ser instituído de forma obrigatória para suprir a latente demanda por tropas ou, a possibilidade de se iniciar uma guerra teria um importante entrave estratégico.

Assim, fica evidente a vital importância do *Serviço Militar Obrigatório* para que as guerras possam ser viabilizadas.

Para concluir, os *Bodes Expiatórios Externos* é outro elemento crucial, pelo qual motiva governos ensejarem conflitos bélicos na esfera internacional. Nesse sentido, quando um determinado governo se depara com graves problemas internos – econômicos, políticos, sociais, etc. – ele pode recorrer a algum fator externo como subterfúgio.

No livro *Speaking of Liberty*, Llewellyn Rockwell Jr. faz algumas considerações sobre as guerras - que vão totalmente de encontro com esta argumentação – resumidas por Rodrigo Constantino (CONSTANTINO, 2009, pág. 168):

A tese principal de Rockwell é que governos expansionistas na seara internacional não são, usualmente, humildes em casa. Historicamente, estados com tais características tenderam a se expandir além de suas fronteiras até os limites que seus recursos permitiram. Esses governos sempre usaram desculpas para suas ambições, e os bodes expiatórios externos são uma excelente forma de justificar atrocidades internas com mais e mais avanços sobre as liberdades individuais. O próprio estado é a maior fonte de conflito que os homens já conheceram. Um governo que vive buscando monstros para destruir vai acabar destruindo seu próprio povo.

E segue:

¹⁰² Em 1995 a Rússia invadiu a Geórgia utilizando exércitos mercenários.

O 11 de Setembro é um dos exemplos citados pelo autor. Para ele, um caso claro de fracasso do próprio governo. Afinal, foi o governo que vetara armas nas cabines dos aviões; que administrava a segurança dos aeroportos; que ajudara a criar, de certa forma, o grupo rebelde que se transformaria na Al Qaeda. Que recebera alertas antes e os ignorou; e que prometeu e fracassou de todas as formas em garantir a segurança dos cidadãos. Rockwell acredita que, para distrair todos dessa conclusão, o governo criou a ilusão de que a maior ameaça de todas está em algum lugar fora das fronteiras, e os americanos devem confiar no governo para saber qual ela é. Quando vemos resultados negativos de ação do governo, sempre é demandado mais governo para resolver o problema.

Diante disso, esses *Bodes Expiatórios Externos* ou *Monstros Externos* a destruir, são excelentes mecanismos utilizados por governos para desviar o foco dos problemas internos enfrentados, aumentar impostos, governar por decretos e estabelecer medidas rígidas de controle social – objetivando maior segurança –, violando mais e mais às liberdades individuais. Entretanto, não apenas isso, pois ainda existe a possibilidade de anexação de algum território alheio, rendendo espólios, como recursos – principalmente naturais.

Não obstante, isso não significa que qualquer guerra pode ser iniciada e automaticamente o governo conseguiria estes “benefícios” particulares. É necessário que se dissemine o temor de uma ameaça externa – mesmo que esta não exista ou, seja irrelevante – ou explorar alguma causa patriótica histórica, conseguindo clamor público. A história demonstra alguns exemplos de monstros externos combatidos pelos governos – em detrimento de direitos civis e liberdades individuais – como o comunismo durante o Macarthismo nos EUA e atualmente o terrorismo.

Pelo exposto, uma guerra – ofensiva – não importa se seus objetivos sejam falsos ou legítimos, se a vitória é impossível, o único objetivo dos **governos** ao fazer guerras é a sua própria **continuidade**.

6.3.A guerra não pertence ao indivíduo

Um dos grandes problemas apontados pelos libertários, nas questões referentes às guerras, é o envolvimento injustificável dos indivíduos em conflitos. À medida que um governo declara guerra a outro – ou decide invadir outro Estado, provocando uma guerra –, seus cidadãos automaticamente são arrastados – de um modo ou de outro – ao esforço de guerra. Não apenas isso, os governados são responsabilizados pelos mandos

e desmandos de seus governantes.

Nesse sentido, supondo-se que o país A, declare guerra ao país B – não importa o motivo –, tanto os cidadãos de A, como de B, estão envolvidos no repentino conflito desencadeado por seus governos, mas sem terem tido participação direta nos acontecimentos que culminaram no ato beligerante. Para agravar, pode ocorrer ainda, a desaprovação por parte destes cidadãos à atitude de seus governantes.

Portanto, é nítido que, na maioria das vezes, os cidadãos participam dos conflitos – que não provocaram – à revelia.

Seguindo com o exemplo supracitado, as tropas do país A, ao invadirem o país B, podem acabar danificando propriedades particulares e vitimando civis – acidentalmente ou não – em território inimigo. Desse modo, os cidadãos de B, foram responsabilizados pelos atos de seu governo – das quais não tiveram participação, tampouco culpa.

Isso posto, as guerras não pertencem aos indivíduos, mas sim aos seus governos.

6.4. Guerras justificáveis

Pelas expostas considerações anteriores, poder-se-á concluir, precipitadamente, que as teorias libertárias sobre as guerras falham em condenar todos os tipos de guerras.

Todavia, os libertários não são sistematicamente contra **todas** as guerras. Existem guerras justificáveis, que são invariavelmente **defensivas**.

Para oportuno esclarecimento desta postura, recorre-se mais uma vez ao princípio da *não-agressão*, que como já esclarecido, significa que um indivíduo não pode iniciar o uso da **força** contra outrem – o que seria *agressão* –, nem invadir, apropriar-se indevidamente e/ou danificar sua propriedade – o que também seria *agressão*. Justamente nesse sentido, entende-se que este princípio pode ser aplicado à relação entre **Estados**. Desse modo, um Estado não tem justificativas para *agredir* – invadir, atacar e/ou apoderar-se de recursos – outra nação.

Seguindo este raciocínio, em ambos os casos, o *agredido* justificadamente pode defender-se da *agressão*, com proporcionalidade de forças.

Dessa maneira, uma guerra justificável – defensiva – jamais

deve ter civis como alvos. Seus meios devem ser proporcionais às ameaças envolvidas. Deve ser o último recurso disponível. A paz deve ser estabelecida e mantida assim que a luta terminar e a vingança contra o inimigo derrotado está fora de questão. (CONSTANTINO, 2009, págs. 169, 170)

6.5. Soluções libertárias para o fim das guerras

Os libertários propõem a abolição de todos os Estados, aonde quer que seja, e a provisão por parte de um livre-mercado das funções que agora cumprem de maneira deficiente os governos – saúde, educação, justiça, segurança, etc.. Por tanto, um mundo puramente libertário não haveria “política exterior”, pois não haveriam Estados, nenhum governo teria o monopólio do poder coercitivo sobre qualquer área territorial específica, logo, não haveria guerras. (ROTHBARD, 2008, pág. 295)

Não obstante, todos os libertários sabem que não vivem nesse mundo, que a realidade confronta a existência de vários Estado-Nações que dividem o globo terrestre. Outrossim, são conscientes que este triste quadro geopolítico não desaparecerá num futuro próximo, talvez, nunca. Destarte, qual seria sua atitude diante da política externa, estando subjugados pelo Estado?

Pois bem, a resposta para isso atende pela palavra: limitação. Limitar, reduzir e descentralizar o poder governamental em todas as direções é o atual esforço vertido pelos libertários.

Nesse sentido, frente ao fato da existência de vários Estados dividindo o espaço terrestre, cada um, regido por um governo central monopolista do uso da força, no que diz respeito às relações exteriores, o objetivo libertário é que, ao menos, a tirania de cada Estado se limite a sua própria jurisdição. Desse modo, impedir que um Estado agrida a outro.

Para tanto, o único caminho comensurável, é que mediante participação e representação políticas, os cidadãos de cada país exijam de seus governos, a limitação de seu poder.

Desse modo, dois elementos analisados anteriormente, *Impostos* e o *Serviço Militar Obrigatório*, são os dois principais alvos a serem combatidos pelos cidadãos de cada país, a fim, de evitar os conflitos entre Estados e resguardar as liberdades dos indivíduos.

Se os Impostos são o primeiro pressuposto para que qualquer Estado possa pôr em marcha uma guerra, um corte visceral na carga tributária,

fatalmente, impossibilitaria planos expansionistas dos governos. Com esta reforma tributária, o próprio Estado perderia **poder**, resultando na sua limitação. Assim pois, um Estado limitado e sem recursos para a guerra, não teria modos de fazê-la.

O Serviço Militar Obrigatório ainda é uma prática retrógrada presente em vários países do mundo. Este constitui um importante elemento estratégico para qualquer planejamento militar de defesa e, em última análise, para lançar campanhas militares ofensivas no estrangeiro.

Cabe ainda ressaltar, que por ser de caráter compulsório, entende-se que se trata de uma **escravidão** perpetrada em tempos modernos pelo Estado. De modo que, por ser obrigatório, o indivíduo – geralmente homem, podendo ser mulher¹⁰³, com idades que variam entre 18 a 21 anos – não tem possibilidades de recusar-se a sua prestação, podendo não ser remunerado pelas horas de serviço prestadas e, numa excepcionalidade de guerra, ser arrastado à revelia a esta, arriscando sua própria vida. Desse modo, resulta numa gravíssima violação das liberdades individuais.

Diante disso, a sentença ao *Serviço Militar Obrigatório* para minimizar as possibilidades de conflitos bélicos é sua total **abolição**.

Entretanto, outrossim, deve-se perscrutar duas consequências de uma ordem social livre – defendida pelo libertarianismo –, como impedimentos para as guerras. Tratam-se do *livre-mercado* e a *liberdade de migração*.

Um cenário de *livre-mercado*, tanto no plano doméstico, quanto no plano internacional, constitui o pré-requisito indispensável à preservação da paz. Um mundo livre de barreiras comerciais e migratórias – *liberdade de migração* – deixaria de haver incentivos para guerras e conquistas. (MISES, 2010, pág. 930)

Nesse sentido, enquanto uma ordem livre¹⁰⁴ e, o conseguinte, *livre-mercado*, veda às possibilidades de ocorrerem guerras, o nacionalismo, a interferência do Estado na atividade econômica e na restrição à migração, lançam as sementes para os conflitos. Assim pois, à medida que os indivíduos não podem cruzar fronteiras para comprar e vender mercadorias, exércitos o

¹⁰³ Em Israel as mulheres prestam serviço militar.

¹⁰⁴ Ausência de Estado ou, um governo extremamente limitado e não intervencionista.

farão.

Vivendo em liberdade, nenhum indivíduo se preocupa com o tamanho do território de seu país¹⁰⁵, já num regime de medidas protecionistas e intervencionistas adotadas pelo Estado, quase todo cidadão tem interesses nessas questões territoriais. De modo que, o aumento territorial sob a soberania de sua nação, representaria melhorias materiais a si, ou ao menos, resultaria num alívio¹⁰⁶ quanto às restrições que eram impostas pelo governo do território anexado.

É inútil crer que tratados, conferências e organismos burocráticos como a ONU, resolvam os problemas das guerras. O espírito de conquista não pode ser detido pela papelada burocrática. Apenas uma ordem livre – com liberdade econômica e migratória – possibilita a coexistência pacífica entre as nações. Para isso é necessário que haja uma mudança radical nas ideologias e nas políticas econômicas. (MISES, 2010, pág. 931)

Para a paz, não basta derrotar os agressores. O principal é livrar-se das ideologias que dão origem às guerras. É latente a indispensável abolição da onipotência e onipresença dos governos.

6.6.As Malvinas sob perspectivas libertárias

Por meio das perspectivas libertárias expostas neste trabalho, sobre tudo, suas posições sobre as guerras, induzem a sua inequívoca relação com o conflito sobre as ilhas Malvinas, em 1982.

Nessa linha, é transparente o íntimo vínculo entre a situação da ditadura militar que governava a Argentina, em meio a crises, política, econômica e social, com o abordado conceito dos *Bodes Expiatórios Externos*.

Desse modo, de acordo com o levantamento histórico realizado, juntamente de uma análise crítica – não historicista – permeada por elementos teóricos libertários, demonstrou-se de maneira convincente, a trama

¹⁰⁵ Ou na possibilidade de se preocupar, seria inútil, pois suas ambições expansionistas individuais não representariam o menor perigo à paz.

¹⁰⁶ Para elucidar o raciocínio, segue uma breve abstração: imaginemos que o país A esteja enfrentando escassez de petróleo, que em pouco tempo resultará na paralização de sua cadeia produtiva e estagnação econômica. O país vizinho, B, possui grandes reservas de petróleo, porém, inexploradas. Assim, empresários do país A desejam explorar esse petróleo – compensando financeiramente ou destinado um percentual da produção ao país B – , mas o governo do país B não permite, indagando que o setor energético é monopólio estatal e de importância estratégica. Diante da crise energética que país A enfrentará muito em breve, seu governo decide invadir parcialmente o território do país B, onde se encontram as reservas petrolíferas, para depois explorá-las. Desse modo, os cidadãos do país A têm interesses expansionistas territoriais e, vão apoiar a decisão de seu governo em invadir o país B.

dos militares argentinos em se utilizarem de *Bodes Expiatórios Externos*, ao explorar o forte sentimento patriótico de seu povo e uma histórica ferida aberta de clamor público – a soberania sobre as ilhas Malvinas. Para tanto, transmutaram seus objetivos puramente políticos como ambições pátrias de soberania, visando sensibilização e apoio populares, no ensejo de uma guerra. Assim sendo, a carnificina do campo de batalha, o *modus operandi* para protelar o *status quo* da ditadura no poder.

Não obstante, este maquiavelismo criminoso dos militares argentinos, mascarado por um patriotismo tosco, resultou em irreparáveis agressões às liberdades individuais de seu povo, frutificadas no recrutamento voluntário e/ou compulsório de jovens cidadãos que bravamente arriscaram suas vidas – e muitos a perderam –, no engodo de estarem defendendo sua pátria. Entretanto, na realidade, representavam interesses muito particulares da podre classe dirigente de seu país.

Com respeito à Grã-Bretanha especialmente no conflito, *a priori*, está isenta desta analogia, pois é entendida como nação agredida. Perante a agressão argentina sobre um território sob sua soberania – mesmo que discutível – cumpriu seu papel em defender seus cidadãos ali residentes.

Não obstante, *a posteriori*, ocorreram exageros desproporcionais por parte das tropas britânicas, no considerado crime de guerra, ao afundar o navio argentino *ARA General Belgrano* – resultando 323 mortes – que se encontrava fora da zona de exclusão militar anunciada pela própria Inglaterra.

No tocante político, mesmo o conflito não tendo sido iniciado pelo governo britânico, não foge da constatação de que guerras geram benefícios políticos. Diante da vitória, Margareth Thatcher resgatou apoio e credibilidade popular para conseguir outro mandato.

CAPÍTULO 7: PROPOSTA À SOLUÇÃO DA ATUAL QUESTÃO DAS MALVINAS

7.1. Breves considerações sobre propriedade

A pedra angular do *liberalismo* e do *libertarianismo*¹⁰⁷ é os direitos de **propriedade** sobre si mesmo¹⁰⁸¹⁰⁹, assim, a liberdade individual emana, fundamentalmente, do direito de propriedade sobre o próprio corpo, que sustenta o direito absoluto de cada homem, em virtude de sua condição humana, a controlar este corpo livremente, sem interferências coercitivas. Tão somente dessa forma, cada indivíduo pode pensar, aprender, valorizar e eleger seus fins e meios para sobreviver e desenvolver-se. Portanto, **livre**.

Não obstante, outrossim, sabe-se que o ser humano não é um fantasma, um ente imaterial. De fato, é composto de matéria e possui necessidades fisiológicas materiais. Desse modo, só pode sobreviver e desenvolver-se com os elementos naturais dispostos sobre a terra que o rodeia.

Nesse sentido, os humanos precisam assentar-se sobre áreas terrestres e, para viver, transformar os recursos dados pela natureza em coisas convenientes ao seu consumo. Para tanto, os homens devem possuir não só seus corpos, mas também ter a **propriedade** de objetos materiais para seu uso e controle. Desse modo, seria um delírio concluir que a vida humana seria possível sem direitos de propriedade sobre estes elementos. (ROTHBARD, 2008, pág. 38)

Entretanto, a propriedade não se justifica apenas pelo caráter de sua utilidade, mas também por justiça. Assim pois, é **justo** que tudo aquilo que com **meios próprios**, resulte da ação – produção – do indivíduo, seja

¹⁰⁷ O libertarianismo possui uma divisão interna, existindo libertários utilitaristas e libertários que se baseiam no direito natural. No caso específico, toma-se o libertarianismo com viés no direito natural como base.

¹⁰⁸ Opõem-se radicalmente às teorias coletivistas, como o comunismo e o anarquismo-coletivista. Estas sustentam o que se pode chamar de “comunalismo participativo”, onde todo homem deveria ter o direito de possuir sua cota coletiva, idêntica a de todos os demais. Porém, num mundo de bilhões de pessoas, todos teriam direito a possuir uma parte igual de todos. Fatalmente isto é impraticável, pois não há como todos realizarem um contínuo controle sobre os demais, sendo considerado de forma cabal, utópico. Pelo presente, na impossibilidade prática de um comunalismo participativo, emanaria uma autoridade coletiva de viés autoritário, com premissas de “representar” toda a coletividade. Portanto, o coletivismo é a maior ameaça existente à liberdade individual.

¹⁰⁹ A negação deste direito implica, necessariamente, em duas alternativas: 1) um grupo, A, tem direito a possuir outro, B; 2) todos têm direito a possuir todos – comunalismo participativo. A primeira hipótese significaria que A merece os direitos de propriedade de seu corpo e do de B, enquanto este estaria numa classe subumana – sem esses direitos. Já a segunda hipótese, além de ser utópica, é totalmente contraditória, ao proclamar que todo homem possa ter uma parte de todos os demais, mas não possa possuir a si mesmo.

integralmente sua propriedade, de mais ninguém¹¹⁰. Não obstante, essa propriedade pode ser transferida de dono, mediante trocas voluntárias – livre-mercado – por outras propriedades ou por meio de troca – moeda.

Todavia, há de se convir, que a propriedade é uma verdadeira *extensão* da própria personalidade do indivíduo, ao passo que este quando produz ou transforma seu ambiente, canaliza suas energias na materialização de suas **ideias**. John Locke – um dos grandes teóricos da propriedade – assim ilustra quão legítimos são os direitos de propriedade (LOCKE, 1948, págs. 17-18):

[...] todo hombre tiene la propiedad de su persona. Nadia más que uno mismo tiene derecho a esto. El trabajo de su cuerpo y el de sus manos, podríamos decir, son en verdad suyos. Entonces, todo aquello que él saque del estado en que lo ha provisto y dejado la naturaleza, y con lo cual ha mezclado su trabajo, lo convierta en algo que le pertenece, y por lo tanto lo hace de su propiedad. Como él lo ha sacado del estado común en que lo dejó la naturaleza, tiene anexado algo por su trabajo, cosa que lo excluye del derecho común de otros hombres. Dado que este trabajo es propiedad incuestionable del trabajador, ningún otro hombre más que él tiene derecho a aquello en que lo ha convertido [...].¹¹¹

Nesse sentido, sendo uma extensão da própria interioridade humana, tem-se nítida quão fundamental é a propriedade à vida e desenvolvimento humanos. Uma convivência social sem respeito à propriedade privada seria algo aberrante e, pode-se dizer, antinatural.

7.2. Em defesa à liberdade e propriedade dos kelpers

Mediante estas concepções liberais e libertárias acerca da propriedade privada e, tendo em vista sua incomensurável importância à vida e desenvolvimento humanos, se estabelecerá um novo paradigma à atual questão sobre as ilhas Malvinas: **a disputa entre Estados como violador dos direitos individuais de propriedade.**

¹¹⁰ Excetuando-se o caso de uma doação voluntária de propriedade.

¹¹¹ [...] Todo homem tem a propriedade de sua pessoa. Ninguém mais que ele mesmo tem direito a isto. O trabalho de seu corpo e o de suas mãos, podemos dizer, são na verdade seus. Então, tudo aquilo que ele tire do estado em que lhe proveu e deixou a natureza, e com o qual mesclou seu trabalho, se transforma em algo que lhe pertence, e assim, se faz de sua propriedade. Ele por ter tirado do estado comum em que lhe deixou a natureza, tem anexado algo pelo seu trabalho, coisa que exclui o direito comum de outros homens sobre isto. Dado que este trabalho é propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum outro homem mais que ele tem direito àquilo em que transformou [...]. (tradução nossa)

O grande problema que reside nas disputas de soberania entre Estado-nações, não é, propriamente, qual, ou quais territórios encontram-se em litígio. Nesses casos, os Estados em sua busca desenfreada por expandir suas fronteiras, terminam, majoritariamente, violando tanto a liberdade, como a propriedade dos habitantes destes territórios em questão.

Os debates que giram em torno destas disputas territoriais em âmbito internacional, na maioria das vezes, se resumem a arguições de cada nação, justificando – com apelos de todas as naturezas – a si, a soberania sobre determinado território. Infelizmente, as litigiosas ilhas Malvinas, não fogem desta realidade.

Entretanto, o que se pretende trazer a esta questão – a soberania sobre as ilhas Malvinas – é uma defesa do lado mais prejudicado em meio à disputa entre os dois Estados – Argentina e Inglaterra: os habitantes das ilhas Malvinas, os kelpers.

Tanto argentinos, quanto ingleses, têm buscado justificar – pela história, pela geografia, pelo direito, etc. – que a soberania sobre as ilhas Malvinas, por direito, cabe a seu país. Não obstante, esta questão já deveria estar fora da realidade.

Os interesses expansionistas dos Estados, sendo defendidos em guerras ou, mesmo que diplomaticamente, não podem sobrepujar a liberdade, a propriedade, os direitos e, em última análise, a vida dos indivíduos que habitam os territórios disputados.

Nesse sentido, os kelpers – os habitantes das ilhas Malvinas – devem ter as suas vidas, as suas propriedades e, de certa forma, suas liberdades resguardadas na superação desta disputa territorial que ainda ocorre diplomaticamente entre Argentina e Inglaterra.

Desse modo, atualmente, já não cabe mais discutir a qual dos dois Estados, por direito, as Malvinas deveriam pertencer. Referidas ilhas, pertencem, na verdade, aos indivíduos quem as habitam, que têm suas propriedades e suas vidas nesse local: os kelpers. Esta, a verdadeira “soberania” a ser defendida. O que deve ser respeitado é o direito fundamental de propriedade e vida destas pessoas, não os interesses expansionistas dos Estados.

Com respeito a isto, recentemente, ocorreu um plebiscito, pelo qual os kelpers – majoritariamente de origem britânica – escolheram qual país deveria exercer soberania sobre as ilhas Malvinas: Argentina ou Inglaterra. O resultado era obvio: a escolha por continuar – as ilhas – sendo inglesas.

Segundo os dados divulgados pelo órgão eleitoral local, 99,8% dos kelpers decidiram seguir sob jurisdição britânica¹¹².

Dessa maneira, diante da livre escolha dos kelpers em continuar sob a soberania britânica, a decisão deveria ser acatado pela Argentina, respeitando os indivíduos que mais têm a perder nesta disputa entre os Estados.

No entanto, outrossim, os kelpers, bem como os britânicos, deveriam buscar uma reaproximação com os argentinos, abrindo-lhes as ilhas Malvinas, permitindo-lhes visitaçãõ e, inclusive, residir em referidas ilhas – caso queiram. Porém, do ponto de vista argentino, infelizmente, o torpe sentimento patriótico impediria esta possibilidade.

Na realidade, o patriotismo – dos argentinos – é o maior entrave à resolução final desta questão. Talvez, pode-se dizer, quase nenhum argentino tem interesses particulares nas ilhas, como, por exemplo, habitá-las. Ocorre que, as Malvinas são um anseio da Argentina – da pátria, do Estado –, conseqüentemente, os argentinos, acabam engajando-se nesse movimento, mesmo sem nada a ganhar em particular, apenas por um orgulho pátrio exacerbado, em detrimento daqueles que têm tudo a perder: os kelpers.

CONCLUSÃO

Todo o levantamento histórico levantado neste trabalho, vertido à apuração de qual nação – Argentina ou Inglaterra – teria justificavelmente a soberania sobre as ilhas Malvinas, aponta, inequivocamente, em favor da Argentina. Já a Inglaterra, não tem fundamento algum em que possa se basear para atribuir a si, os direitos de exercer soberania sobre referidas ilhas.

O *Revisionismo Libertário*, escorado em preceitos do

¹¹² EXAME. Argentina silencia sobre resultado do referendo nas Malvinas. Abril, 12 de mar. De 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/argentina-silencia-sobre-resultado-do-referendo-nas-malvinas>> Acesso em: 1º de mai. De 2013.

libertarianismo, no intento de levar à práxis histórica novos paradigmas, como: a defesa da liberdade individual; o Estado como violador das liberdades individuais; o Estado como causador primordial das guerras; e as disputas entre Estados como ameaça à liberdade e propriedade dos indivíduos; se mostrou como um novo modelo válido de construção, revisão e interpretação da Guerra das Malvinas, bem como de outros temas históricos.

Dessa maneira, o exposto trabalho pôde ilustrar, mediante análises dos antecedentes políticos e sociais argentinos, a tese libertária de que as guerras podem ser um artifício utilizado pelos governos com finalidade de manutenção de seu *status quo*, sendo, portanto, o Estado causa primeira destas.

Desse modo, incontestemente e gritante, se demonstrou a essência do ato de guerra perpetrado pela ditadura argentina contra a Inglaterra. Foi uma tentativa de alcançar fins políticos através do uso de violência, violando a liberdade e propriedade de cidadãos estrangeiros e, em última análise, de seus próprios cidadãos.

Nesse sentido, a Junta Militar que governava a Argentina em meio a crises econômica, política e social, buscou redirecionar os holofotes a um fator externo, mascarando os graves problemas internos enfrentados. Para tanto, utilizou-se criminosamente do sentimento patriótico – também por ela inflamado – de seu povo, bem como um anseio pátrio de soberania, produzindo uma guerra – do ponto de vista libertário – injustificável. O objetivo: perpetuar-se no poder – protelando o eminente esgotamento do regime.

Não obstante, mesmo condenando a carnificina do campo de batalha e este ato beligerante do governo argentino, deve-se fazer menção honrosa aos que deram suas vidas nesta guerra, principalmente, aos jovens argentinos recrutados, que sem preparo militar algum, arriscaram-se por defender o que acreditavam ser justo. Nesse sentido, estes garotos argentinos envolvidos nessa guerra, são tidos como vítimas de seu próprio Governo, que lhes arrastou à guerra, falsificando interesses políticos, como um dever para com a pátria.

Outrossim, ficou evidente a necessidade de se repensar o Estado como um todo, suas atribuições e os perigos que oferece à liberdade dos indivíduos. Desse modo, este trabalho buscou despertar o interesse geral

pela defesa da liberdade, analisando alternativas de limitação e redução do poder do Estado, para evitar conflitos e, conseqüentemente, agressões às liberdades e propriedades individuais – significando extinguir absolutamente as possibilidades de guerras.

Finalmente, tendo em vista o ainda polêmico litígio atual pelas ilhas Malvinas, acredita-se ter evidenciado que a disputa entre os dois Estados, pode causar danos irreparáveis aos habitantes das ilhas. Além de que, os debates que seguirão doravante sobre tema, jamais deixem de lado os kelpers e seu direito de viver nas ilhas, que podem ser esmagados pelos interesses dos Estados envolvidos.

REFERÊNCIAS

ABÓS, Alvaro: **Las Organizaciones Sindicales y el Poder Militar (1976-1983)**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, Biblioteca Política Argentina, 1984.

ALIANZA Anticomunista Argentina. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Alianza_Anticomunista_Argentina> Acesso em: 28 de mar. 2013.

ANDRES PIETRO, Matias. **La Guerra por Malvinas**.

ÁNGEL SILVA, Miguel. **Libro Diario de Guerra del Radar Grand Malvinas**. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2007.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Resolução 1514 (XV)**, 14 de dez. de 1960.

BASTIAT, Frédéric. **A Lei**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

BUTLER, Smedley Darlington. **La Guerra es um Latrocínio**. Los Angeles: Feral House, 2003.

CAUSA por violaciones a DDHH en Islas Malvinas. Buenos Aires: Informe Reservado: la investigación es el camino de la información. Disponível em: <<http://www.informereservado.net/noticia.php?noticia=17594>> Acesso em: 27 de abr. de 2013.

COMANDANCIA de las Islas Malvinas. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Comandancia_de_las_Islas_Malvinas> Acesso em: 21 de mar. de 2013.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Economia do Indivíduo: o legado da escola austríaca**. 1º Edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2009.

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1969. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjo sa.htm>> Acesso em: 1º de abr. de 2013.

CRONOLOGÍA de Marina. Armada Argentina. Disponível em: <<http://www.armada.mil.uy/general/historia/pop-cronologia.html>> Acesso em: 3 de mar. de 2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 1976.

DECLARACIÓN de la Independencia de la Argentina. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Declaraci%C3%B3n_de_independencia_de_la_Argentina> Acesso em: 21 de mar. 2013.

EDDY, Paul; LINKLATER, Magnus; GILLMAN, Peter (Editores). **War in the Falklands: The Full Story**. Cambridge: Harper & Row, 1982.

EL PAÍS. **La Multipartidaria, contra los planes de la Junta Militar argentina**. El País, Madrid, Archivo, 06 de fev. de 1982. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1982/02/06/internacional/381798024_850215.html> Acesso em: 30 de mar. De 2013.

EMILIO Eduardo Massera. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Emilio_Eduardo_Massera> Acesso em: 28 de mar. de 2013.

EXAME. Argentina silencia sobre resultado do referendo nas Malvinas. Abril, 12 de mar. De 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/argentina-silencia-sobre-resultado-do-referendo-nas-malvinas>> Acesso em: 1º de mai. De 2013.

FERNANDO VI de España. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Fernando_VI_de_Espa%C3%B1a> Acesso em: 21 de mar. de 2013.

FRANCISCO de Paula Bucarelli. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Paula_Bucarelli> Acesso em: 21 de mar. de 2013.

GLUCKSMANN, Guido. **Dictadura Militar y Crisis Económica (1976-1983)**. Disponível em: <http://www.alipso.com/monografias/1976_1983_historia_argentina/> Acesso em: 29. De mar. De 2013.

GOEBEL, Julius, **The Struggle for the Falkland Islands**, Universidade de Yale, 1927.

GRECH, Daniel. **U.S. OK'd "dirty war"**. Miami Herald, 4 de dezembro de 2003.

GUERRA de las Malvinas. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_las_Malvinas> Acesso em: 3 de mar. De 2013.

HAYEK, Friedrich August von. **Direito, Legislação e Liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política.** São Paulo: Visão, 1985.

HOPPE, Hans-Herman. **Justificación de la Privatización Total.** Artigo, 2012. Disponível em : < <http://www.miseshispano.org/2012/04/justificacion-de-la-privatizacion-total/>> Acesso em: 12 de nov. 2012.

HUERTA DE SOTO, Jesús. **Los Principios del Liberalismo.** Madrid: Centro de Divulgación del Conocimiento Económico, 2009.

IGLESIAS, Ignacio; LEWIN, Giedo García; PIRRAGLIA, Sergio. **Los Medios y la Censura en la Dictadura.** Año IV, Vol. 13. Buenos Aires: Universidad de Palermo, 2007.

ISLAS Malvinas. Todo Argentina. Disponível em: <http://www.todo-argentina.net/geografia/provincias/Islas_Malvinas/clima.html> Acesso em: 2 de mar. de 2013.

JOHNSON, Paul. **Tiempos Modernos.** Buenos Aires: B Argentina, S. A., 2000.

JUAN José de Vértiz y Salcedo. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Juan_Jos%C3%A9_de_V%C3%A9rtiz_y_Salcedo> Acesso em: 21 de mar. de 2013.

LEOPOLDO F. Galtieri. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Leopoldo_Galtieri> Acesso em: 30 de mar. 2013.

LOCKE, John. **Un Ensayo sobre el Gobierno Civil.** Em: E. Barker, ed. Social Contract. Nueva York, Oxford University Press, 1948.

LOUIS Antoine de Bougainville. In: Wikipédia: a enciclopedia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Louis_Antoine_de_Bougainville> Acesso em 11 mar de 2013.

LANDABURO, Carlos August. **La Guerra de Malvinas.** Buenos Aires: Circulo Militar, Biblioteca del Oficial, 1989.

MANUEL Vicente Maza. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Manuel_Vicente_Maza> Acesso em: 21 de mar. de 2013.

MARCHINI, Darío. **No Toquen, músicos populares, Gobierno y Sociedad/ Utopía, Pesección y Listas Negras en la Argentina 1960-1983.** Buenos Aires: Catálogos, 2008.

MARTÍNEZ de Hoz: otra triste página del dirigismo estatal argentino. Partido Liberal Libertario (Argentina). Disponível em:
<<http://www.liberallibertario.org/home/index.php/prensa/archivo/474-martinez-de-hoz-otra-triste-pagina-del-dirigismo-estatal-argentino>> Acesso em: 4 de abr. de 2013.

MAZZILLI, Marcello. **Estado? Não, obrigado!: o manual libertário, ou o ABC do antiestatismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MISES, Ludwig von. **A Ação Humana**. 3ª Edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

_____. **A Mentalidade Anticapitalista**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

_____. **Liberalismo Segundo a Tradição Clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MOLYNEUX, Stefan. **Anarquia Cotidiana**. Versão Gratuita. Tradução Versão 1.0. Portal Libertarianismo, 2012.

MOVIMIENTO de Integración y Desarrollo. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em:
<http://es.wikipedia.org/wiki/Movimiento_de_Integraci%C3%B3n_y_Developmento> Acesso em: 30 de mar. de 2013.

NOZICK, Robert. **Anarquia, Estado y utopia**. Tradução desconhecida. Nova York: Basic Books, Inc., 1974.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Brasil, Argentina e Inglaterra face a um inimigo comum: o poderio soviético**. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 7, 7 de mai. de 1982.

ORLANDO Ramón Agosti. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em:
<http://es.wikipedia.org/wiki/Orlando_Ram%C3%B3n_Agosti> Acesso em: 28 de mar. de 2013.

PACTO de Família. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pacto_de_Fam%C3%ADlia> Acesso em: 18 de mar. de 2013.

PARTIDO Demócrata Cristiano (Argentina). In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em:
<[http://es.wikipedia.org/wiki/Partido_Dem%C3%B3crata_Cristiano_\(Argentina\)](http://es.wikipedia.org/wiki/Partido_Dem%C3%B3crata_Cristiano_(Argentina))> Acesso em: 30 de mar. de 2013.

PARTIDO Intransigente. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Partido_Intransigente> Acesso em: 30 de mar. de 2013.

PARTIDO Justicialista. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Partido_Justicialista> Acesso em: 30 de mar. de 2013.

REMOND, Rene. **História dos Estados Unidos**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Universidade Hoje, 1989.

ROMERO, Luis Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Tradução, Edmundo Barreiros. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2006.

ROTHBARD, Murray. **A Anatomia do Estado**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012.

_____. **A Ética da Liberdade**. 1º Edição. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

_____. **Hacia una Nueva Libertad**. Ciudad de México: Instituto Ludwig von Mises México, 2008.

SHARP, Gene. **De La Dictadura a la Democracia: Un sistema Conceptual para la Liberación**. Traducción al Español por Caridad Inda. Segunda Impresión, 2011.

SMITH, Adam. **Investigación Sobre la Naturaleza y Causas de: La Riqueza de las Naciones**. Tradução e edição, Gabriel Franco. Argentina.

SOLDADOS Hambrientos, Congelados, Torturados. Partido Obrero, 29 de mar. De 2012. Disponível em: <<http://po.org.ar/po1216/soldados-hambrientos-congelados-torturados/>> Acesso em: 25 de abr. de 2013.

UNIÓN Cívica Radical. In: Wikipedia: la enciclopedia libre. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%B3n_C%C3%ADvica_Radical> Acesso em: 30 de mar. de 2013

APÊNDICES

APÊNDICE A – Música, história e críticas

A música é uma das mais belas formas de expressões humanas existente. Através dela, é possível um regate da história por meio das manifestações culturais de cada povo em determinado tempo passado. Nesse sentido, a música é uma maneira fantástica de ilustrar artisticamente a história.

Não obstante, a música ainda é um dos mais clássicos exemplos de liberdade de expressão. Outrossim, uma importantíssima ferramenta de transformações sociais, promovendo mudanças de hábitos, culturas, ideias, formas de ver e encarar o mundo.

Os temas desenvolvidos neste trabalho, naturalmente, não passariam despercebidos nas manifestações artísticas e musicais. Assim pois, a Guerra das Malvinas e a ditadura militar argentina, devidamente não fugiram de um olhar artístico crítico.

Dessa forma, o rock argentino – principalmente – surge em perspectiva, com uma gama de bandas com repertórios musicais ácidos e, manifestando imenso repúdio à Guerra e à ditadura.

Nesse momento, buscar-se-á sentir e interpretar a história, desta vez, não por maçantes teorias, mas por ricas ilustrações artísticas auferidas na música. Desse modo, algumas bandas do cenário do rock argentino foram selecionadas para expressar esta história.

A banda de punk-rock argentina, *Ataque 77*, no álbum *Radio Insomnio* do ano 2000, traz uma bela música evidenciando os crimes perpetrados pelo governo militar argentino, fazendo referência, principalmente, ao sofrimento dos filhos dos 30.000 desaparecidos em referido período:

Canción Inútil

(Ciro Pertusi)

Treinta mil compañeros desaparecidos, ¡presentes!

(Trinta mil companheiros desaparecidos, presentes!)

Treinta mil compañeros desaparecidos, ¡presentes!

(Trinta mil companheiros desaparecidos, presentes)

¡Ahora y siempre!

(Agora e sempre!)

¡Ahora y siempre!

(Agora e sempre!)

Tantos años y el tiempo no borró el instante

(Tantos anos e o tempos não apagou o instante)

Esa tarde en la seccional

(Essa tarde no distrito policial)

Aquellos tipos parecían que jugaban con tu madre

(Aqueles caras pareciam que brincavam com tua mãe)

Que lloraba desconsolada

(Que chorava desconsolada)

Van dos meses que no lo he vuelto a ver

(Vão dois meses que não o vejo)

Y estos hijos de puta dicen

(E esses filhos da “mãe” dizem)

Algo habrá hecho

(Algo deve ter feito)

Aunque eras muy pequeño entonces, lo supiste igual

(Apesar de muito pequeno, soubeste do mesmo jeito)

Hijo y sangre de un desaparecido, en la calle

(Filho e sangue de um desaparecido, na rua)

Pide a gritos, juicio y castigo

(Pede a gritos, julgamento e condenação)

Tinta roja escraché en la pared

(Tinta vermelha atirei na parede)

Y los gases, las corridas y enfrentamientos

(E os gases, as corridas e enfrentamentos)

Escucha, piensa, piensa, escucha y dice que

(Escuta, pensa, pensa, escuta e diz que)

No es venganza, es instinto sin racionamiento

(Não é vingança, é instinto sem racionalidade)

La causa mueve al sentimiento

(A causa move ao sentimento)

Y esto empieza a causar, todo lo que siento

(E isto começa a causar, tudo o que sinto)

Para ser adolescente siempre, que es como vencer

(Para ser adolescente sempre, que é como vencer)

Ya es bastante por hoy

(Já é o bastante por hoje)

Va ser mejor que me calle y aprender del silencio

(Vai ser melhor que eu me cale e aprender com o silêncio)

Reconocer que fuimos cómplices también

(Reconhecer que fomos cúmplices também)

De ese indulto, nuestra pasiva indecisión

(Desse indulto, nossa pasiva indecisão)

Aunque la vida nadie nos va a devolver

(Mesmo que a vida ninguém vai devolver)

Prevenir es curar y luchar es el remedio

(Prevenir é curar e lutar é o remédio)

Que al fin y cabo, es más sincero que esta inútil canción

(Que no fim de tudo, é mais sincero que essa inútil canção)

Que es todo lo que tengo...

(Que é tudo o que tenho...)

Para ser adolescente siempre, que es como vencer

(Para ser adolescente sempre, que é como vencer)¹¹³

Canção Inútil – traduzido ao português – sem dúvida, mais além de uma manifestação contrária àquela tirania, é um olhar de autocrítica e não complacência sobre a postura de todos os argentinos nos “anos de chumbo”.

Em 1548 o jovem francês Étienne de La Boétie escreveu seu *Discurso Sobre a Servidão Voluntária*, onde sustentava que a escravidão só é

¹¹³ Tradução nossa.

possível pelo consentimento dos escravizados. La Boétie constatou que sempre os governados são maioria absoluta em relação aos governantes e, que por este motivo, a servidão é um ato de consentimento.

Para La Boétie, “é o povo que se sujeita, que se corta a garganta, que, podendo escolher ser subjugado ou ser livre, abandona a liberdade e toma o jugo, que consente no mal, ou antes, o persegue”. (CONSTANTINO, 2009, pág., 209)

Nesse sentido, pode-se relacionar estas constatações de La Boétie com referida música, principalmente no trecho: “Reconhecer que fomos cúmplices também, desse indulto, nossa passiva indecisão”. Assim, a canção suscita que os crimes de outrora não caiam no esquecimento e o povo não mais consinta com os desmandos do governo. Em: “Mesmo que a vida, ninguém vai devolver, prevenir é curar e lutar é o remédio”, um apelo para que a lição seja aprendida de uma vez e, que o povo não construa sua própria prisão e a corda para seu enforcamento.

A banda argentina Attaque 77 ainda possui outra música que retrata as consequências da Guerra das Malvinas, em especial, aos ex-combatentes que retornaram à casa:

2 de Abril

(Ciro Pertusi)

Sigo besando la espada que me dio es Estado

(Continuo beijando a espada que me deu o Estado)

Otro día más para ir a ningún lado

(Mais outro dia para ir a lugar algum)

Muchos de los que me amaron me dejaron a un costado

(Muitos dos que me amavam me deixaram de lado)

El resentimiento me enfermó y ya no pude salir

(O ressentimento me adoeceu e já não pude sair)

Estoy en guerra desde que acabó la guerra

(Estou em guerra desde que acabou a guerra)

Vendiendo recuerdos que nadie quiere recordar

(Vendendo recordações que ninguém quer lembrar)

Yo no quiero mendigar, yo me quiero ganar

(Eu não quero mendigar, eu quero ganhar)
Todos pasan y me miran con lástima
(Todos passam e me olham com lastima)
No me mires más, no me mires más...
(Não me olhem mais, não me olhem mais...)
Nada me dejó la patria, me fui quedando a un lado
(Nada me deixou a pátria, fui ficando de lado)
Estoy harto de vivir para sobrevivir
(Estou farto de viver para sobreviver)
Usted ahora me pregunta de que me estoy quejando
(Você agora me pergunta do que estou me queixando)
Y yo te puedo decir, soy de 2 de abril, soy de 2 de abril
(E eu posso te dizer, sou de 2 de abril, sou de 2 de abril)
A un loco de la guerra nadie le quiere dar trabajo
(A um louco da guerra ninguém quer dar trabalho)
Será que hay demasiados trabajando en el país
(Será que tem muitos trabalhando no país)
Conduciendo patrulleros, pueblos, taxis, colectivos...
(Conduzindo viaturas, povos, taxis e ônibus)
Todo el mundo tiene su factor de poder,
(Todo mundo tem seu fator de poder)
Yo quiero también,
Yo quiero también.
(Eu quero também)

Nada me dejó la patria, me fui quedando a un lado
(Nada me deixou a pátria, fui ficando de lado)
Estoy harto de vivir para sobrevivir.
(Estou farto de viver para sobreviver)
Usted ahora me pregunta de que me estoy quejando
(Você agora me pergunta do que estou me queixando)
Y yo te puedo decir, soy de 2 de abril, soy de 2 de abril.
(E eu posso te dizer, sou de 2 de abril, sou de 2 de abril)
Ahora sé cómo es el juego, me entrenaron como a un perro

(Agora sei como é o jogo, me adestraram como um cão)

Todo el mundo tiene su factor de poder,

(Todo mundo tem seu fator de poder)

Yo quiero también

Yo quiero también

(Eu quero Também)

Nada me dejo la patria, me fui quedando a un lado

(Na me deixou a pátria, fui ficando de lado)

Estoy harto de vivir para sobrevivir.

(Estou farto de viver para sobreviver)

Usted ahora me pregunta de que me estoy quejando

(Você agora me pergunta do que estou me queixando)

Y yo te puedo decir, soy de dos de abril, soy de 2 de abril.

(E eu posso te dizer, sou de 2 de abril, sou de 2 de abril)¹¹⁴

A música Sou de 2 de Abril – traduzido ao português – retrata a situação dos soldados argentinos recrutados logo após o término do conflito. Muitos destes retornaram para casa com sequelas físicas ou mentais, sendo que alguns perderam algum membro do corpo e outros com ficaram com algum trauma ou perturbação mental.

Desse modo, grande parte destes soldados tiveram dificuldades em retornar à normalidade, tendo a Guerra, alterado e prejudicado totalmente às suas vidas.

Não obstante, não apenas isso, mas uma reivindicação dos ex-combatentes como heróis, mas como vítimas do governo que os obrigou a morrer.

Outra banca argentina que buscou em sua arte criticar a Guerra das Malvinas e a ditadura militar de seu país foi o grupo, também do subgênero punk-rock, *Los Violadores*. Na música *Comunicado N° 166* – fazendo alusão, ao comunicado do Estado Maior Argentino, onde dava explicações pela derrota na guerra, que nunca foi tornado público – faz um

¹¹⁴ Tradução nossa.

retrato fiel sobre o período:

Comunicado n° 166

(Los Violadores)

La gran batalla ha terminado

(A grande batalha terminou)

El pueblo convocado

(o povo convocado)

A la plaza ha llegado.

(À praça chegou)

Quiere saber cuál es la situación

(Quer saber a situação)

Pero ese día al balcón nadie se asomó.

(Mas nesse dia na sacada ninguém apareceu)

Miles de prisioneros esperaban la decisión

(Milhares de prisioneiros esperavam a decisão)

Que se firmara el pacto para su liberación

(Que se assinasse o pacto por sua libertação)

Pero los informes del Estado Mayor

(Mas os informes do Estado Maior)

Decían que la guerra continuaba aún hoy.

(Diziam que a guerra continuava ainda hoje)

Comunicado 166,

Comunicado 166,

Comunicado 166.

(Comunicado 166)

Se ha perdido la batalla

(A batalha foi perdida)

Por falta de armamentos.

(Por falta de armamentos)

La C.E.E. junto a la N.A.T.O.

(A C. E. E. junto da OTAN)

Nos hicieron el bloqueo.

(Nos fizeram o bloqueio)

Latinoamérica unida, gritó el pueblo entero.
(América Latina unida, gritou o povo inteiro)
El T.I.A.R. fue la mentira
(O TIAR foi uma mentira)
Que muchos se creyeron.
(Que muitos acreditaram)
Comunicado 166,
Comunicado 166,
Comunicado 166.
(Comunicado 166)
De que sirvió esta unión
(Para que serviu essa união)
Si no logró la fuerza
(Se não conseguiu a força)
Y no hay fuerza cuando no hay inteligencia,
(E não há força quando não há inteligência)
Porque E.E.U.U. ha demostrado siempre
(Porque os EUA desmonstraram sempre)
Que Occidente está en sus manos.
(Que o Ocidente está em suas mãos)
Recién nos dimos cuenta
(Recém nos demos conta)
Cuando fuimos traicionados, vapuleados, azotados.
(Quando fomos traídos, solapados, açoitados)
Reina la confusión
(Reina a confusão)
En las calles y en el gobierno
(Nas ruas e no governo)
Los Sea Harriers ya se han ido
(Os Sea Harrier já se foram)
La batalla ha terminado
(A batalha terminou)
Nos dejaron varios muertos
(Nos deixaram varios mortos)

Y cientos de mutilados.
(E centenas de mutilados)
Y se las quedaron ellos.
(E ficaram com elas)
La batalla se acabó,
(A batalha acabou)
La batalla se terminó,
(A batalha terminou)
La batalla se perdió.
(A batalha foi perdida)
Fuck Maggie.
(Vai se ferrar Maggie)¹¹⁵

Essa canção faz uma interessante leitura crítica dos acontecimentos políticos envolvendo a Guerra das Malvinas.

O ex-presidente norte-americano, John Fitzgerald Kennedy – logo após o vexatório episódio da invasão da Bahia dos Porcos em 1962 – proferiu a seguinte frase: “A vitória tem cem pais, mas a derrota é órfã”. De fato, no trecho: “Mas nesse dia na sacada ninguém apareceu”, faz alusão ao dia 2 de abril de 1982, em que Leopoldo Galtieri, da sacada da Casa Rosada, diante uma multidão eufórica, proferia discursos patrióticos, logo após a retomada das Ilhas Malvinas. No entanto, terminado o conflito, ninguém apareceu em dita sacada, a derrota era órfã.

Outrossim, a música menciona a espera angustiante dos soldados argentinos feitos prisioneiros pelos ingleses, aguardando à rendição para poder voltar para casa. Em “Para que serviu essa união”, “Se não conseguiu a força”, “E não há força quando não há inteligência”, pode-se extrair uma crítica ao governo, em ter mobilizado o povo argentino numa guerra sem chances de vitória.

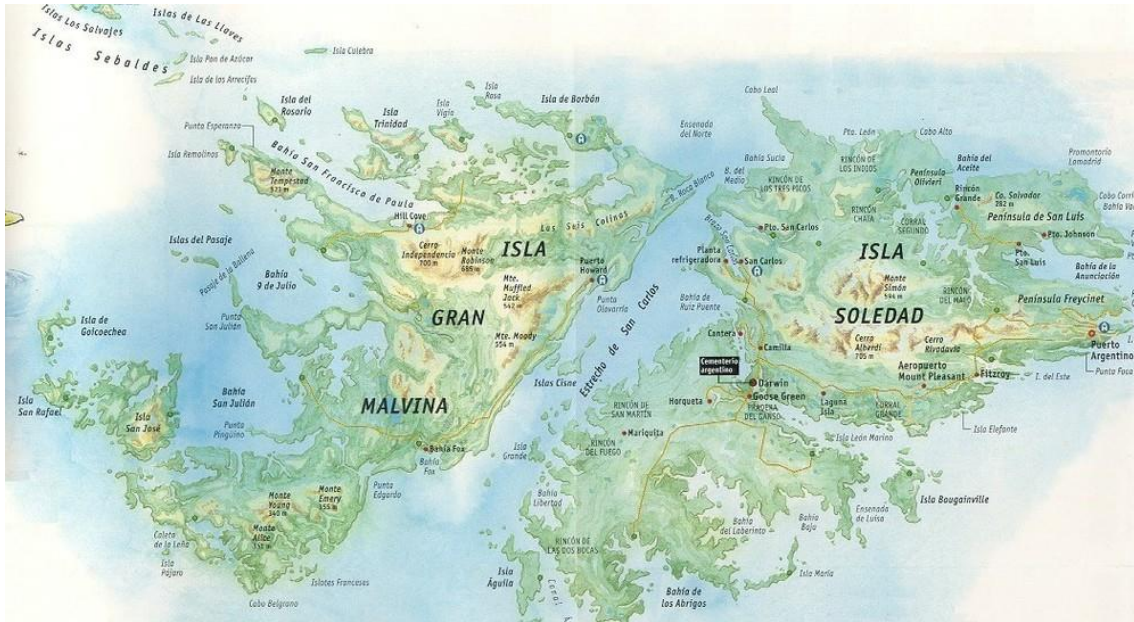
Ainda, em “Recém nos demos conta”, “Que fomos enganados, solapados e açoitados”, revela uma consciência da artimanha política que envolveu o conflito pelas Malvinas, em que o governo militar argentino se

¹¹⁵ Tradução nossa.

utilizou dele, enganando os argentinos, velando-os à guerra, com claros interesses políticos por trás de tudo.

ANEXOS

ANEXO A – As Malvinas e sua história em imagens



Mapa das Ilhas Malvinas



**Mapa demonstrando a proximidade entre o território Argentino e as ilhas
Malvinas**



Vista aérea da capital malvinense, Puerto Argentino/Port Stanley



Galtieri acenando ao povo no dia 2 de abril de 1982



Jornal Clarín – 02/03/1982



Leopoldo F. Galtieri



Margareth Thatcher



Tropas argentinas em Puerto Argentino



Jovens soldados argentinos convocados



Jovens soldados argentinos voando para as ilhas



General Menéndez



A-4 Skyhawk atacando



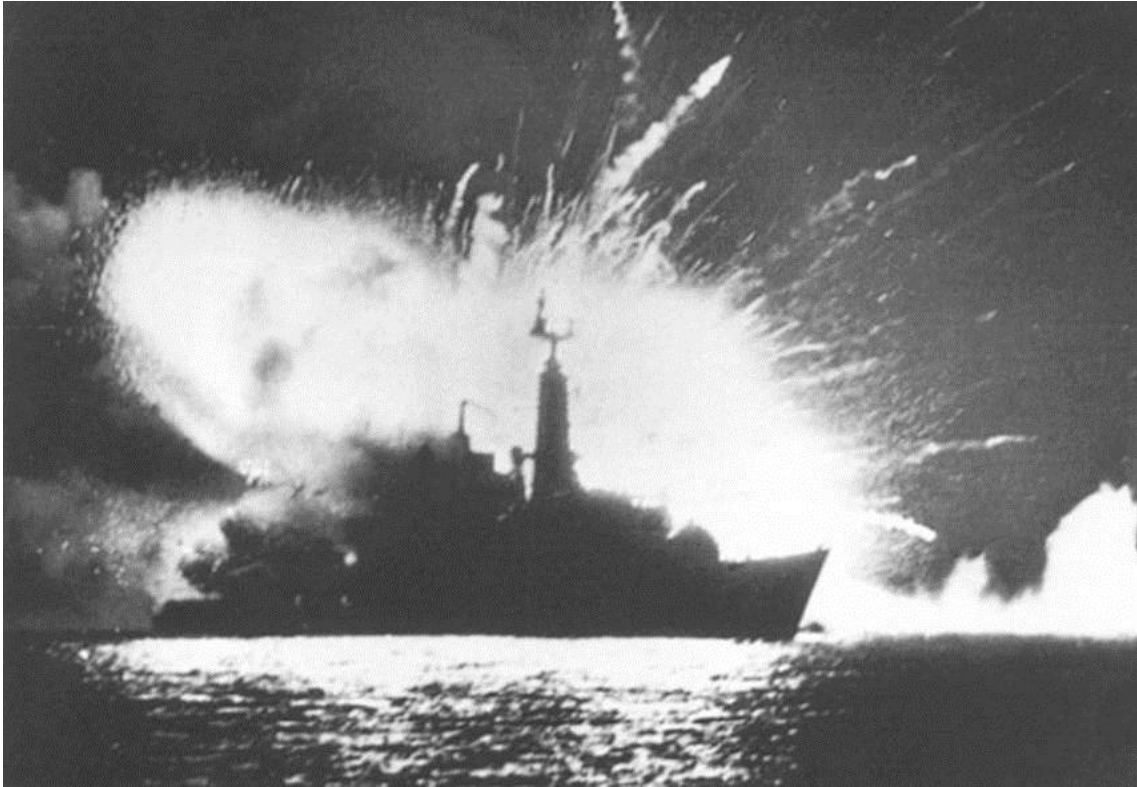
Ataque de dois Skyhawks ao HMS Ardent



HMS Ardent fazendo jus ao nome



Ardent recebendo ajuda



HMS Antelope explotando



Daggers atacando



HMS Coventry afundando



A-4 Skyhawks atacando no estreito de San Carlos



HMS Sheffield atingido por um míssil AM-39 Exocet



Super Etendar da Marinha Argentina lançando um míssil AM-39 Exocet



Míssil AM-39 Exocet



A-4 atacando o porta-aviões Invencible



Sea Harrier aterrissando



Bombardeiros argentinos Pucara



Soldado argentinos sob intenso frio nas Malvinas



Soldado argentino morto



Soldados argentinos nas ilhas



Soldados argentinos prisioneiros sorridentes ao voltar pra casa com o fim da Guerra